



**Politécnico
de Viseu**

Escola Superior
de Educação
de Viseu

PV - ESEV 2024

Jovens em Acolhimento Residencial: Fatores Determinantes para a Cessação da Medida

Luana Pimenta da Silva São Pedro

Jovens em Acolhimento Residencial: Fatores Determinantes para a Cessação da Medida

Luana Pimenta da Silva São Pedro

Novembro de 2024

2024

PV - ESEV



**Politécnico
de Viseu**

Escola Superior
de Educação
de Viseu

Jovens em Acolhimento Residencial: Fatores Determinantes para a Cessação da Medida

Luana Pimenta da Silva São Pedro

Jovens em Acolhimento Residencial: Fatores Determinantes para a Cessação da Medida

Luana Pimenta da Silva São Pedro

Dissertação

Mestrado em Intervenção Psicossocial com Crianças e Jovens em Risco

Trabalho efetuado sob a orientação de
Professora Doutora Susana Fonseca
Professora Doutora Maria João Amante

Novembro de 2024

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE CIENTÍFICA

Luana Pimenta da Silva São Pedro, n.º 26427, do Curso de Mestrado em Intervenção Psicossocial com Crianças e Jovens em Risco, declara sob compromisso de honra, que a Dissertação é inédita e foi especialmente escrita para este efeito.

Viseu, 25 de novembro de 2024

O aluno, Luana Pedro

Agradecimentos

Escrever uma dissertação de mestrado é um processo longo, de muita autocrítica e autorreflexão. Nem sempre é um caminho simples, mas felizmente, estou rodeada das pessoas certas, que quando me viram a desanimar, fizeram de tudo para me ajudar e tornar este processo mais prazeroso. Assim, quero agradecer, individualmente, a todos e todas que, de alguma forma, me incentivaram a nunca desistir e a acreditar sempre em mim própria.

Primeiramente, agradeço à Professora Doutora Susana Fonseca e à Professora Doutora Maria João Amante, orientadora e coorientadora da presente dissertação de mestrado, respetivamente, por toda a partilha de conhecimento, pela orientação e aconselhamento nos meus momentos de maior insegurança, e pelo suporte ao longo desta jornada.

A todos/as os/as Diretores/as Técnicos/as das casas de acolhimento que participaram no presente estudo, por desde início terem demonstrado a disponibilidade em partilhar o seu conhecimento nesta área, em que é tão importante a interajuda entre os profissionais. Ainda, agradecer a todos os jovens que aceitaram, prontamente, realizar a entrevista, pelos seus ricos contributos que permitiram aprofundar o conhecimento sobre a temática, por terem tornado possível a realização deste trabalho.

Ao Doutor João Pedro Gaspar, que para além da partilha do seu conhecimento aprofundado relativo ao tema estudado, demonstrou prontidão em prestar o seu apoio e sem dúvida, que foi fundamental para a elaboração deste trabalho.

A todos os meus amigos, que em todas as fases de elaboração da dissertação, me apoiaram com as suas palavras, que sempre me orientaram e motivaram.

A todos/ os/as meus/minhas colegas de mestrado, que ao longo destes dois anos mostraram espírito de entreajuda. Em especial, às minhas colegas e amigas Margarida Figueiredo, Sara Marques e Zélia Olas, que tão importantes foram para mim, durante todo este percurso.

Por fim, agradecer à minha família, por todo o apoio e dedicação. À minha mãe, que é o meu porto seguro, que nos meus momentos de maior fragilidade me deu colo e palavras positivas, que sempre me fez acreditar que eu sou capaz de fazer tudo aquilo a que me proponho e dedico. Ao meu namorado, que é também o meu melhor amigo, e que traz ao de cima a minha melhor versão, o meu lado mais dedicado e disciplinado, que sempre me deu a mão nos momentos de maior desmotivação e que disponibilizou o seu tempo para me apoiar e acompanhar nesta jornada.

Índice

Índice de Tabelas	vi
Lista de Abreviatura, Acrónimos e Siglas	vii
Resumo	viii
Introdução	1
Parte I – Enquadramento Teórico	3
Capítulo 1: Institucionalização	3
1.1. Contexto histórico do acolhimento residencial de crianças e jovens em perigo em Portugal	3
1.2. Crianças e jovens em acolhimento residencial: situação atual a nível nacional	6
1.3. O acolhimento residencial de crianças e jovens em perigo em Portugal: breve enquadramento legal	9
1.3.1. Alteração à Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo: retoma da medida de acolhimento	13
Capítulo 2: Desenvolvimento humano e competências de autonomia em jovens acolhidos	14
2.1. Desenvolvimento humano na adolescência e início da idade adulta	14
2.2. Importância das competências de autonomia em jovens acolhidos	16
2.3. Importância da preparação para o momento da desinstitucionalização ..	19
Parte II – Estudo Empírico	21
Capítulo 3: Metodologia	21
1. Apresentação do estudo	21
1.1. Questão de estudo e objetivos de estudo	22
1.2. Amostra e contexto de estudo	22
1.2.1. Caracterização dos jovens com 16/17 anos	23
1.2.2. Caracterização dos jovens que prolongaram a medida de acolhimento	24
1.2.3. Caracterização dos jovens que cessaram a medida de acolhimento	25
1.2.4. Caracterização dos/as técnicos/as das casas de acolhimento	26
1.3. Procedimentos do estudo	26
1.4. Instrumentos de recolha de dados	28
1.5. Procedimentos de análise dos dados	30
Capítulo 4: Análise dos Resultados	31
1. Análise de conteúdo das entrevistas	31

1.1. Análise de conteúdo das entrevistas dos jovens acolhidos com 16/17 anos	32
1.2. Análise de conteúdo das entrevistas dos jovens que prolongaram a medida de acolhimento	42
1.3. Análise de conteúdo das entrevistas dos jovens que cessaram a medida de acolhimento	50
1.4. Análise de conteúdo das entrevistas dos/as técnicos/as das CAR	59
Capítulo 5: Discussão dos resultados	67
Conclusão	73
Referências Bibliográficas	76
Anexos	82
Anexo A - Cronograma dos procedimentos para realização do estudo	82
Anexo B – Guião de entrevista aos jovens acolhidos com 16/17 anos	82
Anexo C – Guião de entrevista aos jovens que prolongaram a medida de acolhimento	85
Anexo D – Guião de entrevista aos jovens que cessaram a medida de acolhimento	88
Anexo E – Guião de entrevista aos/às técnicos/as	91
Anexo F – E-mail de formalização enviado aos/às Diretores/as Técnicos/as das Casas de Acolhimento Residencial como pedido para colaboração no estudo	93
Anexo G – Consentimento informado dirigido aos entrevistados maiores de idade	94
Anexo H – Consentimento informado dirigido aos entrevistados menores de idade	95

Índice de Tabelas

Tabela 1	Caracterização dos jovens acolhidos com 16/17 anos	24
Tabela 2	Caracterização dos jovens que prolongaram a medida de acolhimento	25
Tabela 3	Caracterização dos jovens que cessaram a medida de acolhimento.....	26
Tabela 4	Caracterização dos/as técnicos/as das casas de acolhimento	26
Tabela 5	Categorias e subcategorias correspondentes à dimensão “Trajetória inicial e experiência emocional do acolhimento residencial”	32
Tabela 6	Categorias e subcategorias correspondentes à dimensão “vínculos interpessoais, apoio e relações familiares no acolhimento residencial”	35
Tabela 7	Categorias e subcategorias correspondentes à dimensão “perspetivas futuras e decisões sobre o acolhimento residencial”	38
Tabela 8	Categorias e subcategorias correspondentes à dimensão “trajetória do acolhimento residencial e interações sociais”	43
Tabela 9	Categorias e subcategorias correspondentes à dimensão “decisões e expectativas no prolongamento do acolhimento”	46
Tabela 10	Categorias e subcategorias correspondentes à dimensão “reflexões sobre o prolongamento da medida de acolhimento residencial”	49
Tabela 11	Categorias e subcategorias correspondentes à dimensão “relações interpessoais, motivações e desafios na pós-cessação da medida de acolhimento residencial”	51
Tabela 12	Categorias e subcategorias correspondentes à dimensão “impacto da alteração legislativa na decisão de cessação da medida de acolhimento residencial”	56
Tabela 13	Categorias e subcategorias correspondentes à dimensão “reflexões sobre a cessação da medida de acolhimento residencial”	57
Tabela 14	Categorias e subcategorias correspondentes à dimensão “acompanhamento efetuado com os jovens”	59
Tabela 15	Categorias e subcategorias correspondentes à dimensão “autonomia e gestão de impactos na cessação do acolhimento residencial”	63

Lista de Abreviatura, Acrónimos e Siglas

Art.º - artigo

CAR- Casa de Acolhimento Residencial

CPCJ – Comissões de Proteção de Crianças e Jovens

DL – Decreto-Lei

ISS – Instituto da Segurança Social

LPCJP – Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo

P- Portaria

Resumo

As crianças e jovens em acolhimento residencial, experienciam situações controversas e complexas durante o seu percurso de vida, que prejudicam o seu desenvolvimento emocional. Na fase em que os jovens atingem uma idade compatível com a transição para a vida adulta, por não terem tido um percurso de vida estável, é fulcral que estejam capacitados de competências específicas de autonomia para que quando saírem da casa de acolhimento, se sintam seguros e capazes de viver uma vida independente. Em Portugal, verifica-se uma escassez de programas elaborados para intervir com as crianças e os/as jovens acolhidos/as durante o processo de autonomia. Verificada esta problemática, este estudo foi elaborado no sentido de conhecer os motivos que levam os/as jovens acolhidos/as a cessar a medida de acolhimento, entre os 16 e 21 anos, para entender o que pode ser melhorado durante o acolhimento e o processo de transição para a vida adulta, uma vez que um trabalho para a autonomia dos/as mesmos/as que não seja individualizado e completo, pode prejudicar o processo após a saída da casa de acolhimento residencial. Assim sendo, os resultados mostram que os jovens que decidiram cessar a medida de acolhimento antes dos 21 anos, são influenciados por um conjunto diverso de fatores, tendo sido os mais mencionados situações de perigo e falta de apoio da equipa técnica. Foi possível entender que o ambiente vivido na casa de acolhimento, bem como as relações interpessoais estabelecidas com os profissionais das equipas técnicas e educativas e com os/as restantes jovens acolhidos/as, acarretam um peso significativo na decisão de cessar ou prorrogar a medida de acolhimento.

Palavras-chave: Acolhimento residencial; Autonomia de vida; Cessação da medida; Jovens em risco.

Abstract

Children and young people in residential care experience controversial and complex situations throughout their lives, which hinder their emotional development. At the stage when young people reach an age compatible with the transition to adulthood, because they have not had a stable life, it is crucial that they are equipped with specific autonomy skills, so that when they leave foster care, they feel safe and able to live an independent life. In Portugal, there is a lack of programs designed to intervene with children and young people in foster care during the process of becoming independent. Having seen this problem, this study was designed to find out the reasons why young

people between the ages of 16 and 21 who are in foster care end their foster care placement, in order to understand what can be improved during the placement and the process of transition to adulthood, given that work on their autonomy that is not individualized and complete can be detrimental to the process after they leave residential care. As such, the results show that young people who decide to leave foster care before the age of 21 are influenced by a diverse set of factors, the most frequently mentioned being situations of danger and a lack of support from the technical team. It was possible to understand that the environment experienced in the foster home, as well as the interpersonal relationships established with the professionals in the technical and educational teams and with the other young people in care, carry a significant weight in the decision to end or extend the foster care measure.

Keywords: Residential care; Life autonomy; Leaving care; Youth at risk.

Introdução

Os jovens em acolhimento residencial enfrentam desafios acrescidos em áreas essenciais para a sua vida adulta, como a educação e oportunidades de emprego, visto experienciarem situações de exclusão educativa, o que afeta diretamente a possibilidade de inserção no mercado de trabalho e, por consequência, o acesso a recursos para uma vida adulta independente (Fernández-Simo et al., 2023a). De forma geral, estes jovens saem das casas de acolhimento sem vínculos pessoais de apoio, uma vez que, entre outras razões, o sistema de proteção muitas vezes não favorece a criação de redes que facilitem o processo de emancipação do jovem (Fernández-Simo et al., 2023b).

Em Portugal, no ano de 2023, 6.446 crianças e jovens encontravam-se no sistema de acolhimento, sendo que dessas crianças e jovens, 5.409 (83,9%) estavam ao abrigo da medida de acolhimento residencial. Por outro lado, em 2023, saíram do sistema de acolhimento 2.303 crianças e jovens. A faixa etária com um maior número de saídas do sistema de acolhimento é dos 18-20 anos, com 739 jovens (32%), seguido da faixa etária dos 15-17 anos, 467 jovens (20%) (ISS, 2024).

Neste sentido, a temática do presente trabalho, foi pensada pela pertinência e importância de conhecer os motivos que os jovens têm em conta na sua decisão de cessar a medida de acolhimento, para que em futuros programas direcionados a estes jovens se possam ter em conta estes dados, potenciando assim uma transição para a vida adulta mais completa e segura. A escolha do tema foi, ainda, influenciada pela escassez de investigações e bibliografia sobre o mesmo, evidenciando-se, portanto, a pertinência e necessidade da presente investigação. Assim sendo, a questão de estudo é “quais os motivos que levam os jovens acolhidos, da faixa etária dos 16-21 anos, a cessar a medida de acolhimento?” e o objetivo geral que se pretende alcançar é “conhecer os motivos que levam os jovens acolhidos, entre os 16 anos e os 21 anos, a cessar a medida de acolhimento”.

O trabalho está estruturado em duas partes distintas. A primeira parte, que corresponde ao enquadramento teórico, está dividida em dois capítulos, sendo que no primeiro é realizada uma contextualização histórica e legal da institucionalização residencial de crianças e jovens em risco em Portugal, e no segundo, é enquadrado o desenvolvimento humano na adolescência e início da vida adulta, bem como a importância das competências de autonomia em jovens acolhidos. A segunda parte, respeitante ao estudo empírico, está dividida em três capítulos. O primeiro corresponde

à metodologia, onde é feito um enquadramento do estudo através da apresentação detalhada do mesmo. O segundo capítulo diz respeito à análise dos resultados obtidos pela análise de conteúdo das entrevistas realizadas à amostra selecionada e por fim, no terceiro capítulo é exposta e efetuada uma discussão dos resultados obtidos, confrontando-os com bibliografia pertinente.

Parte I – Enquadramento Teórico

Capítulo 1: Institucionalização

1.1. Contexto histórico do acolhimento residencial de crianças e jovens em perigo em Portugal

A infância apresenta-se como a fase de maior importância da vida humana, uma vez que é nessa etapa do desenvolvimento humano que se começam a desenvolver os aspetos cognitivos, biológicos e psicossociais. Na infância, as condições do ambiente e contexto em que a criança está inserida são de extrema importância. Assim, é esperado que a família desempenhe um papel de proteção que garanta um ambiente de segurança emocional e física e um crescimento e desenvolvimento saudável (Fonseca, 2017). A parentalidade é um dos papéis mais exigentes e desafiantes da vida de muitos/as adultos/as, principalmente pela diversidade de características que o diferenciam dos outros tipos de relações. A relação pais/filhos é caracterizada pela sua assimetria, uma vez que, na fase inicial da vida de uma criança, a responsabilidade, competência e poder/dever, recai sobre os pais, tendo os mesmos o dever de se adaptarem às mudanças de desenvolvimento das crianças. No entanto, sabe-se que nem sempre as funções de parentalidade são exercidas e garantidas de forma a assegurar o bem-estar e desenvolvimento da criança (Calheiros, 2006).

Devido às suas características e especificidades, entende-se a necessidade de proteger as crianças e defender os seus direitos em relação aos pais e mães, família e sociedade (Mourão et al., 2024). A criança começa a ser considerada como objeto de direito no século XIX, no entanto, ainda não lhe era concedida a dignidade de pessoa humana. Só em 1989 foram reconhecidos os seus direitos, através da Convenção sobre os Direitos da Criança pela Assembleia Geral das Nações Unidas aprovada pela resolução 44/25 de 20 de novembro de 1989, ratificada, em 1990 pela Assembleia da República Portuguesa (Gomes, 2010). Esta Convenção, aplicada por diversos países ocidentais com caráter vinculativo, foi de extrema importância para a defesa e implementação dos direitos da criança, concedendo-lhes direitos civis, políticos, económicos, sociais e culturais, percecionando a criança não só como membro da família, mas como indivíduo único com direitos próprios (Mourão et al., 2024).

A criança deve encontrar um ambiente de segurança emocional e física no seu seio familiar, bem como de aprendizagens promotoras do desenvolvimento da personalidade e valores, para que seja potenciado um crescimento saudável. No

entanto, nem todas as famílias garantem um ambiente de segurança e proteção favorável ao desenvolvimento das crianças e jovens (Fonseca, 2017). É neste contexto social e político que se torna necessário entender a intervenção existente em Portugal específica destes casos, bem como de conhecer as situações que colocam as crianças e jovens em risco e perigo. Entre as situações de risco e perigo vividas por crianças/jovens, as que requerem uma especial atenção são as de abandono, maus-tratos e negligência. Perante estes comportamentos familiares e a impossibilidade de os contornarem, cabe ao Estado proteger a criança/jovem através da implementação de respostas de intervenção, garantindo os objetivos de desenvolvimento saudável constados na Convenção Sobre os Direitos da Criança (Mourão et al., 2024).

De acordo com Tavares-Rodrigues et al. (2019), a evolução histórica e técnica do acolhimento residencial pode ser explicada pela predominância de um modelo de acolhimento: o modelo institucional/assistencial, o modelo familiar e o modelo especializado. O primeiro modelo referenciado, portanto, o modelo institucional/assistencial, fazia-se notar até ao final dos anos 80 do século XX, uma vez que o acolhimento de crianças e jovens em Portugal era implementado em instituições de grandes dimensões, que funcionavam num regime fechado patrocinado por organizações religiosas numa perspetiva assistencialista ao apoio à infância. O objetivo exclusivo destas instituições era corresponder às principais necessidades das crianças e jovens que acolhiam como proteção, alimentação, cuidados higiénicos e de saúde, visto que o acolhimento era essencialmente relativo a questões económicas, de orfandade e abandono. Em alguns casos, era potenciada uma instrução de curta duração, de forma a assegurar um trabalho que os/as sustentasse no futuro. Num sentido evolutivo, nas últimas três décadas, a ciência tem contribuído para uma alteração paradigmática do acolhimento residencial em Portugal, permitindo e fomentando a participação das crianças e jovens nos processos de tomada de decisão sobre o seu plano de intervenção de promoção e proteção, bem como da dinâmica da casa de acolhimento residencial (CAR). Estes factos estão evidenciados no Despacho nº 8393/2007, de 10 de Maio, com o qual foi criado o Plano DOM – Desafios, Oportunidade e Mudanças, que apresenta como objetivo principal “a implementação de medidas de qualificação da rede de lares de infância e juventude, incentivadoras de uma melhoria contínua da promoção de direitos e proteção das crianças e jovens acolhidas, no sentido da sua educação para a cidadania e desinstitucionalização, em tempo útil”. Este plano promove uma educação para a cidadania, um sentido de identidade, de autonomia e de segurança, fomentando o desenvolvimento integral da criança/jovem.

Portanto, estas instituições começaram a focar-se nas necessidades individuais e específicas dos mesmos, centrando-se na socialização e no equilíbrio emocional, com a preocupação de delinear um percurso individualizado e especializado a cada criança/jovem, levando desta forma, à gradual implementação do modelo familiar, em Portugal (Mourão et al., 2024). Posteriormente à implementação do plano anteriormente referido, com a finalidade de dar continuação ao trabalho realizado pelo mesmo, foi criado o Plano SERE+ (Sensibilizar, Envolver, Renovar, Esperança, MAIS), no âmbito do Despacho nº9016/2012, de 4 de Julho, cujo objetivo primordial se centrava na “implementação de medidas de especialização da rede de lares de infância e juventude, impulsionadoras de uma melhoria contínua na promoção de direitos e proteção das crianças e jovens acolhidas, para que no menor tempo útil, da sua educação para a cidadania, sentido de identidade, de autonomia e segurança resultar a sua desinstitucionalização.”. Neste sentido, e atendendo a um novo perfil de entrada das crianças e jovens no sistema de acolhimento residencial português, como crianças/jovens com elevado sofrimento emocional e problemas de comportamento, foram criadas Casas de Acolhimento Especializadas, de forma a responder às características e necessidades dessas crianças e jovens, correspondendo assim ao modelo especializado.

Atualmente, existem casas de acolhimento que aplicam na sua intervenção uma abordagem mais terapêutica, em que os/as seus/suas cuidadores/as devem estar capacitados para uma resposta mais eficaz e direta às reações e comportamentos das crianças/jovens. Com esta abordagem, é facilitado um trabalho contextual das dificuldades de cada criança e/ou jovem, providenciando-lhes um enquadramento terapêutico. Desta forma, todos os sinais de mal-estar psicológico, problemas de conduta e/ou situações de potencial conflito, resultam em oportunidades de aprendizagem, potenciando a uma mudança (Mourão et al., 2024). Apesar deste esforço para qualificar as casas de acolhimento e as equipas técnicas e educativas, em algumas casas de acolhimento ainda se evidencia um número substancialmente inferior de técnicos/as, comparativamente às crianças e jovens acolhidos, alguma diferenciação relativa ao sexo, idade ou nível de desenvolvimento, e ainda, medidas de controlo e disciplina rígidas e inflexíveis, expondo assim as crianças e jovens a práticas educativas e comportamentos inadequados. Estes factos dificultam a capacidade de resposta às necessidades psicológicas, emocionais e sociais das crianças acolhidas, e ainda, do estabelecimento de vínculos seguros e da reparação de danos emocionais (Martins, 2005).

1.2. Crianças e jovens em acolhimento residencial: situação atual a nível nacional

De um modo expectável, sendo a sociedade atual marcada pela diversidade, há famílias que não conseguem garantir um ambiente seguro e conseqüentemente favorável ao desenvolvimento infantojuvenil, mostrando-se muitas vezes como fontes de situações de risco. É neste sentido que surge a necessidade de ser aplicada, entre outras medidas de promoção e proteção, a medida de acolhimento residencial (Fonseca, 2017). O acolhimento residencial é uma medida de promoção e proteção de crianças e jovens em perigo, que presta cuidados e uma adequada satisfação das necessidades físicas, psíquicas, emocionais e sociais das crianças e dos jovens, promovendo a sua integração num contexto sociofamiliar seguro e potenciador da sua educação, bem-estar e desenvolvimento integral (Decreto-Lei [DL] nº 164/2019, de 25 de Outubro).

De acordo com o Relatório CASA 2023, do Instituto da Segurança Social (ISS) (2024) no ano de 2023, em Portugal, 6.446 crianças e jovens encontravam-se no sistema de acolhimento. Comparativamente a 2022, em 2023 verificou-se um acréscimo de 2% do número de crianças e jovens do sexo feminino e um decréscimo de 1% do sexo masculino, embora se mantenha a prevalência de crianças e jovens do sexo masculino, correspondente a 52%, relativamente ao sexo feminino, com 48%. No ano referente ao relatório, 51% do número total de crianças e jovens em acolhimento, tinha mais de 15 anos. A faixa etária com menor percentagem é a dos 4-5 anos, com 4,5% do global de crianças e jovens em acolhimento. Factos estes, evidenciados também em anos anteriores (ISS, 2024).

Das 6.446 crianças e jovens em acolhimento, 5.409 (83,9%) encontravam-se em casas de acolhimento, 88 (1,4%) em casas de acolhimento especializado, 41 (0,6%) em casas de acolhimento especializado para crianças e jovens estrangeiros não acompanhados, 200 (3,1%) em apartamentos de autonomização, 263 (4,1%) em famílias de acolhimento e 445 (6,9%) em outras respostas de acolhimento. Relativamente aos dados do ano de 2021, evidencia-se uma tendência crescente do acolhimento familiar e dos apartamentos de autonomia, denotando-se um aumento de 16% e 22%, respetivamente (ISS, 2024). A grande maioria das crianças com idades inferiores ou iguais a 6 anos (61,7%), estavam acolhidas em casas de acolhimento temporário, sendo que 11% se encontravam em famílias de acolhimento. No que concerne aos jovens com idades superiores ou iguais a 15 anos, 65,3% estavam em casas de acolhimento, 12,9% em centros de acolhimento temporário e 6,1% em

apartamentos de autonomização. Os distritos que abrangem um maior número de crianças e jovens em acolhimento são Lisboa, com 21% e Porto com 15%. Por outro lado, os distritos que registam um número menor de crianças e jovens acolhidos são Portalegre, com 1,3% e Évora com 1,4% (ISS, 2024).

As crianças e jovens permaneceram no sistema de acolhimento, em média durante 3,1 anos, tempo este que tem vindo a diminuir ao longo dos anos. Das 6.446 crianças e jovens em acolhimento no ano 2023, 30% encontravam-se em acolhimento há menos de 1 ano, 12% entre os 4 a 5 anos e 20% há mais de 6 anos. No ano em análise, 2.415 crianças e jovens deram entrada no sistema de acolhimento, tendo sido considerado um aumento de 8% relativamente ao ano anterior. A percentagem superior de situações de perigo que levaram à medida de acolhimento foram os vários tipos de negligência com 75%, seguido do maltrato psicológico, com 16,5% (ISS, 2024). Em 2023, 156 crianças e jovens reentraram no sistema de acolhimento, sendo que 39% corresponde a jovens com 15 ou mais anos. Das 156 crianças e jovens que deram reentrada no acolhimento, verificou-se que 133 tinham outra medida aplicada, sendo que 79% das mesmas, representam o insucesso da medida de apoio junto dos pais ou de outro familiar, reforçando a importância de se investir em respostas de acompanhamento e capacitação parental (ISS, 2024). Por outro lado, em 2023, saíram do sistema de acolhimento 2.303 crianças e jovens. A faixa etária com um maior número de saídas do sistema de acolhimento é dos 18-20 anos, com 739 jovens (32%), seguido da faixa etária dos 15-17 anos, 467 jovens (20%). Após as saídas do acolhimento, os recursos de apoio ativados foram a (re)integração na família nuclear ou alargada, a família adotante e outras respostas sociais de apoio na comunidade ou para problemáticas específicas (categoria “Outros” e “Lar Residencial”), que comparativamente com o ano anterior, verificou-se um aumento considerável na ativação destas respostas. No sentido oposto, considerou-se a diminuição no encaminhamento para autonomia supervisionada, que concerne numa resposta para acompanhamento de jovens com medida de apoio para autonomia de vida. Este decréscimo foi a consequência da diminuição do recurso a casa ou quarto arrendado, considerando-se o alojamento como um obstáculo na concretização do projeto de autonomização, ressaltando a necessidade de conjugar esforços de várias entidades com competência em matéria de infância e juventude (ISS, 2024).

As principais situações de perigo que estiveram na origem do acolhimento residencial de crianças e jovens no ano referente, foram a negligência (67%), outras situações de perigo (14%) e mau-trato psicológico (12%). No que concerne à

negligência, são evidenciadas situações como falta de supervisão e acompanhamento familiar (34,4%), situações de negligência parental ao nível da educação (19%) e ao nível da saúde (18%), e ainda, situações de exposição a modelos de comportamentos desviantes (18%), denotando-se desta forma uma carência de cuidados básicos na rotina diária das crianças/jovens. No ponto “outras situações de perigo”, destacam-se a ausência temporária de suporte familiar, o comportamento desviante e o abandono. Por fim, referente ao maltrato psicológico, evidencia-se a exposição à violência doméstica (49%), o uso abusivo da autoridade (15%) e a rejeição ativa das responsabilidades parentais (13%) (ISS, 2024).

Estas situações têm um grande impacto no desenvolvimento da criança/jovem, originando danos que, sem uma intervenção adequada, serão irreversíveis. Apesar de se constar que o acolhimento residencial é a medida de proteção mais usual nestes casos, denota-se que a mesma pode constituir mais um perigo no desenvolvimento das crianças, uma vez que, de uma forma geral, pode potenciar situações de isolamento das mesmas com a sociedade e não se evidencia uma especial atenção aos cuidados emocionais e de atenção que nestes casos parecem imprescindíveis (Gaspar et al., 2019). Assim sendo, torna-se necessário refletir acerca do papel da instituição como fator de mudança das dificuldades no desenvolvimento da criança/jovem, uma vez que o principal objetivo desta medida é proporcionar-lhe um crescimento física e emocionalmente saudável.

De acordo com Iowa (2012) e Berens e Nelson (2015), como citado por Gaspar et al. (2019), foram realizados vários estudos que comprovam a existência de diferenças estruturais em várias áreas do cérebro, principalmente nas responsáveis pelas emoções e memórias, e embora estes estudos não demonstrem resultados aprofundados e completos, compreende-se que a exposição a maus-tratos tem repercussões a longo prazo no desenvolvimento da criança/jovem. Quando se denota uma mudança positiva de contexto antes dos dois anos de idade, os efeitos prejudiciais podem ser completamente reversíveis. No entanto, com o desenvolvimento do cérebro, torna-se mais difícil alterar as disfunções causadas.

A entrada, a saída e a alteração de instituições representam mudanças conturbadoras para crianças e jovens, com uma carência visível de mecanismos de apoio para facilitar a sua adaptação. Isso faz com que muitos jovens optem por permanecer nas suas famílias ao invés de irem para a casa de acolhimento, uma vez que nesse meio, encontram figuras de vinculação, ainda que seja em contextos de maus-tratos (Gaspar et al., 2019). Desta forma, torna-se essencial que os/as técnicos/as

das casas de acolhimento realizem um acompanhamento contínuo, personalizado e humanizado, com a finalidade de construir laços de confiança e criar um ambiente seguro que favoreça o desenvolvimento saudável das crianças e jovens. Devido à sua proximidade com os jovens, estes profissionais têm o papel de os motivar, aconselhar e tranquilizar, no entanto, de forma geral, estes acabam por não conseguir “substituir” a figura de vinculação devido à sua postura muitas vezes, distante e autoritária, que se torna como um fator prejudicial ao desenvolvimento do jovem (Gaspar et al., 2019).

Os jovens em acolhimento residencial enfrentam desafios acrescidos em áreas essenciais para sua vida adulta, como a educação e oportunidades de emprego, visto experienciarem situações de exclusão educativa, o que afeta a possibilidade de inserção no mercado de trabalho e, por consequência, o acesso a recursos para uma vida adulta independente (Fernández-Simo et al., 2023a). De forma geral, estes jovens saem das casas de acolhimento sem vínculos pessoais de apoio, uma vez que, entre outras razões, o sistema de proteção muitas vezes não favorece a criação de redes que facilitem o processo de emancipação do jovem. A intervenção nas casas de acolhimento é limitada pela falta de recursos, o que restringe as oportunidades de vivências comunitárias dos jovens e faz com que a sua rede social seja composta, principalmente, pelos seus pares com quem vivem nas casas de acolhimento. A falta de preparação adequada e de condições favoráveis para a autonomia e emancipação dos jovens acolhidos, resulta frequentemente em trajetórias de vida marcadas pela vulnerabilidade e dependência dos serviços sociais (Fernández-Simo et al., 2023b).

1.3. O acolhimento residencial de crianças e jovens em perigo em Portugal: breve enquadramento legal

Atualmente, em Portugal, o acolhimento residencial, enquadrado nas medidas de promoção e proteção de crianças e jovens em perigo, é legalmente incluído na Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP), Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro, com as redações dadas pela Lei n.º 31/2003, de 22 de Agosto, pela Lei n.º 142/2015, de 08 de Setembro, pela Lei n.º 23/2017, de 23 de Maio e pela Lei n.º 26/2018, de 5 de Julho. Consta ainda, no Regime de Execução do Acolhimento Residencial, segundo o Decreto-Lei (DL) n.º 164/2019, de 25 de outubro.

De acordo com a alteração da LPCJP, Lei n.º 142/2015, de 8 de setembro, o acolhimento residencial “consiste na colocação da criança ou jovem aos cuidados de uma entidade que disponha de instalações, equipamento de acolhimento e recursos

humanos permanentes, devidamente dimensionados e habilitados, que lhes garantam os cuidados adequados” (artigo [art.º] 49.º, n.º 1). Ainda, segundo o DL n.º 164/2019, de 25 de outubro, art.º 2.º, n.º 2 e 3, quando é aplicada a medida de acolhimento residencial, é prevista a reintegração da criança ou do jovem na família de origem ou em meio natural de vida. No entanto, quando não se reconhece essa possibilidade, podem ser implementadas medidas de autonomia de vida, de confiança com vista a adoção ou de apadrinhamento civil. A medida de promoção e proteção, acolhimento residencial, visa proporcionar à criança ou jovem um ambiente que satisfaça as suas necessidades físicas, emocionais, educacionais e sociais, garantindo laços afetivos estáveis importantes para o desenvolvimento harmonioso da sua personalidade e minimizando os danos emocionais causados por situações de risco. Visa ainda, fomentar a sua valorização pessoal e profissional, criando condições para a construção da sua identidade e da sua autonomia, promovendo uma plena integração social e comunitária (DL n.º 164/2019, de 25 de outubro, art.º 3.º, n.º 1).

Ainda, relativamente ao DL supramencionado, segundo o art.º 3.º, n.º 2, devem ser trabalhadas e reforçadas competências dos pais e mães e/ou dos detentores do exercício das responsabilidades parentais, com o intuito de as exercerem com qualidade e responsabilidade, segundo o superior interesse da criança/jovem. Para além dos princípios evidenciados no art.º 4.º da LPCJP, o trabalho realizado no seguimento da execução da medida de acolhimento residencial, deve ter em conta os seguintes parâmetros: Individualização – no sentido em que a intervenção prestada nas casas de acolhimento, deve focar-se na criança/jovem enquanto sujeito de direitos, atendendo às suas necessidades específicas, fomentando a criação de relações seguras de afetividade e o desenvolvimento de competências e valores com vista ao desempenho do seu papel na comunidade; Adequação - a intervenção a ser prestada, deve se adequar às necessidades de cada criança ou jovem, à respetiva situação familiar, e à finalidade e duração do acolhimento; Normalização – deve-se proporcionar às crianças e jovens acolhidos, um quotidiano semelhante ao de qualquer outra criança ou jovem da mesma faixa etária; Participação e audição – as crianças e jovens devem ver como garantidas as condições de privacidade e os meios de contacto necessários para que possam intervir nos processos e decisões que os afetam, e ainda, as condições para participar e ser ouvido nas decisões que lhe dizem respeito, em função da sua idade e maturidade, devendo ser tidas em consideração as suas opiniões, nomeadamente no que respeita à definição e execução do seu projeto de promoção e proteção e revisão da medida de acolhimento residencial; Privacidade - a promoção dos direitos e a

proteção da criança ou do jovem devem ser realizadas com consciência e respeito pela sua intimidade, direito à imagem e reserva da vida privada; Intervenção diligente – toda a intervenção e trabalho realizado com as crianças/jovens em acolhimento, deve ser eficiente, garantindo a maior prontidão possível no acolhimento da criança ou do jovem, bem como na implementação do plano de intervenção individual e da definição do seu projeto de vida; Preservação dos vínculos parentais e fraternos - deve ter-se em atenção a proximidade aos contextos de origem e a salvaguarda de relações psicológicas profundas, bem como a não separação de fratrias, salvo quando não coincida com superior interesse das crianças ou dos jovens envolvidos; Corresponsabilização da família de origem - deve fomentar-se a participação e capacitação da família de origem numa perspetiva de compromisso e de colaboração; Colaboração interinstitucional - deve assegurar-se a articulação entre as entidades envolvidas, no sentido de uma abordagem sistémica que, através dos respetivos profissionais, permita e facilite o desenvolvimento das potencialidades da criança ou do jovem e das respetivas famílias (DL n.º 164/2019, de 25 de outubro, art.º 4.º).

A promoção dos direitos e proteção das crianças e jovens em risco e/ou perigo compete às entidades com competência em matéria de infância e juventude, às comissões de proteção de crianças e jovens (CPCJ) e aos tribunais. As CPCJ, para além de prestarem funções de prevenção, acompanhamento e supervisão, desempenham uma intervenção direta em casos de crianças e jovens em perigo, tendo o poder de aplicar a medida de acolhimento residencial, e ainda, acompanhar a sua execução nos termos definidos no acordo de promoção e proteção (DL n.º 164/2019, de 25 de outubro, art.º 5.º, n.º 1). Em casos que a CPCJ ou outras entidades não consigam garantir a proteção da criança ou jovem, ou que as situações sejam complexas e exijam uma intervenção judicial, a execução da medida de acolhimento residencial é dirigida e controlada pelo tribunal que atribui as equipas específicas a acompanhar e avaliar o caso (DL n.º 164/2019, de 25 de outubro, art.º 5.º, n.º 2).

Os processos de promoção e proteção são geridos por um técnico designado pela CPCJ ou pelo tribunal, que deve mobilizar todos os intervenientes e recursos disponíveis, assegurando os apoios, serviços e acompanhamento necessários para cada criança/jovem e para a sua família de origem, facilitando sempre informações relativas à intervenção prestada e desenvolvida. Este técnico, designado por gestor de caso, deve exercer as suas funções em articulação com a equipa técnica da casa de acolhimento e com outras entidades ou serviços intervenientes no processo (DL n.º 164/2019, de 25 de outubro, art.º 7.º).

Posteriormente à aplicação da medida de acolhimento residencial, a equipa técnica da casa de acolhimento, em articulação com o técnico gestor do processo, deve elaborar um projeto de promoção e proteção, com um prazo de 60 dias desde a data da sua aplicação pela CPCJ ou pelo tribunal, que vá ao encontro com o estabelecido e definido no acordo de promoção e proteção, ou na decisão judicial (DL n.º 164/2019, de 25 de outubro, art.º 9.º, n.º 1 e 2). O projeto de promoção e proteção engloba o diagnóstico detalhado, relativo à situação da criança ou jovem, definindo as áreas do desenvolvimento individual, bem-estar, saúde, educação, socialização e integração comunitária. Este diagnóstico deve ser tido em conta durante a definição do plano de intervenção individual (DL n.º 164/2019, de 25 de outubro, art.º 9.º, n.º 3), elaborado pelas entidades indicadas no acordo de promoção e proteção ou na decisão judicial, como responsáveis pela execução dos atos materiais da medida (DL n.º 164/2019, de 25 de outubro, art.º 10.º, n.º 2).

De acordo com a Portaria (P) n.º 450/2023, de 22 de dezembro, art.º 6.º, n.º 1, as unidades residências de crianças e jovens em risco acolhem no máximo 15 crianças/jovens, atendendo em particular a situações de trauma e crise, de forma a garantir as necessidades imediatas num ambiente predominantemente afetivo, securizante e protetor. O acolhimento destas crianças e jovens deve ser feito até estes terem menos de 18 anos, sendo que o acolhimento poderá ser prolongado até terem uma idade inferior a 21 anos, desde que esta prorrogação seja solicitada antes de atingir a maioridade. Os jovens poderão ainda residir na casa de acolhimento até completarem os 25 anos sempre que existam, e apenas enquanto durem, processos educativos ou de formação profissional, nos termos da LPCJP (P n.º 450/2023, de 22 de dezembro, art.º 4, n.º 2). Em casos de acolhimento residencial de fratrias ou que se conheçam relações psicológicas profundas entre as crianças ou jovens, mesmo que não se trate de serem irmãos, deve ser respeitado o princípio da não separação e preservação de vínculos fraternos, garantindo a colocação das crianças ou jovens na mesma casa de acolhimento, excetuando os casos em que a decisão judicial seja contrária. Neste sentido, as casas de acolhimento residencial devem passar a ser preferencialmente mistas, com o intuito de não separar fratrias de géneros diferentes (P n.º 450/2023, de 22 de dezembro, art.º 4, n.º 3). No que concerne à cessação do acolhimento residencial, deve ser atempadamente e devidamente preparada pela equipa técnica da casa de acolhimento, em conjunto com o gestor de processo e incluindo nesse procedimento a criança ou jovem e a sua família de origem, exceto em situações em que tenha sido atribuída à criança/jovem a medida de adoção, família de acolhimento ou a instituição

com vista à adoção. Durante o processo da cessação da medida, os técnicos devem centrar-se na situação vivida pela criança/jovem, com o intuito de a/o direcionar devidamente para a reintegração familiar, o apadrinhamento civil ou a autonomia de vida (DL n.º 164/2019, de 25 de outubro, art.º 19.º, n.º 1). Após a cessação da medida, a equipa técnica da casa de acolhimento mantém as suas funções, articulando com os serviços das entidades em matéria de infância e juventude, no sentido de apoiar a criança/jovem, sempre que necessário, por um período mínimo de 6 meses, devendo ser sinalizada de imediato à CPCJ ou ao tribunal, qualquer perturbação na vida da criança ou jovem (DL n.º 164/2019, de 25 de outubro, art.º 19.º, n.º 3 e 4).

1.3.1. Alteração à Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo: retoma da medida de acolhimento

De acordo com a LPCJP, e em complementaridade ao anteriormente exposto, a cessação das medidas de acolhimento residencial pode ser efetuada em diversos momentos e por distintos motivos, como quando termine o respetivo prazo de duração ou eventual prorrogação; quando a decisão de revisão ponha termo à medida de acolhimento; em situações que seja decretada a adoção; quando o jovem atinge a maioridade ou, caso tenha solicitado a continuação da medida após os 18 anos, complete 21 anos, sendo ainda que o jovem pode permanecer na casa de acolhimento até aos 25 anos, sempre que existam, e apenas enquanto durem, processos educativos ou de formação profissional, desde que o pedido de manutenção seja renovado pelo jovem; quando for proferida decisão em procedimento cível que garanta o afastamento da criança/jovem da situação de perigo (Lei n.º 147/99, de 01 de Setembro, art.º 63.º, n.º 1 e 2).

A 25 de maio de 2023, foi publicada a quinta alteração à LPCJP, a Lei n.º 23/2023, de 25 de Maio, tornando possível a retoma das medidas. Portanto, com a Lei n.º 23/2023, de 25 de Maio, art.º 2.º, n.º 1, a criança ou jovem, acolhido numa instituição ou ao abrigo da medida de proteção de acolhimento familiar, que tenha terminado a medida por decisão própria, pode requerer, com justificação, a sua reativação, permitindo que a intervenção prossiga até aos 21 anos, se lhe tiver sido aplicado a medida de acolhimento residencial ou familiar antes dos 18 anos, ou até aos 25 anos, desde que esteja envolvido em processos educativos ou formação profissional, e apenas enquanto esses perdurarem. Esta alteração obedece aos mesmos procedimentos e processos do acolhimento, proporcionando ainda apoio económico e

acompanhamento psicopedagógico e social que capacitem a criança ou jovem a adquirir progressivamente autonomia de vida (Lei n.º 23/2023, de 25 de Maio, art.º 2.º, n.º 2).

Capítulo 2: Desenvolvimento humano e competências de autonomia em jovens acolhidos

2.1. Desenvolvimento humano na adolescência e início da idade adulta

A adolescência é um período em que o ser humano se encontra em evolução psicológica, intelectual e emocional, questionando o mundo, os adultos e a si mesmo enquanto indivíduo. Assim sendo, o/a adolescente passa por uma fase de descobertas, bem como do início da sua independência, provenientes do ambiente social e afetivo em que estão inseridos, revelando-se necessário o estabelecimento de limites definidos pelos pais e/ou cuidadores, de forma a ser potencializada uma personalidade saudável e uma perceção realista do que é certo e errado (Carvalho, et al., 2011). Assim, é importante que nesse período de amadurecimento e desenvolvimento psicossocial, a procura pela sua identidade adulta seja adequada à sua realidade atual durante a interação do mesmo com o meio envolvente. Identidade adulta esta, que deve ser estruturada com as relações afetivas no seio familiar (Brêtas, 2004).

Segundo Schoen-Ferreira et al. (2003), a construção da identidade é a tarefa mais importante da adolescência. Construir a identidade pressupõem que o indivíduo deve conseguir definir que pessoa é e quais os valores e direções deve seguir ao longo da sua vida (Erikson, 1972, cit. por Schoen-Ferreira et al., 2003). Portanto, a formação da identidade tem influência de fatores intrapessoais, como as capacidades inatas e as características adquiridas da personalidade, de fatores interpessoais, relacionados com a identificação com outras pessoas, e de fatores culturais, que se caracterizam como os valores sociais a que uma pessoa está exposta. O sentimento de ter a identidade pessoal desenvolvida, evidencia-se de duas formas. A primeira é reconhecer-se de forma contínua no tempo e no espaço, e a segunda é perceber que os seus pares reconhecem essa semelhança e continuidade (Schoen-Ferreira et al., 2003). Quanto mais desenvolvida estiver a identidade, mais o indivíduo reconhece as pareências e diferenças dos pares que o rodeiam, reconhecendo com clareza as suas limitações e habilidades. Por outro lado, quando menos desenvolvida estiver, mais o indivíduo precisa de apoio e de opiniões externas para fazer uma autoavaliação, e mais distante estará de compreender as pessoas como seres individuais e distintos (Kimmel & Weiner,

1998 cit. por Schoen-Ferreira et al., 2003).

Tendo em conta a importância das interações com a família e com os pares com quem estabeleçam vínculos afetivos significativos, torna-se relevante compreender a conexão entre as principais esferas de desenvolvimento, a partir do Modelo Bioecológico de Bronfenbrenner (Bronfenbrenner & Evans, 2000).

Segundo o modelo Bioecológico de Bronfenbrenner, ao longo da vida, o desenvolvimento humano resulta de processos de interação recíproca, que se tornam mais complexos de forma progressiva, entre um ser humano biopsicológico ativo em evolução e os seus pares, objetos e símbolos do ambiente envolvente. Para que estes processos sejam eficazes no desenvolvimento humano, é necessário que ocorram de forma regular e por longos períodos, sendo estas interações denominadas de processos proximais (Bronfenbrenner & Moris, 1998, cit. por Bronfenbrenner & Evans, 2000). Portanto, um processo proximal consta numa transferência de energia entre o indivíduo em desenvolvimento e os seus pares, objetos e símbolos do meio envolvente. Esta transferência pode ser realizada pela pessoa em desenvolvimento para as características do ambiente, das características do ambiente para a pessoa em desenvolvimento, ou em ambos os sentidos, separada ou simultaneamente (Bronfenbrenner & Evans, 2000). Assim sendo, esta teoria centraliza-se na dinâmica de inter-relações, e destaca que o desenvolvimento humano é o resultado da interação entre “Processo – Pessoa – Contexto – Tempo”, em que os elementos evidenciados influenciam o desenvolvimento humano e o seu resultado (Lopes & Anastácio, 2021). De acordo com Bronfenbrenner (1979/2004), citado por Gaspar et al. (2019), as transições não-normativas, que se referem a acontecimentos inesperados, como a entrada para uma casa de acolhimento, e as transições normativas, como a autonomização planeada, resultam em mudanças na perceção do indivíduo de si próprio e dos outros, e ainda, no estabelecimento de relações.

Para além dos factos evidenciados anteriormente, relativos ao desenvolvimento humano, denota-se a importância de delimitar os fatores que influenciam e definem a transição de um jovem para a vida adulta. Assim, nas sociedades contemporâneas, um conjunto de fatores sociais, políticos e económicos, têm conduzido a alterações no processo de transição para a idade adulta. Um mercado de trabalho cada vez mais complexo, tem resultado em percursos escolares mais longos e a inserções laborais mais tardias. Evidencia-se um prolongamento do período de dependência dos jovens em relação ao seu meio familiar (Mendonça et al., 2009). O aparecimento de novos valores na sociedade, resulta na evidencia de projetos e estilos de vida alternativos, que

se desalinham com a sequência normativa de passagem para a vida adulta. Portanto, os acontecimentos sociais que marcavam a entrada de um adolescente na idade adulta, como a conclusão dos estudos, a saída de casa dos pais, o casamento e a parentalidade, denotam-se atualmente menos lineares, perdendo a sua importância e relevância na definição e atribuição do estatuto de adulto (Arnett, 2001). Considerando estas mudanças, Arnett (2001) delimitou uma nova fase do desenvolvimento humano designada por *adulthood emergente*, definindo-o como um período entre os 18 e 29 anos, no qual os indivíduos já não se encontram na adolescência, no entanto, também não evidenciam características da idade adulta. Estas características também são evidenciadas em jovens acolhidos e ex-acolhidos, no entanto acarretam consigo algumas especificidades, uma vez que, para estes jovens, um regresso à casa dos pais, geralmente não é considerado, resultando antes em modelos não-lineares de transição, onde são abrangidos o risco e a imprevisibilidade, advindos de uma sucessão de situações complexas e transitórias (Gaspar et al., 2019). Assim, os jovens adultos acolhidos (ou ex-acolhidos) em autonomização, precisam de se adaptar à mudança, de forma que a transição ocorra positivamente, uma vez que os bons e maus episódios fomentam alterações na sua compreensão do mundo e, caso contrário, os seus procedimentos podem ser destabilizados. Portanto, as transições para a vida adulta, devem ser compreendidas e suportadas, uma vez que se caracterizam como momentos decisivos e repletos de oportunidades para o jovem (Gaspar et al., 2019).

2.2. Importância das competências de autonomia em jovens acolhidos

No contexto institucional, quando trabalhada a autonomia com as crianças e jovens acolhidos, é necessário que seja tido em conta as capacidades individuais, bem como a faixa etária de cada criança e/ou jovem, no sentido de serem promovidas competências que fomentem aquisições potenciadoras para alcançarem uma autonomia plena, com vista a uma saída da casa de acolhimento residencial de forma sustentada (Gomes, 2010). De acordo com Gaspar (2014), em Portugal verifica-se uma quase ausência de programas de autonomia no contexto institucional que potenciem as condições necessárias para os jovens mais velhos em acolhimento estarem expostos a situações quotidianas, como fazer compras e resolverem assuntos burocráticos com as entidades específicas, o que se identifica como uma problemática.

Assim, para aprofundar a problemática em questão, e conhecer a temática abordada no presente subcapítulo, é importante esclarecer o significado do conceito

“autonomia”. Portanto, segundo Carvalho e Cruz (2015), o termo “autonomia” é de origem grega, e apesar de poder ter diferentes interpretações e significados, no sentido da autodeterminação pessoal, está relacionado com conceitos como independência, liberdade e autossuficiência e com a ideia da capacidade em assumir a tomada de decisões sobre a sua própria vida. No mesmo sentido, Gomes (2010) define “autonomia” como a capacidade para assumir responsabilidades individuais, por assuntos e opções próprias, não estando exclusivamente ligado ao nível económico e físico, mas principalmente à afetividade e capacidade de assumir valores, juízos e decisões próprias. A mesma autora, sugere ainda que o processo de autonomia deve ser construído ao longo de todas as fases do desenvolvimento humano, explicitando que a autonomia engloba três dimensões distintas: a dimensão cognitiva, caracterizada pela capacidade de tomar decisões independentes através do estabelecimento de objetivos pessoais; a dimensão afetiva, que engloba a confiança nas pessoas de referência e vinculação; e a dimensão funcional, referente à capacidade de planejar e concretizar as próprias decisões.

Autores como Noom, Dekovic e Meeus (1999), ressaltam a importância tanto da autonomia, como da vinculação, para o desenvolvimento saudável psicossocial na adolescência. A autonomia é caracterizada como a capacidade de regular o próprio comportamento e a vinculação é descrita como a qualidade da relação com pessoas significativas. A autonomia e a vinculação não devem ser percebidas como dois polos opostos de uma dimensão, mas antes como duas dimensões diferentes. Estudos referidos por Noom et al. (1999), evidenciam a existência de uma relação positiva entre a autonomia e a qualidade da vinculação. Assim sendo, o desenvolvimento na adolescência caracteriza-se como desafiante, exigindo um equilíbrio entre um sentido emergente de si próprio como indivíduo com competências e capacidades, e um sentimento de pertença e ligação com os pares com quem estabelece vínculos significativos de forma contínua (Baltes & Silvefberg, 1994).

Esta relação entre a autonomia e a vinculação, parece ser fulcral no contexto institucional. Segundo Gomes (2010), quando a intervenção realizada junto das crianças e jovens acolhidos tem a finalidade de trabalhar competências que potenciem a promoção de autonomia, é necessário que seja efetuada com base numa relação de confiança. Assim, o papel assumido pelo adulto de referência, evidencia-se de extrema relevância através da definição de normas e limites, para que o processo de autonomia seja realizado de forma estruturada e segura. Só desta forma é garantido que o jovem consiga fazer uma avaliação e correção dos seus próprios comportamentos, quando se

revelam desadequados em situações concretas. A autora acrescenta ainda que, estabelecer um espaço afetivo e seguro que potencie o fortalecimento da autoestima, demonstra-se fundamental no processo de autonomia. Ou seja, a criança e/ou jovem, deve sentir-se inserida num ambiente de proteção, onde consiga desenvolver competências, ganhar autonomia relativamente ao adulto, atingir objetivos e fortalecer a autoestima. Deve ainda receber um reforço positivo do adulto, para que quando não consiga atingir os seus propósitos à primeira, tenha a oportunidade e resiliência de continuar a tentar, aprendendo a lidar com a frustração.

Ainda neste sentido, entende-se a necessidade de as crianças e jovens acolhidos, durante o processo de construção de autonomia, estarem inseridos num contexto em que sejam possibilitados de tomar decisões num plano de crescente responsabilização e partilha com os pares e adultos de referência, não exclusivamente às dinâmicas internas da casa de acolhimento residencial, mas antes, sendo promovida a sua inclusão na comunidade envolvente (Carvalho & Cruz, 2015). Denota-se assim, a relevância de estes jovens estarem inseridos na comunidade, durante a intervenção para o desenvolvimento de competências pessoais e sociais, nas suas rotinas diárias, em associações desportivas e culturais e nas iniciativas comunitárias informais, por exemplo (Gomes, 2010). Em contraste com a evidente importância da intervenção para o desenvolvimento de autonomia em crianças e jovens acolhidos, é possível verificar através da Lei n.º 147/99, de 01 de Setembro, art.º 35.º e art.º 45.º, as escassas medidas de “apoio para autonomia” planeadas e aplicadas em Portugal ao longo dos últimos anos. É confundida, em muitos casos, a independência material com a autonomia, quando um jovem se encontra empregado ou a frequentar formações, não significa que seja autónomo ou mais responsável pela sua própria vida. Segundo Carvalho e Cruz (2015), para o desenvolvimento da autonomia responsável é imprescindível que o jovem tenha estabelecido relações sociais e pessoais positivas com outros indivíduos. Ainda, é de salientar que a autonomia não é alcançada por um método rigoroso igual para todos, uma vez que cada jovem tem necessidades individuais e sociais e numa intervenção de promoção e proteção se destacam várias visões e mundos sociais em confronto.

Foram realizados diversos estudos em Portugal, no contexto do acolhimento residencial, que demonstram que os jovens acolhidos apresentam mais necessidade de acompanhamento a nível da autonomia nas atividades de vida diária, como em gestão de recursos, e ainda, que o grau de satisfação com a vida está positivamente interligado com a autonomia, de modo geral, com a autonomia na dimensão funcional e com a

satisfação com a instituição (Carvalho & Cruz, 2015). Evidencia-se assim, a importância de serem criadas respostas específicas ao nível de programas de desenvolvimento de competências para a vida, de forma a responder às necessidades dos jovens, fomentando a capacitação e autoconfiança dos mesmos para que consigam ultrapassar os problemas e contruir um projeto de vida satisfatório e adequado às suas capacidades e interesses (Santos et al., 2017).

2.3. Importância da preparação para o momento da desinstitucionalização

De acordo com Calheiros et al. (2013), têm sido publicados diversos estudos que demonstram a associação do acolhimento residencial a perturbações de desenvolvimento e dificuldades na adaptação à vida independente, e ainda, a evidencia de que as crianças e jovens em acolhimento residencial demonstram uma maior propensão de, no futuro, vivenciarem situações de insucesso escolar, desemprego, sem-abrigo, parentalidade prematura e problemas psicológicos como a depressão e stress. Segundo Arnett (2000), a fase de transição para a vida adulta e independente é particularmente uma etapa conturbada do desenvolvimento, portanto, é expectável que os jovens acolhidos encarem essa transição de uma forma mais desafiante e com dificuldade acrescida. Por outro lado, outros estudos têm dado destaque à possibilidade de superação dos fatores de risco, investigando a resiliência dos jovens em contexto de acolhimento residencial.

Segundo Cassarino-Perez et al. (2018), pesquisas realizadas em Espanha e nos Estados Unidos, identificam distintos perfis de jovens acolhidos/as, diferenciando em grupos de “menos adaptados” e “mais resilientes”. Estes estudos revelaram que muitos/as jovens conseguem superar situações adversas, mas destacam que a resiliência pode variar conforme os diferentes aspetos da vida, sendo fortes em certos domínios e mais vulneráveis noutros. Assim sendo, denota-se a importância de intervir com os jovens de uma forma abrangente, considerando aspetos cognitivos, sociais, emocionais e físicos. Ainda de acordo com Cassarino-Perez et al. (2018), o processo de autonomia e transição para a vida independente é único e pessoal, influenciado pelos laços com a família de origem e pela experiência vivida na casa de acolhimento, além das características individuais de personalidade de cada jovem. A influência do contexto institucional reforça a necessidade de políticas e programas específicos que apoiem esse processo de transição, especialmente quando efetuado sem o apoio familiar. O

sucesso para uma vida independente e autónomo depende da criação e execução de planos de intervenção adaptados às características e necessidades de cada jovem.

Em parte, as dificuldades supramencionadas, devem-se a falhas dos serviços de acolhimento e à falta de suporte durante esta transição. O reconhecimento deste facto tem facilitado a reconfiguração destas respostas, no sentido de serem implementados modelos de apoio mais satisfatórios (Moslehuddin & Mendes, 2006). Como tem vindo a ser defendido, uma intervenção baseada em atividades desenvolvidas exclusivamente no ambiente institucional, tende a potenciar escassas oportunidades para a independência e tomada de decisões dos jovens, dificultando ainda o estabelecimento de relações de referência e de suporte à integração social, que poderiam ser facilitadoras do processo de transição para uma vida independente (Calheiros et al., 2013). Na literatura, uma das grandes lacunas apontadas à intervenção realizada nas casas de acolhimento, é referente à falta de preparação prática para a vida autónoma, evidenciando fatores preponderantes neste processo, como a falta de envolvimento e de participação dos jovens na tomada de decisão relativa a aspetos relacionados com a sua vida, ainda, a falta de relações satisfatórias com um adulto de referência e a falta de acompanhamento após os jovens cessarem a medida de acolhimento (Freundlich & Avery, 2006).

Ainda neste sentido, durante a transição dos/as jovens acolhidos/as para a vida independente, é fulcral que se proporcionem oportunidades para que estes adquiram competências de autonomia, promovendo a integração e o desenvolvimento de uma identidade positiva. É importante que este processo seja gradual e realizado de forma individualizada e estruturada. Seria desejável que o processo de autonomização dos/as jovens passasse por viver num apartamento de autonomização, concretizar o percurso escolar definido pelo/a mesmo/a, procurar ou, preferencialmente, encontrar um emprego e adquirir independência financeira (Calheiros et al., 2013).

Parte II – Estudo Empírico

Capítulo 3: Metodologia

1. Apresentação do estudo

O cronograma dos procedimentos para a realização do estudo encontra-se no Anexo A. O presente estudo consta numa investigação qualitativa com carácter exploratório (Maia, 2020). Esta tipologia de metodologia escolhida e utilizada no presente estudo, centra-se nas experiências vividas pelos indivíduos, expressadas por pensamentos, sentimentos, atitudes e perceções. Esta abordagem de investigação enfatiza e prioriza o comportamento humano e a interação social, tendo como finalidade o desenvolvimento de novos conhecimentos fundamentados nas crenças e experiências dos participantes, ao invés de se basear em hipóteses pré-definidas e testáveis (Ohman, 2005).

As ciências sociais centram-se na compreensão da realidade humana vivida na sociedade, o que, por conseguinte, está diretamente ligado com o papel da metodologia qualitativa na área das ciências sociais (Évora, 2006). Portanto, a investigação qualitativa nas ciências sociais, foca-se numa realidade que não pode ser transformada em números e percentagens, visto trabalhar com um universo de significados, valores e atitudes, ou seja, foca-se numa área mais profunda das relações e dos fenómenos, não se materializando em operacionalizações de variáveis (Minayo, s.d., cit. por Évora, 2006).

A finalidade do presente estudo centra-se em conhecer e compreender os motivos que levam os jovens a cessar a medida de acolhimento na etapa de desenvolvimento da adolescência e início da idade adulta, aprofundando as vivências dos jovens acolhidos com 16/17 anos na casa de acolhimento, bem como, dos jovens que prolongaram a medida de acolhimento, dos jovens que cessaram a medida de acolhimento e dos técnicos/as superiores das casas de acolhimento, para conhecer de forma aprofundada e fundamentada a realidade estudada. Assim sendo, tanto o explicado anteriormente, como a questão de estudo e os objetivos gerais e específicos, apresentados no próximo subcapítulo (1.1.), vão ao encontro das características da metodologia apresentada e escolhida. No que diz respeito à estrutura do estudo, a recolha de dados é efetuada por entrevistas semiestruturadas (ou semidirectivas) (Amado, 2014; Bardin, 2022; Minayo & Costa, 2018), recorrendo à análise de conteúdo (Amado, 2014; Bardin, 2022), para aprofundar e analisar as mesmas.

1.1. Questão de estudo e objetivos de estudo

Após delineada e apresentada a problemática em estudo, bem como o fio condutor da investigação, surge a necessidade de delimitar e apresentar a questão de estudo, o objetivo geral e os objetivos específicos. De acordo com Bell (2010), na primeira fase da elaboração de um estudo qualitativo, deve ser formulada a questão de estudo e os objetivos gerais e específicos, uma vez que estes servirão como um guia para o investigador, visto demarcarem o percurso de investigação da temática proposta a estudo.

Assim sendo, a presente investigação pretende responder à questão de estudo formulada “quais os motivos que levam os jovens acolhidos, da faixa etária dos 16-21 anos, a cessar a medida de acolhimento?”. Ainda neste sentido, o objetivo geral proposto é “conhecer os motivos que levam os jovens acolhidos, entre os 16 anos e os 21 anos, a cessar a medida de acolhimento”, e os objetivos específicos são “conhecer o percurso dos jovens com 16/17 anos na casa de acolhimento”; “entender se os jovens de 16/17 anos tencionam prolongar ou cessar a medida de acolhimento quando atingirem a maioridade”; “compreender as motivações dos jovens com 16/17 anos para prolongar ou cessar a medida de acolhimento quando atingirem a maioridade”; “conhecer os objetivos dos jovens acolhidos com 18 anos ou mais, com a sua decisão de prolongar a medida de acolhimento”; “perceber a perspetiva dos jovens com 18 anos ou mais, que decidiram prolongar a medida de acolhimento, relativamente aos pontos negativos e positivos da sua decisão”; “conhecer os motivos que impulsionaram os jovens a cessar a medida de acolhimento”; “perceber a perspetiva dos jovens que decidiram cessar a medida de acolhimento, relativamente aos desafios e dificuldades sentidas impulsionadas pela sua decisão”; “compreender a perspetiva do/a técnico/a relativamente aos motivos que levam os jovens a cessar a medida de acolhimento” e “conhecer as estratégias aplicadas na intervenção com os jovens desde o início do acolhimento, no sentido de os preparar para a vida adulta fora da casa de acolhimento”.

1.2. Amostra e contexto de estudo

O presente estudo, como já tem sido evidenciado, tem como principal objetivo conhecer os motivos que levam os jovens a cessar a medida de acolhimento, ao invés de pedirem a prorrogação da mesma e continuarem a beneficiar dos apoios disponíveis

nas casas de acolhimento. De acordo com o Relatório CASA 2023, o maior número de saídas do sistema de acolhimento situa-se na faixa etária dos 18-20 anos, contando com 739 jovens (ISS, 2024). Entendendo que estes jovens, posteriormente a estarem ao abrigo das medidas de proteção, em específico, da medida de acolhimento residencial, viviam em ambientes de perigo e risco, torna-se pertinente conhecer as motivações dos mesmos para saírem das casas de acolhimento, conhecendo as suas perspetivas.

A escolha da amostra, num estudo de cariz qualitativo, mostra-se bastante particular, visto ter como objetivo principal investigar o máximo de informação e variedade para fundamentar o projeto de pesquisa (Aires, 2015). Portanto, denota-se a necessidade de selecionar a amostra, bem como a técnica de amostragem. Para este estudo, foi utilizada uma amostragem não probabilística por conveniência, visto a seleção da amostra ser efetuada de forma intencional e fundamentada nos objetivos gerais e específicos, na questão de estudo e nos critérios delineados (Aires, 2015).

Para responder à questão de estudo, foi sentida a necessidade de conhecer a perspetiva, não só dos jovens que cessaram a medida de acolhimento, mas também dos jovens acolhidos com 16/17 anos, visto se encontrarem numa idade em que já podem cessar a medida de acolhimento, ficando ao abrigo de uma medida de autonomia de vida, e estando próximos de atingir a maioridade, idade mais comum para efetuar esse pedido. Por outro lado, denota-se a pertinência de conhecer a visão dos jovens que prolongaram a medida de acolhimento, bem como dos/as técnicos/as que trabalham com estes jovens nas casas de acolhimento. Inicialmente, foram ainda incluídos na amostra, os jovens que cessaram a medida de acolhimento, mas que retomaram a medida. Visto esta alteração da lei ser bastante recente, Lei n.º 23/2023, de 25 de Maio, e ainda se encontrarem poucos jovens nessa situação, não se tornou possível a realização das entrevistas com os mesmos. Para proceder às entrevistas, contactaram-se 7 casas de acolhimento da região Centro e Região do Vale do Tejo, tendo apenas 3 delas respondido positivamente. Assim sendo, para respeitar o anonimato das entrevistas, as casas de acolhimento residencial estão denominadas, ao longo do estudo de CAR 1, CAR 2 e CAR 3.

1.2.1. Caracterização dos jovens com 16/17 anos

Primeiramente, no que concerne aos jovens acolhidos com 16/17 anos, como é possível verificar na Tabela 1, é evidente que a larga maioria tem 16 anos, sendo que

apenas a jovem 7 (J-7) apresenta 17 anos. Respeitante a esta faixa etária, foram entrevistados dois jovens do género masculino, da CAR 1, dois jovens também eles do género masculino, da CAR 2 e três jovens do género feminino, da CAR 3. As três jovens da CAR 3 e o J-2 da CAR 1 frequentam o 10º ano, os dois jovens da CAR 2 frequentam o 9º ano e o J-1, da CAR 1, frequenta o 11º ano. Relativamente ao número total de casas de acolhimento resididas pelos jovens, cinco deles apenas residiram a casa de acolhimento onde ocorreu as respetivas entrevistas, sendo que o J-3 e a J-5, para além da casa de acolhimento atual, estiveram em outras duas casas de acolhimento. Ainda, três dos jovens entrevistados encontravam-se acolhidos na casa de acolhimento atual há aproximadamente 5 anos, dois dos jovens, há aproximadamente 3 anos, o J-3 há aproximadamente 2 anos e o J-2 há 7 meses.

Tabela 1

Caracterização dos jovens acolhidos com 16/17 anos

Participantes	CAR	Idade	Género	Ano escolar	N.º total de CAR resididas	Duração do AR atual
J-1	1	16	Masculino	11º	1	3 anos
J-2	1	16	Masculino	10º	1	7 meses
J-3	2	16	Masculino	9º	3	2 anos
J-4	2	16	Masculino	9º	1	5 anos
J-5	3	16	Feminino	10º	3	5 anos
J-6	3	16	Feminino	10º	1	3 anos
J-7	3	17	Feminino	10º	1	5 anos

Nota: J= Jovem; CAR= Casa de Acolhimento Residencial; AR= Acolhimento Residencial.

1.2.2. Caracterização dos jovens que prolongaram a medida de acolhimento

No que respeita aos três jovens entrevistados, que prolongaram a medida de acolhimento, como consta na Tabela 2, o jovem do género masculino está acolhido na CAR 2 e as jovens do género feminino residem na CAR 3. O jovem que prolongou a medida de acolhimento 1 (JPM-1), tem 18 anos e para além da casa de acolhimento

residencial onde ocorreu a entrevista, já tinha estado acolhido em outras 3 casas de acolhimento, sendo que estava acolhido na CAR 2 há aproximadamente 5 anos. Relativamente às jovens da CAR 3, ambas têm 21 anos, sendo que a JPM-2 esteve no total em 3 casas de acolhimento, encontrando-se residida na atual CAR há aproximadamente 6 anos, e a JPM-3 apenas esteve acolhida na CAR 3, onde está acolhida há aproximadamente 15 anos.

Tabela 2

Caracterização dos jovens que prolongaram a medida de acolhimento

Participantes	CAR	Idade	Género	N.º total de CAR resididas	Duração do AR atual
JPM-1	2	18 anos	Masculino	4	5 anos
JPM-2	3	21 anos	Feminino	3	6 anos
JPM-3	3	21 anos	Feminino	1	15 anos

Nota: JPM= Jovem que Prolongou a Medida de acolhimento; CAR= Casa de Acolhimento Residencial; AR= Acolhimento Residencial.

1.2.3. Caracterização dos jovens que cessaram a medida de acolhimento

Por outro lado, referente aos jovens que cessaram a medida de acolhimento (JCM), como é evidente na Tabela 3, a JCM-1 é do género feminino, apenas esteve acolhida em 1 casa de acolhimento residencial, onde residiu durante aproximadamente 5 anos e efetuou o pedido para cessar a medida de acolhimento com 16 anos, ficando ao abrigo de uma medida de autonomia de vida. A JCM-2, também do género feminino, esteve ao abrigo da medida de acolhimento também em apenas 1 casa de acolhimento, na qual residiu durante 4 anos. Fez o pedido para cessar a medida de acolhimento aos 18 anos. Por fim, o JCM-3, do género masculino, esteve acolhido em 2 casas de acolhimento, tendo estado na primeira, dos 11 aos 17 anos e na segunda, dos 17 aos 19 anos, idade com que acabou por cessar a medida de acolhimento.

Tabela 3*Caracterização dos jovens que cessaram a medida de acolhimento*

Participantes	Idade	Género	N.º total de CAR resididas	Duração da medida de AR	Idade em que cessou a medida
JCM-1	21	Feminino	1	5 anos	16 anos
JCM-2	20	Feminino	1	4 anos	18 anos
JCM-3	20	Masculino	2	8 anos	19 anos

Nota: JCM= Jovem que Cessou a Medida de acolhimento; CAR= Casa de Acolhimento Residencial; AR= Acolhimento Residencial.

1.2.4. Caracterização dos/as técnicos/as das casas de acolhimento

Por fim, dos/as três técnicos/as (T) entrevistados/as, como consta na Tabela 4, o T-1 é do género masculino, sendo diretor técnico da CAR 2 há aproximadamente 13 anos e a T-2 é do género feminino, assim como a T-3. No que concerne à T-2, esta é diretora técnica da CAR 1 há aproximadamente 28 anos, e a T-3 é diretora técnica da CAR 3 há aproximadamente 22 anos.

Tabela 4*Caracterização dos/as técnicos/as das casas de acolhimento*

Participantes	CAR	Género	Tempo de exp. prof. na CAR atual	Cargo profissional
T-1	2	Masculino	13 anos	Diretor Técnico
T-2	1	Feminino	28 anos	Diretora Técnica
T-3	3	Feminino	22 anos	Diretora Técnica

Nota: T= Técnico/a; CAR= Casa de Acolhimento Residencial; exp. prof.= experiência profissional.

1.3. Procedimentos do estudo

Após a decisão da temática a ser estudada, da revisão da literatura, da definição da questão de estudo e dos objetivos gerais e específicos (Bardin, 2022), procedeu-se à construção do guião de quatro entrevistas distintas, que podem ser consultados no Anexo B, no Anexo C, no Anexo D e no Anexo E, de forma a delinear os objetivos de cada guião de entrevista e delimitar os critérios de inclusão para proceder à seleção da amostra e posterior contacto com o grupo de estudo. Assim, uma vez que a amostragem é não-probabilística por conveniência (Aires, 2010), foram selecionadas 7 casas de acolhimento residencial da Região Centro e Região Vale do Tejo que acolhessem jovens, ainda que não exclusivamente, com mais de 15 anos. Posteriormente, foram selecionados, de forma informal e individualmente, 3 jovens que cessaram a medida de acolhimento entre os 16 e 21 anos, antes de terminarem os seus estudos.

Após a seleção dos participantes, foi elaborada uma carta, enviada via e-mail para os/as Diretores/as Técnicos/as das casas de acolhimento selecionadas, que pode ser consultada no Anexo F, de forma a conhecer a intenção em participar ou não no estudo apresentado. No e-mail foram elencados os grupos de estudo das entrevistas, no sentido de perceber, junto de cada Diretor Técnico, quantos jovens acolhidos de 16/17 anos, jovens que prolongaram a medida acolhimento, jovens que cessaram a medida e posteriormente retomaram a medida de acolhimento (tendo sido perceptível, com as respostas dos/as Diretores/as Técnicos/as, que não seria possível realizar esta entrevista, por não estarem acolhidos jovens nestas condições, nas casas de acolhimento contactadas) e técnicos/as, das casas de acolhimento contactadas, poderiam participar no estudo. Ainda, foi pedido o contacto de jovens que tivessem estado acolhidos, mas que tivessem decidido cessar a medida de acolhimento, para se proceder também ao contacto com os mesmos. No e-mail, foram ainda elencados os objetivos das entrevistas, bem como assegurado o anonimato e confidencialidade de qualquer informação fornecida. Das 7 casas de acolhimento residencial, apenas 3 responderam positivamente, portanto, foi agendada uma primeira reunião com os/as técnicos/as, para explicar de forma mais detalhada os objetivos do estudo e das entrevistas a serem realizadas e ainda, perceber a quantos jovens de cada categoria pretendida e quantos técnicos da casa de acolhimento, estariam disponíveis para realizar as entrevistas. Após a primeira reunião, procedeu-se então ao agendamento das entrevistas, sendo que em todas as casas de acolhimento, houve entrevistas realizadas via zoom e outras foram efetuadas presencialmente na casa de acolhimento correspondente.

Antes de iniciar as entrevistas, foram explicadas, mais uma vez, a cada

entrevistado, as questões éticas de anonimato e confidencialidade, pedindo ainda que assinassem o documento do consentimento informado, que poderá ser consultado no Anexo G, o documento dirigido a todos os entrevistados com 18 anos ou mais, e no Anexo H, dirigido aos entrevistados menores de idade. Ainda, foi pedida a autorização para gravar o áudio da entrevista, para poder proceder à transcrição na íntegra da entrevista, sendo que todos os participantes acederam ao pedido. As entrevistas decorreram entre abril e outubro de 2024. Posteriormente, foi realizada a transcrição de todas as entrevistas para se poder iniciar o processo da análise de conteúdo (Bardin, 2022). No fim de todas as entrevistas se encontrarem transcritas, procedeu-se à codificação dos dados recolhidos e à categorização e subcategorização dos mesmos (Amado, 2014).

1.4. Instrumentos de recolha de dados

De acordo com o supramencionado, o instrumento selecionado para realizar a recolha de dados é a entrevista semiestruturada (Bardin, 2022; Minayo & Costa, 2018) direcionada à amostra anteriormente descrita, no sentido de conhecer as suas perspetivas relativamente à temática e as suas experiências nas casas de acolhimento, de forma a alcançar os objetivos e responder à questão de estudo.

A entrevista, num sentido mais amplo, relacionado com a comunicação verbal, e num sentido mais preciso, interligado com a construção de conhecimento de determinado tema/objeto, é uma técnica comumente utilizada nas investigações de cariz qualitativo (Minayo & Costa, 2018). A entrevista é uma técnica de recolha de dados que se apresenta com uma fala espontânea, em que o entrevistado tem a possibilidade de dizer de forma livre o que viveu, sentiu e pensou relativamente a algum assunto, proposto pelo entrevistador. Assim sendo, esta técnica apresenta-se com um cariz subjetivo. O entrevistado, quando diz “Eu”, fala relativamente ao seu próprio sistema de pensamento, aos seus processos cognitivos, aos seus sistemas de valores e representações. Esta singularidade individual acarreta consigo a riqueza desta técnica, no entanto, concede-lhe uma aparência por vezes contraditória, com recuos e clarezas enganadoras (Bardin, 2022). Por sua vez, as entrevistas semiestruturadas apresentam como características, além das já descritas, a existência prévia de um guião, com flexibilidade e possivelmente sujeito a adaptações (Maia, 2020).

Como foi descrito anteriormente, para alcançar os objetivos gerais e específicos, e responder à questão de estudo, foram construídos quatro guiões, direcionados a

quatro grupos de estudo distintos. Assim, seguindo as indicações de Silvestre et al. (2014), no processo de construção do guião, deve ter-se em atenção à estrutura do mesmo, que deve ser efetuada em blocos temáticos relacionados com os objetivos gerais da investigação. Em cada bloco temático, devem ser elencados os objetivos específicos correspondentes e deve estar presente um número equilibrado de questões. As questões planeadas devem estar escritas com uma linguagem clara e adequada à temática e aos entrevistados.

Assim sendo, segue uma breve síntese dos guiões construídos, para o presente estudo, de modo a garantir o respeito pelas etapas e características mencionadas. No Anexo B, consta o guião de entrevista direcionado para os jovens acolhidos com 16/17 anos, que está dividido em seis partes. A primeira parte, corresponde a um breve enquadramento da entrevista, onde são elencados os objetivos e esclarecidas as questões éticas, como a garantia da confidencialidade. Esta primeira parte é igual em todos os guiões. Na segunda parte são feitas questões de apresentação, bem como, relativas ao percurso institucional do jovem; na terceira parte as perguntas são relacionadas com o percurso do jovem na casa de acolhimento atual; na quarta parte, e última com questões relacionadas com o tema, é feita uma reflexão sobre o que o jovem pretende fazer quando atingir a maioridade (cessar ou prolongar a medida de acolhimento) e os motivos para essa decisão; na quinta parte da entrevista, é perguntado ao entrevistado se tem alguma questão ou comentário que queria acrescentar e na última parte é feito um agradecimento pela sua disponibilidade e participação. Assim como a primeira parte do guião, a quinta e a sexta parte são iguais em todos os guiões. No guião dos jovens que prolongaram a medida de acolhimento, na segunda parte são feitas perguntas com o intuito de o jovem se apresentar e dar a conhecer alguns aspetos do seu acolhimento, como a duração, a qualidade das relações estabelecidas com os/técnicos/as e restantes crianças e jovens acolhidos, entre outros; a terceira parte é focada na compreensão da decisão tomada pelo jovem aos 18 anos (prolongar a medida de acolhimento), bem como entender os motivos que o impulsionaram na sua decisão; por fim, é proposta uma reflexão da decisão tomada, onde por exemplo, é feita a questão se o jovem está arrependido com a sua decisão e os motivos da resposta dada. No que concerne ao guião dos jovens que cessaram a medida de acolhimento, começa mais uma vez com perguntas de apresentação do jovem e do seu percurso desde que está ao abrigo da medida de acolhimento residencial; na terceira parte do guião, são pensadas perguntas que possibilitem a compreensão da decisão tomada pelo jovem (cessar a medida de acolhimento) bem

como os seus motivos; na quarta parte, o tema das perguntas é o conhecimento do jovem relativamente à mudança legislativa da retoma das medidas, no sentido de tentar perceber a perspetiva do mesmo acerca do tema e entender de que forma essa alteração poderia afetar na sua decisão de cessar a medida, uma vez que, como já foi anteriormente explicado, não foi possível entrevistar jovens que tenham beneficiado dessa mesma mudança da lei, e se considerou pertinente, ainda assim, entender o impacto desta alteração legislativa; na última secção do guião são elaboradas questões que permitam uma reflexão acerca da decisão tomada pelo jovem (cessar a medida). Por fim, no guião elaborado para os/as técnicos/as, são elaboradas questões para tentar conhecer a perspetiva de cada um relativamente à temática em estudo; na terceira e última parte de questões, as perguntas pensadas são com o intuito de conhecer as estratégias utilizadas na casa de acolhimento respetiva para combater a problemática evidenciada. Esta breve síntese serve para se perceber a relação dos temas de cada bloco temático, com o objetivo geral e os objetivos específicos, já anteriormente elencados.

1.5. Procedimentos de análise dos dados

Após a realização da recolha de dados, através das entrevistas semiestruturadas, é necessário proceder à análise da informação recolhida, que será efetuada através da análise de conteúdo, sob a orientação do descrito por Amado (2014) e Bardin (2022).

Assim sendo, começamos por analisar o conceito aqui em estudo, para facilitar de facto, o processo de análise. O conceito de análise de conteúdo tem sido alvo de algumas alterações evolutivas, sendo que inicialmente era descrito de uma forma mais descritiva e quantitativa, e atualmente, já lhe é concedido um cariz mais interpretativo e inferencial. De acordo com a definição de um dos seus criadores, Berelson (1952, cit. por Amado, 2014), este conceito é descrito como sendo uma técnica de pesquisa documental, que procura distribuir em categorias o conteúdo recolhido. O objetivo principal desta técnica é a descrição objetiva, sistemática e quantitativa dos conteúdos previamente recolhidos. Desta forma, denota-se que esta perspetiva é centrada nas denotações, ou seja, no primeiro sentido do discurso, e não nas conotações, portanto, nos pontos de vista subjetivos de quem fala ou escreve (Amado, 2014). Mais tarde, Osgood (1959, cit. por Amado, 2014), um dos “históricos” desta técnica, entendeu que este conceito não tem uma função meramente descritiva das informações recolhidas,

como era defendido anteriormente, mas que se caracteriza antes, como um processo inferencial, que procura um sentido que ultrapassa o que é prontamente percebido e que está à espera de ser descoberto. Desta forma, entende-se que a característica mais importante da análise de conteúdo, para além da rigorosa e objetiva representação dos conteúdos e informações recolhidas, efetuada através da sua codificação e organização por categorias e subcategorias, é o progresso em direção à compreensão completa dos seus significados, explorando áreas menos óbvias, determinadas pelo contexto ou condições em que foram produzidas. Esta característica, permite utilizar a análise de conteúdo em vários tipos de dados/documentos, especialmente nos que refletem visões subjetivas do mundo (Amado, 2014).

Bardin (2022), define que a análise de conteúdo se organiza em três fases: a pré-análise; a exploração do material; e o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação. A primeira fase, a pré-análise, tem três objetivos principais, sendo estes a escolha dos documentos a serem submetidos à análise (no caso específico do presente estudo, não corresponde a documentos previamente escritos por algum autor, mas antes, entrevistas semiestruturadas efetuadas à amostra definida para esta investigação), a formulação dos objetivos e questão de estudo e a elaboração de indicadores, capazes de fundamentar a interpretação final. A segunda fase, a exploração do material, corresponde à elaboração de operações de codificação, decomposição ou enumeração. Por fim, a terceira fase, o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação, visa validar a informação recolhida e torná-la significativa.

Assim sendo, tendo já efetuado a primeira fase, no próximo capítulo da presente investigação, serão efetuadas e descritas a segunda e terceira fase estabelecidas por Bardin (2022).

Capítulo 4: Análise dos Resultados

1. Análise de conteúdo das entrevistas

No presente capítulo, referente à análise dos resultados, é efetuada a mesma através do método descrito anteriormente, análise de conteúdo (Amado, 2014; Bardin, 2022). Assim sendo, será exposta a sistematização e organização da informação obtida nas 16 entrevistas realizadas aos grupos de estudo anteriormente descritos e apresentados. A análise das entrevistas foi feita por amostra, portanto, embora no fim

do capítulo seja realizada uma discussão dos resultados que engloba uma análise comparativa entre as respostas dadas pelos diversos entrevistados, independentemente da categoria a que correspondem, a análise está organizada em quatro partes diferentes, uma vez que cada grupo de estudo esteve sujeito a guiões de entrevistas distintos.

Neste sentido, referente às entrevistas efetuadas aos jovens acolhidos com 16/17 anos, surgiram 3 dimensões, assim como no que concerne às entrevistas dos jovens que prolongaram a medida de acolhimento e às entrevistas dos jovens que cessaram a medida de acolhimento. Por fim, relativamente à análise de conteúdo das entrevistas concretizadas aos/às técnicos/as das casas de acolhimento residencial, foram consideradas 2 dimensões. Todas as dimensões, correspondentes a cada amostra, bem como as suas categorias e subcategorias, serão evidenciadas em tabelas, sendo que ao longo do capítulo, as dimensões serão destacadas entre aspas e as categorias e subcategorias apresentadas em itálico.

1.1. Análise de conteúdo das entrevistas dos jovens acolhidos com 16/17 anos

Assim sendo, as dimensões correspondentes à análise de conteúdo realizada nas entrevistas dos jovens acolhidos com 16/17 anos, são “Trajetória inicial e experiência emocional do acolhimento residencial”, “Vínculos interpessoais, apoio e relações familiares no acolhimento residencial” e “Perspetivas futuras e decisões sobre o acolhimento residencial”, respetivamente.

A Tabela 5 corresponde às categorias e subcategorias presentes na dimensão “Trajetória inicial e experiência emocional do acolhimento residencial”. Nesta dimensão evidenciaram-se duas categorias, nomeadas de *emoções positivas sentidas nos primeiros dias na CAR* e *emoções negativas sentidas nos primeiros dias na CAR*. Destas duas categorias, surgiram quatorze subcategorias.

Tabela 5

Categorias e subcategorias correspondentes à dimensão “Trajetória inicial e experiência emocional do acolhimento residencial”

Dimensão	Categorias	Subcategorias	F	%
		Bem-estar	1	4%

"Trajetória inicial e experiência emocional do acolhimento residencial"	Emoções positivas sentidas nos primeiros dias na CAR	Alívio	2	8%
		Familiar	1	4%
		Feliz	1	4%
	Emoções negativas sentidas nos primeiros dias na CAR	Estranho	4	16%
		Desconhecido	2	8%
		Triste	4	16%
		Diferente	2	8%
		Difícil	2	8%
		Fechado	1	4%
		Vergonha	1	4%
		Revolta	2	8%
		Sufrimento	1	4%
		Solidão	1	4%
		Total		25

Nota: F= Frequência (número de vezes referido); %= Percentagem do número de vezes referido

Respeitante à categoria, *Emoções positivas sentidas nos primeiros dias na CAR*, surgiram quatro subcategorias, *bem-estar*, referida 1 vez (4%), *alívio* mencionada 2 vezes (8%), *familiar*, descrita 1 vez (4%) e *feliz*, identificada 1 vez (4%). Com a categoria *Emoções negativas sentidas nos primeiros dias na CAR*, consideraram-se dez subcategorias, sendo estas, *estranho*, mencionada 4 vezes (16%), *desconhecido*, evidenciada 2 vezes (8%), *triste*, referida 4 vezes (16%), *diferente*, indicada 2 vezes (8%), *difícil*, evidenciada 2 vezes (8%), *fechado*, indicada 1 vez (4%), *vergonha*, contabilizada 1 vez (4%), *revolta* indicada 2 vezes (8%) e *sofrimento* e *solidão*, também mencionadas 1 vez cada uma (4% cada uma).

Assim sendo, foi possível entender que as emoções consideradas na categoria *Emoções positivas sentidas nos primeiros dias na CAR*, foram mencionadas por jovens que entraram para a casa de acolhimento residencial com 16 anos (J-2), idade mais elevada de todas as mencionadas, ou por jovens em que a CAR onde ocorreu a entrevista, não tinha sido a primeira em que tinham estado acolhidos (J-3 e J-5). Apesar do J-2 também ter descrito os primeiros dias do acolhimento residencial como *estranho* e *desconhecido*, entende-se que as emoções descritas na categoria *Emoções negativas sentidas nos primeiros dias na CAR*, foram consideravelmente referidas por jovens a quem foi aplicada a medida de acolhimento numa idade anterior aos 16 anos, e que a CAR atual foi a sua primeira experiência no acolhimento, o que pode justificar e esclarecer o facto de as subcategorias mais vezes referenciadas serem *estranho* e *triste*.

A Tabela 6, corresponde às categorias e subcategorias referentes à dimensão “Vínculos interpessoais, apoio e relações familiares no acolhimento residencial”. Com esta dimensão, surgiram seis categorias, nomeadas de *apoio na CAR*, *relação com os/as outros/as jovens*, *relação com os/as técnicos/as*, *contextos de convívio com amigos/as fora da CAR*, *melhores momentos na CAR* e *piores momentos na CAR*, sendo que, no total, às seis categorias, correspondem vinte e sete subcategorias.

Tabela 6

Categorias e subcategorias correspondentes à dimensão “vínculos interpessoais, apoio e relações familiares no acolhimento residencial”

Dimensão	Categorias	Subcategorias	F	%		
“Vínculos interpessoais, apoio e relações familiares no acolhimento residencial”	Apoio na CAR	Irmã	1	1,7%		
		Todos	1	1,7%		
		Irmão	1	1,7%		
		Colega da CAR	3	5,2%		
		Algumas técnicas	1	1,7%		
		Ninguém	1	1,7%		
	Relação com os/as outros/as jovens		Boa	6	10,3%	
			Normal	2	3,4%	
			Boa só com algumas	1	1,7%	
			Conflito com algumas	1	1,7%	
	Relação com os/as técnicos/as		Boa	6	10,3%	
			Agradável	1	1,7%	
			Normal	1	1,7%	
			Confiança	1	1,7%	
			Boa só com alguns	2	3,4%	
			Não confio	1	1,7%	
	Contextos de convívio com amigos/as fora da CAR		Escola	5	8,6%	
			Hora de saída durante a semana	3	5,2%	
			Hora de saída ao fim de semana	6	10,3%	
			Melhores momentos na CAR	Passeio nas férias	4	6,9%
				Ainda não tive	1	1,7%
	Será quando eu sair da CAR	1		1,7%		
	Piores momentos na CAR		Momentos divertidos	1	1,7%	
			Zanga com colegas da CAR	2	3,4%	
			Ainda não tive	1	1,7%	
			Castigo	1	1,7%	
Dia em que vim para a CAR			3	5,2%		
Total			58	100%		

Nota: F= Frequência (número de vezes referido); %= Percentagem do número de vezes referido

Na categoria *Apoio na CAR*, a subcategoria mais vezes mencionada foi *colega da CAR*, 3 vezes referida (5,2%), sendo que todas as outras subcategorias, como *irmã*, *todos*, *irmão*, *algumas técnicas* e *ninguém*, foram evidenciadas apenas 1 vez (1,7% cada uma). Apesar de as categorias *todos* e *ninguém* terem sido mencionadas apenas 1 vez cada uma, é interessante ver as perspetivas tão distintas e contrastantes do J-2 e da J-6 (jovens que mencionaram as categorias evidenciadas, respetivamente) que podem ser explicadas pelo facto de estarem acolhidos em CAR diferentes e por isso, terem uma experiência diferente relativa ao ambiente vivido na CAR. Por exemplo, o J-2 considera que “Toda a gente apoia de uma maneira diferente, então acho que toda a gente contribui nessa parte de apoio.”, e, por outro lado, a J-6 relata que “Cá dentro acho que já não tenho. Não confio em ninguém aqui. Quer dizer, confio em algumas meninas, mas o que elas fazem não se chama bem de apoio. Tenho aqui algumas amigas, mas não acho que sejam um apoio, não consigo falar com elas sobre tudo...”.

Quanto à categoria *relação com os/as outros/as jovens*, surgem as subcategorias *boa*, mencionada 6 vezes (10,3%), *normal*, referida 2 vezes (3,4%), *boa só com algumas*, elencada apenas 1 vez (1,7%) e *conflito com algumas*, também indicada 1 vez (1,7%). Desta forma, entende-se que a maioria dos jovens acolhidos com 16/17 anos, considera estabelecer uma boa relação com os/as colegas da CAR, como é o exemplo do J-1, que por ser um dos mais velho, sente ser um apoio para os mais novos “Eu sou um dos rapazes mais velhos, então eu sinto-me mais ou menos como um exemplo para os pequenitos e como um irmão mais velho”. No entanto, nem todos os jovens sentem o mesmo, principalmente nas casas de acolhimento que acolhem um número maior de crianças e jovens, como explica a J-5 “Vamos ser sinceras, aqui há grupos com quem nos damos bem. Pronto, e depois há outros que não se dão assim tão bem, e depois geram-se conflitos. (...) Por um lado, gostava que fossemos todas mais unidas, mas por outro, nós somos muitas, portanto era difícil conseguir confiar em todas.”.

No que concerne à categoria *relação com os/as técnicos/as*, evidenciaram-se as subcategorias *boa*, mencionada 6 vezes (10,3%), *boa só com alguns*, referida 2 vezes (3,4%) e *agradável*, *normal*, *confiança* e *não confio*, todas estas indicadas apenas 1 vez (1,7% cada uma). Mais uma vez, é perceptível que a maioria dos jovens entrevistados entende a sua relação com os/as técnicos/as como sendo positiva, como explica o J-3 “São pessoas em quem confio e quando se passa alguma coisa, sei que posso contar com eles.”. No entanto, no que concerne ao aspeto de “confiar” nos/nas técnicos/as,

nem todos os jovens estão de acordo, como é possível verificar no testemunho da J-7 “Algumas são mais difíceis, mas nunca falto ao respeito a nenhuma. Não as vejo como um apoio. Eu não consigo confiar muito nelas, porque elas às vezes falam umas com as outras e eu não gosto dessas coisas. Se eu falo com uma, é só com aquela que eu quero que fique a conversa, e isso não acontece muito nesta casa, toda a gente fica a saber.”, sendo que, mais uma vez, é uma das jovens acolhidas na CAR 3, que se destacada como a CAR abrangida no presente estudo, com um número mais elevado de crianças e jovens acolhidos/as.

Com a categoria *contextos de convívio com amigos/as fora da CAR*, surgiram três subcategorias, sendo estas *escola*, mencionada 5 vezes (8,6%), *hora de saída durante a semana*, indicada 3 vezes (5,2%) e *hora de saída ao fim de semana*, referida 6 vezes (10,3%). Foi possível verificar que os jovens da CAR 1 e 2, têm a possibilidade de sair da casa de acolhimento e estar com os amigos tanto ao fim de semana como durante a semana, como confirmam os relatos do J-2 “(...) se eu pedir para sair posso sair. É normal, não é como as pessoas pensam que é. Não é um sítio fechado, onde estás trancado e só saís para ir para a escola e voltar. Dão-te a liberdade como se estivesses em casa, mas há algumas regras que tens de cumprir, que é normal. Acho que todos os sítios têm de ter regras.” e do J-3 “(...) marco uma saída ou assim, e vou ter com os meus amigos daqui. Nunca experimentei a marcar uma saída todos os dias, mas se calhar eles até deixam.”. Por outro lado, as jovens da CAR 3, apenas têm hora de saída ao fim de semana, sendo que a J-5 tem direito apenas a 1 hora e 30 minutos ao sábado e ao domingo, enquanto as J-6 e J-7 podem sair ao fim de semana durante 2 horas e 30 minutos.

Relativamente à categoria *melhores momentos na CAR*, surgiram quatro subcategorias, sendo que a mais elencada foram *passeio nas férias*, 4 vezes (6,9%), e as outras três, mencionadas apenas 1 vez (1,7% cada uma), foram *ainda não tive, será quando eu sair da CAR* e *momentos divertidos*. No que diz respeito à subcategoria *ainda não tive*, o J-2 refere que “Eu acho que ainda não tive um melhor momento (...). Mas já tive momentos felizes, eu sinto-me bem por aqui estar todos os dias.”. Em contraste, o J-4 admite mesmo que “O melhor... sei lá! O melhor vai ser quando eu sair.”.

Por fim, na categoria *piores momentos na CAR*, surgiram quatro subcategorias, sendo estas *zanga com colegas da CAR*, referida 2 vezes (3,4%), *ainda não tive* e *castigo*, ambas mencionadas 1 vez (1,7% cada uma) e *dia em que vim para a CAR*, indicada 3 vezes (5,2%). Desta forma, entende-se que a subcategoria com maior número de referências é *dia em que vim para a CAR*, sendo que os jovens que deram

essa resposta foram os J-4, J-6 e J-7. O J-4 e a J-7 tinham respondido anteriormente que sentiram revolta nos primeiros dias de acolhimento, e a J-6, que tinha confessado ter sentido muito sofrimento no início do seu acolhimento, o que pode estar relacionado com a subcategoria presentemente analisada.

A Tabela 7 apresenta as categorias e subcategorias correspondentes à dimensão “perspetivas futuras e decisões sobre o acolhimento residencial”. As categorias evidenciadas nessa dimensão são *relação com a família biológica, pontos negativos da CAR, pontos positivos da CAR, intenções após os 18 anos, interesse em continuar os estudos, motivos para prolongar a medida e motivos para cessar a medida*. Surgiram então quarenta e três subcategorias, que serão expostas e analisadas de seguida.

Tabela 7

Categorias e subcategorias correspondentes à dimensão “perspetivas futuras e decisões sobre o acolhimento residencial”

Dimensão	Categorias	Subcategorias	F	%
“Perspetivas futuras e decisões sobre o acolhimento residencial”	Relação com a família biológica	Não é boa	1	1,6%
		Já foi melhor	1	1,6%
		Baralhado	1	1,6%
		Frustrado	1	1,6%
		Só com uma parte da família	4	6,4%
		Não tenho relação	1	1,6%
		Boa	1	1,6%
		Pontos negativos da CAR	Não posso tirar carta de mota	1
	Não posso sair à noite		1	1,6%
	Não posso participar numa equipa de jogos de computador		1	1,6%
	Não posso comprar as minhas coisas		1	1,6%
	Queria estar mais vezes com os meus amigos		1	1,6%
	Queria estar mais vezes com o meu namorado		2	3,2%
	Queria estar com uma amiga que vive longe	1	1,6%	

	Nada	1	1,6%
	Viver a adolescência como os outros jovens	1	1,6%
Pontos positivos da CAR	Ir para a faculdade	1	1,6%
	Emprego em part-time	1	1,6%
	Foco na escola	2	3,2%
	Passear	1	1,6%
	Competências adquiridas	1	1,6%
	Crescimento pessoal	1	1,6%
	Continuar a estudar	2	3,2%
	Gosto pela escola	1	1,6%
Intenções após os 18 anos	Prolongar a medida	6	9,7%
	Cessar a medida	1	1,6%
Interesse em continuar os estudos	Faculdade	5	8,1%
	Terminar o 12º ano	1	1,6%
	Formações	1	1,6%
Motivos para prolongar a medida	Tirar carta de condução de carro	2	3,2%
	Faculdade	4	6,4%
	Comprar um carro	1	1,6%
	Não tenho para onde ir	1	1,6%
	Terminar os estudos	1	1,6%
	Arranjar um trabalho	1	1,6%
	Juntar dinheiro	1	1,6%
	Cama	1	1,6%
	Comida	1	1,6%
	Apoio social e económico	1	1,6%
	Segurança	1	1,6%
Motivos para cessar a medida	Coisas que se passaram na CAR	1	1,6%
	Cansado	1	1,6%
	Já não me acrescenta nada	1	1,6%
Total		62	100%

Nota: F= Frequência (número de vezes referido); %= Percentagem do número de vezes referido

Na categoria *relação com a família biológica*, a subcategoria com maior número de referências foi *só com uma parte da família*, mencionada 4 vezes (6,4%), sendo que

todas as outras subcategorias foram referidas apenas 1 vez (1,6% cada uma.). Assim sendo, as restantes subcategorias são nomeadas por *não é boa, já foi melhor, baralhado, frustrado, não tenho relação* e *boa*. O J-1 afirma que a relação com a sua família biológica já foi melhor do que é atualmente, e confessa ainda que “A relação mais próxima que tenho é mesmo com a minha irmã. Às vezes fico um bocado baralhado e frustrado com tudo, mas como disse há bocado tenho muito apoio dos técnicos e vou seguindo.”. Por outro lado, a J-7, que admite não falar com o seu pai e muito raramente com o seu irmão, vê na sua mãe um grande apoio, embora não esteja presente fisicamente, uma vez que está presa, não deixa de a apoiar “Com o meu pai não falo, com o meu irmão também é raro porque ele está na Covilhã com a namorada, e a minha mãe agora também está presa. Eu falo com ela todos os dias, mas em questão de proximidade não tenho desde que ela foi presa. Falamos por telefone todos os dias, e uma vez por mês fazemos uma videoconferência, assim consigo vê-la.”. Ainda, a J-5 afirma não manter qualquer contacto com nenhum membro da sua família biológica, embora conte com o apoio da sua família de apoio “Não mantenho relação com ninguém da minha família biológica. Só vou a casa da minha família de apoio. Estou proibida de contactar os meus pais, e eles a mim. Por um lado, tenho pena, por outro compreendo que é o melhor.”.

Relativamente à categoria *pontos negativos da CAR*, foram consideradas nove subcategorias, sendo que a que conta com um maior número de referências é a *queria estar mais vezes com o meu namorado*, mencionada 2 vezes (3,2%). As seguintes subcategorias foram evidenciadas apenas 1 vez (1,6% cada uma), *não posso tirar carta de mota, não posso sair à noite, não posso participar numa equipa de jogos de computador, não posso comprar as minhas coisas, queria estar mais vezes com os meus amigos, queria estar com uma amiga que vive longe, nada e viver a adolescência como os outros jovens*. Relativamente à subcategoria *não posso comprar as minhas coisas*, o J-4 explica que “Imagine, eu quero uns calções de uma marca que eu gosto. E eu quero comprar uns... eu tenho uma parte do dinheiro, só que não chega, é um bocado mais... e com o dinheiro da semanada, não me querem dar o resto. O dinheiro que eu já tenho, fui eu que trabalhei para ele, por isso falta pouco, mas não me dão esse dinheiro da semanada para comprar os calções.”. Ainda, relativamente à subcategoria *viver a adolescência como os outros jovens*, a J-7 percebe o facto de não poder viver a adolescência como os outros jovens, por estar acolhida, como explica “Ahhh, muitas coisas... Ainda por cima eu namoro, e gostava muitas vezes, sei lá, ir dormir a casa dele, ou de ir à praia com ele e com os amigos, e coisas assim, e não consigo, ou ir, sei

lá, viver a minha adolescência como toda a gente vive, e eu não vivo porque estou cá dentro.”. Na dimensão anteriormente analisada, foi possível compreender que a J-7 e a J-5 que também nomeou a subcategoria *queria estar mais vezes com o meu namorado*, apenas estão com os seus pares fora da CAR nas suas horas de saída, que são 2 horas e 30 minutos e 1 hora e meia ao sábado e ao domingo, respetivamente, o que pode estar interligado com as respostas dadas na presente categoria.

No que diz respeito à categoria *pontos positivos da CAR*, as subcategorias que surgiram foram *ir para a faculdade*, mencionada 1 vez (1,6%), *emprego em part-time*, referida 1 vez (1,6%), *foco na escola*, indicada 2 vezes (3,2%), *passar*, evidenciada 1 vez (1,6%), *competências adquiridas*, referida 1 vez (1,6%), *crescimento pessoal*, mencionada 1 vez (1,6%), *continuar a estudar*, indicada 2 vezes (3,2%) e *gosto pela escola*, considerada 1 vez (1,6%). O J-2 reconhece o valor da oportunidade e apoio que os/as técnicos/as da CAR lhe têm dado, principalmente nesta fase em que irá iniciar o seu trabalho em part-time “Eu acho que tenho conseguido alcançar uma coisa que alcancei agora, que é um emprego, vou começar a trabalhar em part-time. E eu acho que consegui isso porque estou aqui e deram-me o apoio total.”. Reconhece ainda que desde que está acolhido, tem tido mais apoio com os seus estudos “Também consigo estar mais focado na escola, porque tenho mais possibilidades para estudos, e explicações”, ideia partilhada pela J-7, que confessa só ter começado a gostar de estudar desde que está na CAR “Eu vejo o Lar, por um lado, como uma coisa boa na minha vida, porque eu quando cá cheguei eu não sabia nada da escola, eu não gostava da escola, odiava a escola, era uma coisa que eu não queria. E agora é uma coisa que eu gosto, o Lar ensinou-me a gostar, e eu acho que é uma ferramenta boa!”. Apesar de apontar alguns aspetos negativos na CAR, o J-4 consegue entender a mais-valia que tem sido estar acolhido, em alguns aspetos da sua vida “Eu aqui... cresci muito... Deu para crescer, sim. Ter mais mentalidade, ter mais noção das coisas. Ganhei várias competências sim.”.

Referente à categoria *intenções após os 18 anos*, surgiram 2 subcategorias, *prolongar a medida*, considerada 6 vezes (9,7%) e *cessar a medida*, indicada 1 vez (1,6%). O J-4, que mostrou a sua vontade de cessar a medida de acolhimento residencial quando atingir a maioridade, refere “Finalizo por ali. Se calhar ainda vou conseguir sair em setembro deste ano, em princípio, mas ainda não sei. Eu não quero ficar aqui.”.

De forma a completar os dados da categoria anterior, a categoria *motivos para prolongar a medida*, abrange as seguintes subcategorias: *tirar carta de condução de*

carro, evidenciada 2 vezes (3,2%), *faculdade*, indicada 4 vezes (6,4%), *comprar um carro*, mencionada 1 vez (1,6%), *não tenho para onde ir*, referida 1 vez (1,6%), *terminar os estudos*, considerada 1 vez (1,6%), *arranjar um trabalho*, indicada 1 vez (1,6%), *juntar dinheiro*, referida 1 vez (1,6%), *cama*, considerada 1 vez (1,6%), *comida*, mencionada 1 vez (1,6%), *apoio social e económico*, evidenciada 1 vez (1,6%) e, por fim, *segurança*, referida 1 vez (1,6%). No que concerne às últimas 4 subcategorias expostas, a J-7 explica que "(...) aqui eu sei que tenho uma cama, tenho comida, tenho apoio social e económico, e se calhar se eu for precipitadamente lá para fora, não tenho. É por isso que eu quero ficar aqui mais um tempo que é para ter a segurança de que lá fora tenho a segurança que tenho aqui dentro.", embora admita, quando questionada sobre a sua vontade de prolongar ou cessar a medida, "Eu por enquanto fico, mas pronto, queria ver se conseguia sair, porque pronto as coisas aqui também não estão fáceis para mim, porque pronto, oiço bocas e coisas assim. Tenho quase 18 anos e não tenho de estar a aturar estas coisas. Queria ver se saía, mas com responsabilidade de que tenho uma vida segura lá fora.". Por outro lado, a J-5 reconhece que teria algumas dificuldades acrescidas se saísse da CAR aos 18 anos, uma vez que "Se eu saísse daqui com 18 anos não tinha para onde ir, e também acho que não ia conseguir acabar os estudos, na minha opinião. Talvez conseguisse, mas não tinha esta possibilidade, porque aqui estão-me a ajudar."

Por fim, na categoria *motivos para cessar a medida*, surgiram as subcategorias *coisas que se passaram na CAR*, *cansado* e *já não me acrescenta nada*, todas mencionadas 1 vez (1,6%). O J-4, quando questionado sobre os motivos que o levam a querer cessar a medida de acolhimento, explicou "Coisas que se passaram aqui comigo, com os educadores no início, e já estou cansado disto. Já não me acrescenta mais, já não me faz mais sentido. Eu só quero estudar até ao 12º ano. Por enquanto, quando sair, vou viver com a minha mãe e ajudá-la no que puder. Juntar algum dinheiro e depois arranjar uma casa para mim."

1.2. Análise de conteúdo das entrevistas dos jovens que prolongaram a medida de acolhimento

Estando finalizada a análise de conteúdo das entrevistas realizadas aos jovens com 16/17 anos, passamos de seguida à análise das entrevistas efetuadas aos jovens que prolongaram a medida de acolhimento residencial. Assim sendo, ao longo da análise de conteúdo a estas entrevistas, foram consideradas três dimensões, sendo as

mesmas “Trajetória do acolhimento residencial e interações sociais”, “Decisões e expectativas no prolongamento do acolhimento” e “Reflexões sobre o prolongamento da medida de acolhimento residencial”.

Na Tabela 8, estão evidenciadas as categorias correspondentes à dimensão “trajetória do acolhimento residencial e interações sociais”. Nesta dimensão surgiram duas categorias, *relação com os/as outros/as jovens* e *relação com os/as técnicos*. Das cinco categorias, resultaram dezassete subcategorias.

Tabela 8

Categorias e subcategorias correspondentes à dimensão “trajetória do acolhimento residencial e interações sociais”

Dimensão	Categorias	Subcategorias	F	%
“Trajetória do acolhimento residencial e interações sociais”	Relação com os/as outros/as jovens	Não muito boa	1	10%
		Pessoas revoltadas	1	10%
		Pouca maturidade	1	10%
		Não me identifico	1	10%
		Boa	1	10%
	Relação com os/as técnicos/as	Normal	1	10%
		Pessoas de confiança	1	10%
		Boa	2	20%
		Como família	1	10%
		Total		10

Nota: F= Frequência (número de vezes referido); %= Percentagem do número de vezes referido

No que concerne à categoria *relação com os/as outros/as jovens*, foram destacadas as subcategorias *não muito boa*, *pessoas revoltadas*, *pouca maturidade*, *não me identifico* e *boa*, todas elencadas 1 vez (10% cada uma). Ao indicar as quatro primeiras subcategorias, o JPM-1 justifica “(...) eu, felizmente e sou grato por isso, vejo as coisas de maneira diferente dos meus colegas, normalmente eles são pessoas revoltadas, com todos os seus problemas, que é normal. Aliás, normal não, é comum. (...) Só que eles não têm muitas vezes a maturidade que é pretendida para a altura, eu sinto que tenho um bocadinho mais de noção da realidade. (...) Ou seja, não há aqui muita coisa com que eu me identifique com eles. Não querendo dizer que eu sou melhor

que alguém, porque ninguém é melhor que ninguém, acho que há essas pequenas diferenças. (...) Mas não são pessoas com quem eu me identifique, com quem eu me dê muito bem.”. Num tom contrastante, a JPM-2 que se encontra atualmente no apartamento de autonomia, afirma que “A maioria das jovens que estão cá já não as conheço. Mas das que eu conheço, acho que é bom, sempre que eu cá venho procuram por mim, e isso é sempre bom, é sempre bom saber que deixamos aqui uma marca.”. Relativamente às jovens com quem vive no apartamento de autonomia, o cenário é ligeiramente diferente, mas entende que se dão todas bem, apesar das suas diferenças, “Com as do apartamento de autonomia, tem dias... Vivemos 24h umas com as outras, é difícil, ainda por cima agora vem aí o verão, está tudo de férias, vai ser complicado. Mas dá-se tudo bem, só que temos discussões e opiniões diferentes, mas está tudo a ser bem gerido.”.

Na última categoria desta dimensão, *relação com os/as técnicos/as*, surgiram quatro subcategorias, sendo estas *boa*, mencionada 2 vezes (20%) *normal*, *pessoas de confiança* e *como família*, as três indicadas 1 vez (10% cada uma). Ao contrário da categoria anterior, constata-se que a relação com os/as técnicos/as é vista como positiva por todos os/as jovens que prolongaram a medida de acolhimento entrevistados/as. No entanto, é possível entender um contraste de ideias, relativamente à perceção da equipa técnica como família ou não. Assim, a JPM-3, que está acolhida na CAR3 desde os 6 anos, entende que a sua relação com as técnicas e monitoras é “Muito boa. Agora há monitoras novas, que eu já não tenho tanta ligação. Mas como eu já estou aqui há muitos anos, tornaram-se quase a minha família. Eu agora estou no apartamento de autonomia, e por isso não venho aqui tantas vezes como gostava (...). Mas sempre que venho cá, tento sempre tirar um bocadinho para conversar, até porque fizeram parte da minha vida, e vão fazer sempre. (...) porque se calhar elas também me continuam a ver se calhar como a pequenina que para aqui veio com 6 anos, e é estranho, agora ser assim grande, e falarem de mim tão pequenina.”. Por outro lado, o JPM-1 afirma que “Eu pessoalmente, não os vejo como um pai ou como uma mãe, porque lá está, eu sou muito apegado à minha família, mas vejo-os como pessoas que fazem essa função.”. Estes relatos contrastantes, podem ser originados por dois aspetos evidenciados anteriormente. Em primeiro lugar, o JPM-1 já tinha estado acolhido em outras três casas de acolhimento antes de ir para a CAR2, ao contrário da JPM-3, que sempre esteve acolhida na CAR3. Por outro lado, a JPM-3, está acolhida desde os 6 anos e, como irá ser demonstrado na análise da próxima dimensão, não tem suporte da sua família biológica, sendo que o JPM-1, está acolhido na CAR2 desde os 13 anos e

relata que “(...) sou muito apegado à minha família (...)”.

Na Tabela 9, são destacadas as categorias e subcategorias da dimensão “decisões e expectativas no prolongamento do acolhimento”. Assim sendo, surgiram quatro subcategorias, nomeadamente, *motivos do prolongamento*, *objetivos do prolongamento*, *desafios sem o prolongamento* e *metas a alcançar antes de cessar a medida de acolhimento*. Destas categorias, surgiram 20 subcategorias.

Tabela 9

Categorias e subcategorias correspondentes à dimensão “decisões e expectativas no prolongamento do acolhimento”

Dimensão	Categorias	Subcategorias	F	%
“Decisões e expectativas no prolongamento do acolhimento”	Motivos do prolongamento	Decisão subentendida	1	3,8%
		Não tenho para onde ir	1	3,8%
		Universidade	2	7,7%
		Vida seria mais difícil	1	3,8%
		Não tenho apoio familiar	2	7,7%
		Bolsa de estudo	1	3,8%
		Objetivos do prolongamento	Estabilidade social	1
	Estabilidade financeira	1	3,8%	
	Universidade	2	7,7%	
	Carreira	1	3,8%	
	Ferramentas mentais	1	3,8%	
	Desafios sem o prolongamento	Bolsa de estudo	1	3,8%
		Trabalhar e estudar	2	7,7%
		Universidade	2	7,7%
		Part-Time	1	3,8%
	Metas a alcançar antes de cessar a medida de acolhimento	Competências	2	7,7%
		Autonomia	1	3,8%
		Crescer	1	3,8%
		Juntar dinheiro	1	3,8%
		Emprego na área	1	3,8%
Total			26	100%

Nota: F= Frequência (número de vezes referido); %= Percentagem do número de vezes referido

Com o intuito de compreender os motivos que os jovens entrevistados tiveram em conta para tomar a decisão de prolongar a medida de acolhimento, será de seguida explanada a categoria: *motivos do prolongamento*. As subcategorias que surgiram com a categoria indicada foram *decisão subentendida*, evidenciada 1 vez (3,8%), *não tenho para onde ir*, indicada 1 vez (3,8%), *universidade*, mencionada 2 vezes (7,7%), *vida seria mais difícil*, assinalada 1 vez (3,8%), *não tenho apoio familiar*, considerada 2 vezes (7,7%) e *bolsa de estudo*, referida 1 vez (3,8%). A subcategoria *não tenho para onde ir*, indicada 1 vez, pelo JPM-1, e a subcategoria *não tenho apoio familiar*, mencionada 2 vezes, pelas JPM-2 e JPM-3, parecem ter um sentido idêntico, mostrando que nenhum

dos três jovens teria para onde ir, onde viver, quem os apoiasse, se não tivessem prolongado a medida de acolhimento aos 18 anos, como explica o JPM-1 “Não há alternativas, eu não tenho para onde ir. É melhor para mim continuar aqui.”, acrescentado ainda “Nomeadamente pelo percurso que eu quero fazer, que é ir para a universidade e tal... Pronto, faz sentido eu ter esse acompanhamento mais próximo. Tenho a minha avó, é certo. Mas a minha avó não me consegue dar o acompanhamento que aqui me dão. A minha vida seria um pouco mais difícil.”. Esta falta de apoio familiar faz crescer um receio nos jovens, do dia em que tiverem de sair da CAR, como admite a JPM-2 “(...) o facto de não ter apoio familiar lá fora, faz me ter um bocadinho de receio do que é que vai ser. Eu agora estou com 21 anos, tenho de sair dali entretanto e já penso em tudo, “o que é que vai acontecer, como é que eu vou viver, o que é que eu vou fazer, como é que eu vou pagar”, percebes? É todo um medo que eu tenho, já desde assim algum tempo.”. Por outro lado, terminar os estudos e ir para a universidade parece também estar presente nos principais motivos que os jovens consideraram para prolongar a medida de acolhimento, como foi possível entender pelo discurso da JPM-3 “Primeiro foi pensar que aqui tinha a oportunidade de ir para a universidade, sendo que lá fora iria ser mais difícil. (...) Nós se calhar lá fora não tínhamos as bolsas de estudo que temos aqui, não tínhamos a oportunidade de estudar para fora, se calhar. Então pensei “ok, se eu sair aos 18 anos, não tenho nada, vou fazer o quê?” Preciso sempre de mais bases, então...”.

Com a categoria *objetivos do prolongamento*, foram consideradas cinco subcategorias. A subcategoria com um maior número de referências foi *universidade*, 2 vezes mencionada (7,7%), seguida das restantes, todas referidas 1 vez (3,8% cada uma), *estabilidade social*, *estabilidade financeira*, *universidade*, *carreira* e *ferramentas mentais*. Nesta categoria, surgiu uma diversidade de subcategorias, sendo que cada jovem parece focar-se em pontos distintos, mas todos eles fulcrais e pertinentes. O JMP-1 evidencia, “Mas o meu objetivo é sempre o mesmo, independentemente de ter a medida ou não. Quero ter uma vida estável, tanto vida social como financeira. (...) Gostava de ir para a universidade. (...) o objetivo é ir para a universidade e seguir uma carreira, neste caso, de emergência médica que é o que eu gosto.”. Ainda neste sentido de seguir os estudos, a JPM-3 admite “(...) seguir a licenciatura em educação social. E então, pronto... Percebi que precisava de continuar aqui. Ok que podia continuar lá fora, mas aqui teria muito mais apoio e ajuda, até porque pagar um quarto agora não é assim tão barato (...)”. Por outro lado, a JPM-2 tem outros aspetos que considera fundamentais para se sentir segura quando cessar a sua medida de acolhimento “se me disserem

para sair hoje, porque estou preparada fisicamente, e posso sair porque consigo limpar a casa, porque consigo fazer a comida e porque consigo fazer essas coisas todas, tudo bem. Agora, falta-me a minha capacidade mental, percebes? E eu não tenho isso. Por isso é que tenho medo, e faz parte. Então acho que é isso que estou um bocado à procura, de conseguir arranjar ferramentas mentais, para não ser tão assustador.”.

No que concerne à categoria *desafios sem o prolongamento*, foram consideradas quatro subcategorias, sendo que as subcategorias, *trabalhar e estudar e universidade*, foram mencionadas 2 vezes cada uma (7,7%), já as subcategorias *bolsa de estudo e part-time*, foram referidas 1 vez (3,8% cada uma). É possível então subentender que os maiores desafios que os jovens consideram que teriam se tivessem cessado a medida ao invés de a prolongar, estariam relacionados com o trabalho e com os estudos, por exemplo, a JPM-2 para além de ter conseguido entrar na universidade, conseguiu arranjar um part-time na farmácia à frente da CAR “A universidade. Até porque hoje é preciso estar-se licenciado para se conseguir trabalhar. E mesmo assim ainda é difícil. Também consegui arranjar um part-time, na farmácia à frente do lar e, portanto, consigo estudar e trabalhar.”.

Por fim, referente à categoria *metas a alcançar antes de cessar a medida de acolhimento*, foram evidenciadas as seguintes subcategorias: *competências*, mencionada 2 vezes (7,7%), *autonomia*, referida 1 vez (3,8%), *crescer*, indicada 1 vez (3,8%), *juntar dinheiro* considerada 1 vez (3,8%) e *emprego na área* considerada 1 vez (3,8%). Ao ser questionado sobre o que pretende alcançar antes de cessar a medida, o JPM-1, reflete sobre o facto de ter a oportunidade de crescer com adultos de referência, que o têm ajudado a adquirir bastantes competências e acrescenta “(...) antes de terminar a medida, pretendo adquirir ainda mais competências. Quando nós estamos com alguém com quem passamos muito tempo, temos de tirar partido disso.”. Por outro lado, a JPM-3, parece focada em encaminhar a sua vida a nível profissional “Trabalhar na área que estou a estudar, porque acho que é o que eu me vejo mais a fazer. E pronto, espero conseguir arranjar logo o trabalho na área e depois sair daqui.”.

Na Tabela 10, estão expostas as categorias e subcategorias referentes à dimensão “reflexões sobre o prolongamento da medida de acolhimento residencial”. Foram consideradas quatro subcategorias, sendo estas, *pontos positivos do prolongamento da medida*, *pontos negativos do prolongamento da medida*, *alteração da decisão* e *fatores decisivos*. Destas categorias surgiram dezasseis subcategorias.

Tabela 10

Categorias e subcategorias correspondentes à dimensão “reflexões sobre o prolongamento da medida de acolhimento residencial”

Dimensão	Categorias	Subcategorias	F	%
“Reflexões sobre o prolongamento da medida de acolhimento residencial”	Pontos positivos do prolongamento da medida	Oportunidades	2	10,5%
		Estar com a minha irmã	1	5,3%
		Universidade	1	5,3%
		Trabalho	1	5,3%
		Competências	1	5,3%
		Apoio	1	5,3%
	Pontos negativos do prolongamento da medida	Liberdade	1	5,3%
		Privacidade	1	5,3%
		Atenção	1	5,3%
		Nada negativo	1	5,3%
		Medo de fechar o ciclo	1	5,3%
	Alteração da decisão	Mesma decisão	3	15,8%
	Fatores decisivos	Consciência	1	5,3%
		TESP	1	5,3%
Licenciatura		1	5,3%	
Responsabilidades de adultos		1	5,3%	
Total			19	100%

Nota: F= Frequência (número de vezes referido); %= Percentagem do número de vezes referido

Relativamente à primeira categoria, *pontos positivos do prolongamento da medida*, a subcategoria com um maior número de referências foi *oportunidades*, indicada 2 vezes (10,5%), todas as subcategorias seguintes foram referidas 1 vez (5,3% cada uma), *estar com a minha irmã*, *universidade*, *trabalho*, *competências* e *apoio*. Muitas das subcategorias expostas, parecem ir ao encontro de subcategorias anteriormente expostas, como explica a JPM-2 “Eu acho que é muito do que eu já tenho dito até agora.”. No entanto, o JPM-1 acrescenta “Eu vejo como vantagens todas estas oportunidades que me deram, e que talvez eu não pudesse ter, ou que seria muito mais difícil para mim. Mas isto é a longo prazo, às vezes nós não conseguimos pensar a longo prazo quando estamos frustrados, só pensamos no momento, e às vezes as coisas demoram a dar frutos.”. Ainda neste sentido, e corroborando com a maioria das subcategorias anteriormente expostas, a JPM-3 indica “O ponto positivo é que nos

deram mais apoio e não tive de me preocupar com as coisas de adulto muito rápido”.

Por outro lado, as subcategorias indicadas na categoria *pontos negativos do prolongamento da medida*, foram *liberdade, privacidade, atenção, nada negativo, medo de fechar o ciclo*, todas mencionadas 1 vez (5,3%). Apesar de os jovens terem mostrado maior facilidade em mencionar aspetos positivos ao invés de aspetos negativos, o JPM-1 explica, “(...) na verdade os pontos negativos são insignificantes, quando estão postos ao lado dos pontos positivos. (...) Talvez um ponto negativo, a curto prazo talvez, imagine, num ambiente familiar, onde há menos pessoas, é claro que a atenção individualizada é muito maior, não é? E a liberdade e pronto, é tudo diferente.”. Por outro lado, a JPM-3, assim como a JPM-2 já tinha indicado na categoria *objetivos do prolongamento*, o seu receio de sair da CAR e explica “O ponto negativo talvez é aquele medo de fechar o ciclo. Acho que também me fez pensar que “ok, já tenho dezoito anos e agora tenho que fechar já o ciclo, tenho já que viver outro mundo”. A realidade é que nós só conhecemos esta realidade. E foi pensar nisso, “ok, eu conheço esta realidade e agora vou para o mundo, como é que eu vou...” (...) não temos a realidade que os outros jovens têm.”.

No que concerne à categoria *alteração da decisão*, apenas surgiu a subcategoria *mesma decisão*, mencionada pelos 3 jovens (15,8%). Relativamente à categoria *fatores decisivos*, surgiram as subcategorias *consciência, TESP, licenciatura e responsabilidades de adultos*, todas estas referidas apenas 1 vez (5,3% cada uma). Para justificar o facto de considerar que tomaria a mesma decisão, o JPM-1 explicita “(...) eu sou consciente de que tomei uma boa decisão. Tendo em conta todos estes fatores, os fatores positivos e negativos, são mais os fatores a favor do que os fatores contra. Se eu vejo que foi uma boa decisão, tomá-la-ia novamente.”. Ainda neste sentido, a JPM-3 justifica “Porque apesar de termos sempre que fechar um ciclo e sabermos que isto foi uma etapa da nossa vida, se calhar, lá fora não teria tido a oportunidade de estar a acabar agora um TESP, de candidatar-me à licenciatura e não ter a responsabilidade de uma adulta, ainda.”. Por outro lado, a JPM-2 admite que “se calhar não tinha ido para o apartamento de autonomia, mas sim, voltaria a prolongar a medida.”.

1.3. Análise de conteúdo das entrevistas dos jovens que cessaram a medida de acolhimento

Terminada a análise de conteúdo efetuada às entrevistas concretizadas aos jovens que prolongaram a medida de acolhimento, parece fulcral iniciar a análise de conteúdo das entrevistas realizadas aos jovens que cessaram a medida de acolhimento residencial. Portanto, foram consideradas três dimensões distintas, sendo estas “relações interpessoais, motivações e desafios no pós-cessação da medida de acolhimento residencial”, “impacto da alteração legislativa na decisão de cessação da medida de acolhimento residencial” e “reflexões sobre a cessação da medida de acolhimento residencial”.

Na Tabela 11, estão evidenciadas as categorias e subcategorias correspondentes à dimensão “relações interpessoais, motivações e desafios no pós-cessação da medida de acolhimento residencial”, na qual se consideraram as seguintes categorias: *motivos da decisão, relação com os/as outros/as jovens, relação com os/as técnicos/as, conquistas após a cessação da medida, dificuldades sentidas e apoios*. Para além das categorias evidenciadas, surgiram trinta e sete subcategorias.

Tabela 11

Categorias e subcategorias correspondentes à dimensão “relações interpessoais, motivações e desafios na pós-cessação da medida de acolhimento residencial”

Dimensão	Categorias	Subcategorias	F	%	
“Relações interpessoais, motivações e desafios na pós-cessação da medida de acolhimento residencial”	Motivos da decisão	Divergência de jovens acolhidos	1	2,3%	
		Jovens violentas	1	2,3%	
		CAR não segura	1	2,3%	
		Situações de perigo	2	4,6%	
		Falta de apoio da equipa técnica	2	4,6%	
		Ferramentas desadequadas	1	2,3%	
		Atividades fora da CAR	1	2,3%	
		Projetos	1	2,3%	
		Rede de apoio fora da CAR	1	2,3%	
		Desvalorizada	1	2,3%	
		Regras restritas	1	2,3%	
		Falta de liberdade	1	2,3%	
		Aprendizagens suficientes	1	2,3%	
		Responsabilidade	1	2,3%	
		Relação com os/as outros/as jovens	Mantenho contacto com alguns/algumas	3	6,9%
			Péssima	1	2,3%

Relação com os/as técnicos/as	Boa com as monitoras	1	2,3%
	Péssima com as Técnicas	2	4,6%
	Segunda família	1	2,3%
Conquistas após a cessação da medida	Paz de espírito	1	2,3%
	Casa	1	2,3%
	Café	1	2,3%
	Viagens	1	2,3%
	Família	1	2,3%
	Privacidade	1	2,3%
	Autonomia	1	2,3%
	Responsabilidade	1	2,3%
Dificuldades sentidas	Nível financeiro	1	2,3%
	Responsabilidades	1	2,3%
	Gestão financeira	1	2,3%
Apoios	Nenhum	1	2,3%
	Apoio inexistente pelas técnicas da CAR	1	2,3%
	Técnica da EMAT	1	2,3%
	Técnica da CPCJ	1	2,3%
	Comunidade	1	2,3%
	Assuntos burocráticos	2	4,6%
	Receitas de refeições	1	2,3%
Total		43	100%

Nota: F= Frequência (número de vezes referido); %= Percentagem do número de vezes referido

Relativamente à primeira categoria evidenciada na dimensão em estudo, *motivos da decisão*, surgiram quatorze subcategorias, sendo que as mais indicadas foram *situações de perigo e falta de apoio da equipa técnica*, ambas mencionadas 2 vezes (4,6%). As seguintes subcategorias foram todas referidas 1 vez (2,3%), *divergência de jovens acolhidos, jovens violentas, CAR não segura, ferramentas desadequadas, atividades fora da CAR, projetos, rede de apoio fora da CAR, desvalorizada, regras restritas, falta de liberdade, aprendizagens suficientes e responsabilidade*. Para justificar o que teve em conta para cessar a medida de acolhimento, a JCM-1 confessou que “Eu sinto que lá dentro, primeiro há uma divergência muito grande no tipo de jovens que se acolhe. (...) Mas então por outro lado, nós tínhamos meninas a entrar, que às vezes eram meninas que já estavam no mundo da droga, às vezes na prostituição, ah violência. Elas mesmas eram violentas, ou seja, não foram só elas mesmas vítimas, elas também perpetuavam esses ciclos de violência, o que tornava a casa “não segura”. (...) porque depois essa é outra parte, que é mesmo

a falta do apoio da equipa técnica. Não são só as monitoras que estão ali connosco no dia a dia, (...) que muitas vezes elas mesmas não dispõem de ferramentas para nos ajudar adequadamente. Mas depois a própria equipa que devia estar lá para nos ajudar, e ajudar a encontrar o caminho e traçar um plano melhor para nós, não estava a fazer o seu trabalho da melhor forma. Pronto e isso também não ajudava muito. (...) comecei a fazer também atividades fora da instituição, porque muitas vezes as próprias instituições desenvolvem atividades, mas são dentro, para as utentes e não envolvem tanta comunidade. Mas então eu comecei a sair. Eu quase não passava tempo dentro da instituição. Eu estava envolvida com todo o tipo de projetos só para diminuir o máximo possível o tempo que eu tinha de passar lá dentro e eu acho que isso também me ajudou, porque me permitiu construir uma rede de apoio fora dessa instituição.”. Ainda neste sentido, a JCM-2 também expõe a sua experiência “Primeiro, eu sentia que não me tratavam bem lá, e não estou a falar só das adultas, sentia isso das meninas também. Sentia que davam valor às outras meninas e que eu não tinha esse valor. (...) sentia-me desvalorizada. (...) Na altura também havia regras muito restritas, que sei que hoje já não está igual, mas na altura havia regras que para mim não faziam sentido. Eu estava numa instituição que não era de regime fechado, e mesmo assim sentia-me fechada. Não tinha muita liberdade, não podia sair da casa de acolhimento.”. Já o JCM-3, parece ter tido uma experiência completamente diferente, ao referir “(...) pronto para começar eu na casa estava muito contente. (...) pronto acho que foi também uma altura em que sentia que já tinha aprendido tudo que tinha para aprender em relação ao mundo, em relação às responsabilidades que tinha a ter como um adulto (...). E fui falando também com os educadores da instituição. Pronto achei que já estava na altura em que devesse tentar explorar o mundo, tentar ter a minha vida com um pouco mais privacidade.”.

Ainda no sentido de tentar conhecer e aprofundar os motivos que levaram os jovens a cessar a medida de acolhimento residencial, foi explorada a categoria *relação com os/as outros/as jovens*, na qual surgiram duas subcategorias, *mantenho contacto com alguns/algumas*, referida pelos 3 jovens (6,9%) e *péssima*, indicada 1 vez (2,3%). Apesar de a JCM-2 ainda manter o contacto com uma jovem com quem vivia na CAR, esta explica que no geral, a relação que mantinha com as restantes colegas, não era positiva. Na categoria *relação com os/as técnicos/as*, as subcategorias evidenciadas foram, *boa com as monitoras*, referida 1 vez (2,3%), *péssima com as técnicas*, mencionada 2 vezes (4,6%) e *segunda família*, considerada 1 vez (2,3%). A JCM-1 e a JCM-2, confessam não terem tido uma boa relação com as técnicas da CAR em que

estavam acolhidas, no entanto, a relação da JCM-1 com as monitoras, era positiva. Por outro lado, o JCM-3, considera que tanto os/as técnicos como os/as educadores, eram como a sua segunda família, como indica "(...) mas com o passar do tempo comecei sempre a ver como a minha família. Por exemplo, as educadoras como minhas tias e os educadores como meus tios."

Na categoria *conquistas após a cessação da medida*, as subcategorias consideradas foram *paz de espírito, casa, café, viagens, família, privacidade, autonomia e responsabilidade*, todas mencionadas apenas 1 vez (2,3%). A JCM-2 diz ter conseguido conquistar várias coisas importantes na sua vida, desde que cessou a medida de acolhimento, como "Tenho uma casa em meu nome, tenho um café no Luxemburgo em meu nome, já viajei pela Europa. Tenho uma filha, que era o meu sonho. Tenho um marido incrível. E sei que se estivesse na casa de acolhimento não ia conseguir alcançar nada disto, porque elas lá não nos deixavam fazer nada."

No que concerne à categoria *dificuldades sentidas*, foram identificadas três subcategorias, todas elas indicadas 1 vez (2,3%), *nível financeiro, responsabilidades e gestão financeira*. As três subcategorias expostas, parecem estar relacionadas, o que pode sugerir a falta de trabalho nas CAR dessas mesmas competências.

Respeitante à categoria *apoios*, foram evidenciadas as subcategorias nenhum, mencionada 1 vez (2,3%), apoio inexistente pelas técnicas da CAR, indicada 1 vez (2,3%), técnica da EMAT, referida 1 vez (2,3%), técnica da CPCJ, considerada 1 vez (2,3%), comunidade, referenciada 1 vez (2,3%), assuntos burocráticos, indicada 2 vezes (4,6%) e receitas de refeições, mencionada 1 vez (2,3%). Na presente categoria em estudo, os jovens parecem ter tido experiências bastantes distintas. Começando com a JCM-1, que explica "Em relação às técnicas da casa de acolhimento, não senti apoio de maneira nenhuma. Basicamente, quando eu saí, saí pronto. Portanto, por parte das técnicas, nada. Mas a minha técnica da CPCJ na altura, depois é transferida para uma técnica da EMAT, sempre se mostrou disponível, se eu precisasse de alguma coisa ou assim. Mas eu acabei sempre por me apoiar mais na comunidade que eu já tinha construído, nas pessoas da comunidade que eu já tinha como amigos e pronto, como eu digo sempre como família." Por outro lado, a JCM-2 admite "Nunca tive apoio nenhum. Nem da segurança social nem das técnicas da casa de acolhimento." De um modo contrastante, o JCM-3 confessa que atualmente ainda mantém contacto com os/as técnicos/as da CAR, e que estes/as têm sido um apoio fundamental "Por exemplo, para tratar de alguns documentos. Pedi ajuda a alguns educadores que eu me dava melhor, que eram os homens. Pronto, foi pedir em questão de algumas dúvidas que eu

tinha em relação como tratava alguns documentos. E pronto e também algumas receitas para fazer comida também, pedi às educadoras também.”.

Na Tabela 12, é possível conhecer as categorias e subcategorias inerentes à dimensão “impacto da alteração legislativa na decisão de cessação da medida de acolhimento residencial”. Foram então consideradas as categorias *conhecimento da alteração legislativa*, *opinião sobre a alteração da legislação* e *possibilidade da solicitação da retoma*, das quais surgiram sete subcategorias.

Tabela 12

Categorias e subcategorias correspondentes à dimensão “impacto da alteração legislativa na decisão de cessação da medida de acolhimento residencial”

Dimensão	Categorias	Subcategorias	F	%
“Impacto da alteração legislativa na decisão de cessação da medida de acolhimento residencial”	Conhecimento da alteração legislativa	Não	2	18,2%
		Sim	1	9,1%
	Opinião sobre a alteração da legislação	Pertinente	2	18,2%
		Estruturas desadequadas	1	9,1%
		Boa medida	1	9,1%
		Boa medida em alguns casos	1	9,1%
	Possibilidade da solicitação da retoma	Não, só se precisasse mesmo	3	27,3%
	Total			11

Nota: F= Frequência (número de vezes referido); %= Percentagem do número de vezes referido

No que concerne à categoria *conhecimento da alteração legislativa*, surgiram as subcategorias *não*, referida 2 vezes (18,2%) e *sim*, mencionada 1 vez (9,1%). O JCM-3 confessa que os/as técnicos/as da CAR em que se encontrava antes de cessar a medida, o informaram sobre a possibilidade de retomar a medida depois de a cessar, embora admita que já não se lembrava dessa possibilidade “No dia em que eu tinha comunicado que queria sair da casa e pronto também me deram essa opção se eu tivesse algum problema, que poderia voltar. (...) mas para ser sincero, já não me lembrava sequer dessa opção (...)”.

Relativamente à categoria *opinião sobre a legislação*, as subcategorias consideradas foram *pertinente*, mencionada 2 vezes (18,2%) *estruturas desadequadas*, indicada 1 vez (9,1%), *boa medida*, referida 1 vez (9,1%) e *boa medida em alguns casos*, explanada 1 vez (9,1%). Relativamente à subcategoria *estruturas desadequadas*, a JCM-1 justifica “Diria que pertinente é porque há sempre muitos jovens a precisar de ajuda. Mas ao mesmo tempo eu acho que as estruturas que existem não são se calhar as mais adequadas, geralmente para adultos. (...) é uma boa medida, mas não acredito que com as instituições que temos e como as temos em muitos sítios, não faz muito sentido para o jovem (...) não sei se é assim super útil, ou tão útil quanto podia ser.”.

Por fim, no que toca à dimensão em estudo, com a categoria *possibilidade da*

solicitação da retoma, apenas surgiu a subcategoria *não, só se precisasse mesmo*, indicada pelos 3 jovens (27,3%).

Na Tabela 13, são apresentadas as categorias e subcategorias referentes à dimensão “reflexões sobre a cessação da medida de acolhimento residencial”. Assim sendo, consideraram-se três categorias, *pontos positivos da cessação*, *pontos negativos da cessação* e *alteração da decisão*, e quatorze subcategorias.

Tabela 13

Categorias e subcategorias correspondentes à dimensão “reflexões sobre a cessação da medida de acolhimento residencial”

Dimensão	Categorias	Subcategorias	F	%	
“Reflexões sobre a cessação da medida de acolhimento residencial”	Pontos positivos da cessação	Autonomia	2	11,8%	
		Reinserção na sociedade	1	5,9%	
		Alargar horizontes	1	5,9%	
		Autoconhecimento	1	5,9%	
		Crescimento pessoal	1	5,9%	
	Pontos negativos da cessação	Família	1	5,9%	
		Estabilidade	1	5,9%	
		Trabalho	1	5,9%	
		Quarto privado	1	5,9%	
		Nenhum	1	5,9%	
	Alteração da decisão		Responsabilidades	1	5,9%
			Desapego	1	5,9%
			Gestão financeira	1	5,9%
			Mesma decisão	3	17,6%
Total			17	100%	

Nota: F= Frequência (número de vezes referido); %= Percentagem do número de vezes referido

Com a categoria *pontos positivos da cessação* evidenciaram-se as subcategorias *autonomia*, mencionada 2 vezes (11,8%), *reinserção na sociedade*, referida 1 vez (5,9%), *alargar horizontes*, indicada 1 vez (5,9%), *autoconhecimento*, considerada 1 vez (5,9%), *crescimento pessoal*, referenciada 1 vez (5,9%), *família*, indicada 1 vez (5,9%), *estabilidade*, mencionada 1 vez (5,9%), *trabalho*, referida 1 vez (5,9%) e *quarto privado*, que surgiu também 1 vez (5,9%). A JCM-1 explica que “Pontos positivos, a autonomia que me deu. É como se fosse uma reinserção na sociedade.

Porque pronto agora é como se eu estivesse sozinha. Portanto, eu já tinha comunidade, mas pronto tinha de ter ainda mais, por assim dizer, porque não podia só socorrer das pessoas que estavam na casa. Permitiu-me ver mais do mundo e alargar horizontes. Deu-me um senso de “eu”. A JCM-2 explicita ainda “Os pontos positivos são que eu cresci, agora tenho a minha filha, o meu marido. Tenho uma família, e não falo da biológica, porque essa já antes não tinha. Esta para mim é que é a minha família, esta que eu estou a construir. Tenho a minha vida estável, trabalho a partir de casa, como educadora (...)”. Por fim, o JCM-3 também indica que “Pontos positivos, talvez agora tenho o meu quarto, agora estou sozinho, já não estou acompanhado. Partilhava o quarto com uma pessoa, na instituição. Também cheguei a partilhar com duas. Quando era mais novo, estive num quarto em que tínhamos pelo menos 10 pessoas ou assim, na outra instituição (...). Pronto acho que também a questão de privacidade que agora tenho. Sou um bocado mais autónomo.”.

Por outro lado, num tom contrastante, a categoria *pontos negativos da cessação* abrange as subcategorias *nenhum*, *responsabilidades*, *desapego* e *gestão financeira*, todas elas indicadas 1 vez (5,9%). Enquanto a JCM-1 confessa não encontrar nenhum ponto negativo na sua decisão de cessar a medida de acolhimento residencial, a JCM-2 confessa que o lado menos positivo da sua decisão será “(...) ter todas as responsabilidades e não ter ninguém que faça as coisas por mim, ter de pagar as contas, ter de fazer as coisas aqui em casa. Mas até isso é bom. Mas se calhar é o lado menos positivo.”. Por outro lado, o JCM-3 confessa que os pontos que considera negativos são “não ter os educadores para controlarem, porque eu, para ser sincero, metade da minha vida estive sempre habituado a ter educadores a controlar-me, então às vezes não ter esse controle acabo talvez por, pronto não ter uma boa gestão das coisas como devia ter.”.

Por fim, na categoria *alteração da decisão*, apenas surgiu a subcategoria *mesma decisão*, mencionada pelos 3 jovens (17,6%). Todos os jovens consideraram que voltariam a cessar a medida, embora a JCM-1, considere que se pudesse, teria cessado a medida ainda mais cedo “Se até fosse possível sair antes, teria saído mais cedo. Mas pronto, saí o mais cedo possível e, portanto, acho que teria feito exatamente a mesma coisa.”, enquanto a JCM-2 e o JCM-3, consideram que a altura em que efetuaram o pedido de cessação da medida de acolhimento, foi no tempo certo.

1.4. Análise de conteúdo das entrevistas dos/as técnicos/as das CAR

Para finalizar a análise de conteúdo das entrevistas realizadas aos diferentes grupos de estudo, procedemos, por fim, à análise de conteúdo relativa às entrevistas dos/as técnicos/as das casas de acolhimento aqui estudadas. Assim sendo, surgiram duas dimensões distintas, sendo estas “acompanhamento efetuado com os jovens” e “autonomia e gestão de impactos na cessação da medida de acolhimento residencial”.

Na Tabela 14 é possível verificar as categorias e subcategorias consideradas na dimensão “acompanhamento efetuado com os jovens”. Assim sendo, evidenciaram-se as categorias *conhecimento das decisões, orientação na tomada de decisão, percepção sobre os jovens sem suporte familiar e motivos da cessação*. Das categorias expostas, surgiram trinta subcategorias.

Tabela 14

Categorias e subcategorias correspondentes à dimensão “acompanhamento efetuado com os jovens”

Dimensão	Categorias	Subcategorias	F	%
<i>“Acompanhamento efetuado com os jovens”</i>	Conhecimento das decisões	Conhecimento prévio	2	5,4%
		Quase sempre	1	2,7%
	Orientação na tomada de decisão	Relação	1	2,7%
		Acompanhamento próximo	1	2,7%
		Conhecimento das necessidades específicas	1	2,7%
		Autonomia funcional	1	2,7%
		Autonomia a nível comunitário	1	2,7%
		Trabalho individual	1	2,7%
		Autonomia cognitiva	1	2,7%
		Confronto com situações reais	3	8,1%
		Conhecimento das expectativas com a saída	1	2,7%
		Manter uma boa relação com o jovem	1	2,7%
		Part-time	1	2,7%
		Literacia financeira	1	2,7%
		Trabalho diário	1	2,7%
		Sensibilização	1	2,7%

	Motivação	1	2,7%
Perceção sobre os jovens sem suporte familiar	Frustração	1	2,7%
	Motivação	1	2,7%
	Desafio	2	5,4%
Motivos da cessação	Multifatorial	1	2,7%
	Falta de flexibilidade	1	2,7%
	Falta de recursos adequados às necessidades	2	5,4%
	Família nuclear	1	2,7%
	Família alargada	1	2,7%
	Perceção do suporte familiar	1	2,7%
	Perceção do suporte social	1	2,7%
	Necessidade de liberdade	3	8,1%
	Ambiente da CAR	1	2,7%
	Regras rígidas	1	2,7%
Total		37	100%

Nota: F= Frequência (número de vezes referido); %= Percentagem do número de vezes referido

Com a categoria *conhecimento das decisões*, evidenciaram-se duas subcategorias, *conhecimento prévio*, indicada 2 vezes (4,6%) e *quase sempre*, referenciada 1 vez (2,3%). Enquanto o T-1, afirma que “Eu acho que é muito difícil para um técnico que trabalha nestas casas, ser apanhado de surpresa quanto às decisões dos jovens. Nesta casa, estamos a falar de uma casa que tem 12 jovens, é uma casa que trabalha com base na relação, ou seja, a relação é a base de toda a intervenção, o que quer dizer que o nosso conhecimento de cada jovem é muito aprofundado, por isso nunca nos apanham muito de surpresa relativamente a decisões tão importantes, como essa da saída (...)”, a T-3, explica que “(...) uma ou outra que sem necessidade de o fazerem. Mais surpresas já apanhámos com algumas situações que embora tenham pedido a prorrogação da medida, pouquíssimo tempo depois decidiram abandonar, aí sim, já aconteceu, sem necessidade.”.

Com a categoria *orientação na tomada de decisão*, foi possível conhecer a rica diversidade de subcategorias que surgiram, como *relação*, *acompanhamento próximo*, *conhecimento das necessidades específicas*, *autonomia funcional*, *autonomia a nível comunitário*, *trabalho individual*, *autonomia cognitiva*, *conhecimento das expectativas com a saída*, *manter uma relação com o jovem*, *part-time*, *literacia financeira*, *trabalho diário*, *sensibilização* e *motivação*, todas estas referidas 1 vez (2,3%) e *confronto com*

situações reais, 3 vezes considerada (6,9%). Nesta categoria, foi possível constatar abordagens distintas de cada um dos técnicos, assim sendo, serão expostos de seguida, alguns desses exemplos. O T-1 explica “Eu diria que a base de tudo vai sempre na relação, este acompanhamento muito próximo permite-nos perceber quais é que são as necessidades de cada um e atender às necessidades específicas de cada miúdo. Esta questão da autonomia é complexa, ou seja, esta autonomia tem muito a ver com a autonomia cognitiva, onde depois também entra muita autonomia emocional e isto da autonomia emocional também tem muito a ver com a regulação emocional (...). O que nós tentamos fazer neste processo de decisão, e aqui falamos na autonomia cognitiva, ou seja, não estamos a falar de uma coisa funcional. Ou seja, quando eles podem decidir, o que é que nós fazemos? Trabalhamos muito com eles situações reais, confrontamos com situações reais de prós e de contras. (...) Normalmente, quando tomamos uma decisão para nos preencher uma série de necessidades, é porque elas não estão a ser supridas no contexto onde estamos. Isto é um ótimo exercício para os técnicos, porque por exemplo, eu já tive situações em que os miúdos queriam mesmo sair, não por uma razão espetacular, mas sim porque eles queriam poder sair mais um ou dois dias por semana com os amigos ou queriam ficar com o telefone mais tempo. Então nós temos de ter a capacidade de perceber se a nossa casa é flexível o suficiente para dizer “ok, tudo bem. Então, se essa é a questão, fica com o telefone sempre e mostra que és responsável.””. Ainda neste sentido, a T-2 parece utilizar uma estratégia idêntica com uma das mencionadas pelo T-1, como é possível entender no seguinte excerto da sua entrevista “A consciencialização da realidade é sempre fundamental. Não podemos construir castelos de areia. Temos de confrontá-los sempre com a realidade. Por exemplo, quando eles me dizem, “quando eu fizer 18 anos, quero me ir embora.” Agora não, mas já tivemos situações em que havia miúdas que diziam assim, “quando eu sair daqui, vou alugar uma casa, tenho o meu trabalho”, que era um part-time, recebiam a volta de 400 euros, “quero alugar uma casa e quero seguir a minha vida.” Tínhamos de nos sentar e fazer contas. “Como é que tu, com 400 euros, vais conseguir fazer isto tudo?” Isto faz com que elas se consciencializem das situações.”. Por outro lado, a T-3 identifica outras questões como “Principalmente quando são situações que nos oferecem muitas dúvidas, e é assim, em bom rigor, nenhuma com 18 anos está preparada para sair assim para a autonomização. Até nos jovens não acolhidos, nos acolhidos, e ainda por cima muitas vezes acolhimentos tardios, não houve tempo tampouco de adquirirem as competências necessárias para a autonomização. Nós vamos sempre sensibilizando para a necessidade, porque a maior

parte tem estudos pendentes, ainda não tem a sua vida minimamente definida. Vamos tentando sensibilizar, e a forma como tentamos sensibilizar é exatamente por aí. (...) Tentar alertar para a vida lá fora, porque nós sabemos que a sede de liberdade é muita, mas temos de as motivar e sensibilizar que liberdade não é o poder sair à noite, não é o não ter de prestar contas a ninguém, liberdade é muito mais que isso. É ter de se bastar, é ter o seu emprego e é por aí que nós tentamos, mas nem sempre conseguimos.”. Com estas descrições, é possível entender que em cada CAR, as situações são bastante diferentes, principalmente comparando a CAR2 com a CAR3 (correspondendo aos T-1 e T-3, respetivamente), sendo que a primeira referida acolhe 12 jovens e a segunda acolhe perto de 40 jovens e, portanto, reconhece-se a dificuldade mostrada pela T-3 em fazer um acompanhamento mais individual com cada jovem, como é feito na CAR2, segundo o exposto pelo T-1.

Na categoria *percepção sobre os jovens sem suporte familiar*, consideraram-se as subcategorias *frustração*, mencionada 1 vez (2,3%) *motivação*, referida 1 vez (2,3%) e *desafio*, indicada 2 vezes (4,6%). O T-1, explica “Eu o que eu sinto e acho que é o que toda a equipa sente, é alguma frustração. Mas é uma frustração porque é um sentimento, que eu diria normal quando estamos muito envolvidos emocionalmente com os miúdos, mas também é um sentimento muito passageiro, porque passa de frustração para aquilo que eu lhe estava a dizer. (...) rapidamente, a frustração transforma-se em motivação e em desafio.”.

Na categoria, *motivos da cessação*, que tenta dar a conhecer os motivos que os/as técnicos/as consideram que levam os jovens a cessar as casas de acolhimento, foram reconhecidas as subcategorias, *multifatorial*, referida 1 vez (2,3%), *falta de flexibilidade*, mencionada 1 vez (2,3%), *falta de recursos adequados às necessidades*, indicado 2 vezes (4,6%), *família nuclear*, referenciada 1 vez (2,3%), *família alargada*, considerada 1 vez (2,3%), *percepção do suporte familiar*, mencionada 1 vez (2,3%), *percepção do suporte social*, indicada 1 vez (2,3%), *necessidade de liberdade*, referida 3 vezes (6,9%), *ambiente da CAR*, considerada 1 vez (2,3%) e *regras rígidas*, evidenciada 1 vez (2,3%). Para melhor conhecer e entender os motivos que levam os jovens a decidir cessar a medida de acolhimento, o T-1 explica “Para começar, penso que são multifatoriais, mesmo. Ou seja, cada miúdo tem motivos diferentes, isso é de certeza. Mas, se pensarmos numa dimensão mais organizacional, acho que tem a ver com a falta de flexibilidade das casas de acolhimento em atenderem algumas necessidades específicas que se começam a ter aos 17/18/19/20 anos. Depois, ainda numa questão organizacional, a falta de recursos mais adequados a essas necessidades,

nomeadamente casas de transição, apartamentos de autonomia, haver aqui alguma coisa. (...) A nível individual, sem dúvida que são as famílias, nuclear e alargada, e a perceção do suporte social e suporte familiar. Eu digo perceção, porque às vezes é mesmo só perceção, porque eles fantasiam muito acerca disto que é, pessoas que nunca tiveram na vida deles e eles acham que agora, como eles estão diferentes, que as pessoas agora também estão todas diferentes e estão sempre lá para eles. (...) A terceira que também é uma coisa muito individual, é esta necessidade de liberdade, que muitas vezes eles não sabem exatamente o que é. Eu diria que quanto mais castradora, porosa, rígida (...) for a casa de acolhimento, mais há esta necessidade de liberdade.”. Neste sentido, a T-2 centraliza o facto de os jovens desejarem cessar a medida de acolhimento, no desejo pela liberdade “É a liberdade. Isto é engraçado, é porque as pessoas anseiam a liberdade, mas depois não sabem viver em liberdade. Porque não é só termos direitos, também temos deveres. E é isso que nós tentamos sempre explicar a estes miúdos (...)”. Sendo que a T-3 ainda acrescenta “Exatamente isso, é o libertarem-se do controlo, o não terem de prestar contas, acham elas, o poderem ir fazer o que elas querem, que nem é verdade, porque elas não vão conseguir fazerem o que elas querem, porque elas não estão autonomizadas na verdadeira acessão da palavra, mas elas pensam isso, estão fartas, estão fartas disto tudo. Algumas também dizem que estão cansadas do convívio com as outras jovens, porque o ambiente às vezes não é fácil. Eu penso que, acima de tudo, é esta sede da liberdade. Não ter de prestar contas a ninguém. Poder entrar e sair quando eu quiser. E isso leva-as a nem sequer ponderarem o resto, o importante da questão.”.

Por fim, na tabela 15, são expostas as categorias e subcategorias correspondentes à dimensão “autonomia e gestão de impactos na cessação do acolhimento residencial”. Assim, foram consideradas as categorias, *competências de autonomia, métodos utilizados e estratégias de mitigação*, das quais surgiram vinte e sete subcategorias.

Tabela 15

Categorias e subcategorias correspondentes à dimensão “autonomia e gestão de impactos na cessação do acolhimento residencial”

Dimensões	Categorias	Subcategorias	F	%
<i>“Autonomia e gestão de</i>	Competências de autonomia	Desde o início do acolhimento	2	5,9%

<i>impactos na cessação do acolhimento residencial</i>	Métodos utilizados	Algumas	1	2,9%
		Diagnóstico inicial	1	2,9%
		Intervenção direta	1	2,9%
		Intervenção multidisciplinar	1	2,9%
		Conhecer as necessidades	1	2,9%
		Conhecer as características	1	2,9%
		Conhecer as competências	1	2,9%
		Processo individualizado	1	2,9%
		Confeção das refeições	2	5,9%
		Compras no supermercado	1	2,9%
		Tratar da roupa	3	8,8%
		Limpezas	1	2,9%
		Competências que parecem inatas	1	2,9%
	Laboratórios	1	2,9%	
	Part-time	1	2,9%	
	Responsabilidade	1	2,9%	
	Saber estar	1	2,9%	
	Saber ser	1	2,9%	
	Saber fazer	1	2,9%	
	Estratégias de mitigação	Aceitar a decisão	3	8,8%
		Planejar no essencial até à saída	1	2,9%
		Necessidades prementes	1	2,9%
		Recursos externos	1	2,9%
Recursos internos		1	2,9%	
Sensibilização		1	2,9%	
Trabalho diário	2	5,9%		
Total		34	100%	

Nota: F= Frequência (número de vezes referido); %= Percentagem do número de vezes referido

Com a categoria competências de autonomia, foram evidenciadas as subcategorias *desde o início do acolhimento*, referida 2 vezes (5,9%) e *algumas*, mencionada 1 vez (2,9%). A T-3 afirma que na CAR3 não é possível trabalhar algumas competências “básicas do dia a dia”, justificando “Aqui, neste contexto, há algumas competências que nós não conseguimos trabalhar. Porque o contexto é muito grande, tudo isto é muito grande. E estou a falar competências como coisas básicas do dia-a-dia, o cozinhar, o lavar. Porque é tudo em grande escala, não é? Não dá para ir para a

cozinha e dizer, “olha, hoje vou fazer um arroz para o almoço”. Quer dizer, fazer arroz para 40 pessoas não dá para aprender.”.

Na categoria *métodos utilizados*, são evidenciadas as categorias *diagnóstico inicial*, evidenciada 1 vez (2,9%), *intervenção direta*, referida 1 vez (2,9%), *intervenção multidisciplinar*, indicada 1 vez (2,9%), *conhecer as necessidades*, referenciada 1 vez (2,9%), *conhecer as características*, considerada 1 vez (2,9%), *conhecer as competências*, referida 1 vez (2,9%), *processo individualizado*, indicada 1 vez (2,9%), *confeção das refeições*, mencionada 2 vezes (5,9%), *compras no supermercado*, referenciada 1 vez (2,9%), *tratar da roupa*, que surgiu 3 vezes (8,8%), *limpezas*, *competências que parecem inatas*, *laboratórios*, *part-time*, *responsabilidade*, *saber estar*, *saber ser* e *saber fazer*, todas evidenciadas 1 vez (2,9% cada). Para destacar alguns dos métodos utilizados na CAR 2, na fomentação de competências de autonomia com os jovens, o T-1 explicita “Tudo começa num diagnóstico, ou seja, esse diagnóstico é feito, principalmente durante o primeiro mês de acolhimento. E é um diagnóstico feito na intervenção direta das diferentes pessoas da equipa, ou seja, não é um técnico que faz aqui esse diagnóstico formalmente sentado com uma criança ou com jovem em gabinete. Não é disso que se trata, é a intervenção multidisciplinar que é feita na casa de acolhimento, toda a informação recolhida é analisada e discutida em equipa e faz-se aqui um diagnóstico desse jovem ou dessa criança. Ou seja, perceber quem é, quais é que são as suas necessidades, quais é que são as suas características, quais é que são as suas competências e por onde é que é necessário, ou mais necessário iniciarem o trabalho, iniciar a intervenção. E aqui, mais uma vez é 100% casuístico, ou seja, individualizado. Porque um miúdo pode saber fazer muita coisa e ser muito pouco autónomo. Um pode ser muito autónomo, mas muito pouco funcional. Ou seja, há aqui 500 variações, por isso tem de ser caso a caso. Por isso é que a individualização na intervenção é tão importante.”. Por outro lado, a T-2, mostra as técnicas diferenciadas utilizadas na CAR 1 “Nós temos uma casa muito boa em termos de espaço físico. Depois temos muitos espaços que podem ser adaptados, como quase laboratórios. (...) Chegámos à conclusão que precisávamos de um espaço de trabalho em termos de preparar os miúdos para a autonomia. Criou-se uma cozinha no piso residencial. E são lá feitas as refeições. Por exemplo, temos um espaço que é uma lavanderia em que os jovens tratam da roupa. Tem uma escala em que tratam da roupa. Passam a ferro. Cuidam do espaço deles. Isto é tudo um minilaboratório em que, os mais pequenos, no primeiro ciclo não, mas a partir do segundo ciclo, eles lavam a roupa deles, passam a ferro, preparam algumas refeições.”. Por último, a T-3, embora evidencie que algumas

jovens tratam das suas roupas, continua a explicar o motivo de não conseguirem trabalhar mais competências de autonomia com as jovens acolhidas “Eu acho que todas as competências, aqui neste contexto é um bocadinho difícil, porque nós teríamos de ter, no fundo, atividades programadas para trabalhar essas competências. E as pessoas não têm tempo. Porque durante a semana não é possível porque têm escola, porque estão ocupadíssimas. Ao fim de semana nós estamos sobrecarregadas de visitas supervisionadas, em que os técnicos que estão, ao sábado e ao domingo, não têm tempo para organizar essas coisas, não é? E isso era muito importante. Ainda se começou e há planos de dinâmicas exatamente para isso. Não há é tempo para as pôr em prática.”.

Por fim, na categoria *estratégias de mitigação*, foram consideradas as subcategorias *aceitar a decisão*, referida 3 vezes (8,8%), *planear o essencial até à saída*, evidenciada 1 vez (2,9%), *necessidades prementes*, mencionada 1 vez (2,9%), *recursos externos*, indicada 1 vez (2,8%), *recursos internos*, referenciada 1 vez (2,9%), *sensibilização*, considerada 1 vez (2,9%) e *trabalho diário*, referida 2 vezes (5,9%). Neste sentido, os técnicos parecem concordar em alguns aspetos, como é o caso do T-1 que afirma a necessidade de aceitar a decisão do jovem, para poder trabalhar com o mesmo de forma mais completa “Primeiro aceitar a decisão dos miúdos e arranjar aqui uma janela de tempo mais pequena ou maior, mas pensar e planear o que é que é o essencial, até à saída, e trabalhar muito intensivamente no que é fundamental, ou seja, identificamos realmente quais é que são as necessidades mais prementes. (...) aceitar e fazer um plano para que no tempo que não há de ser o perfeito, tentar trabalhar recursos internos e externos, comunitários, para minorar os efeitos negativos desta saída, é fundamental. Ao mesmo tempo que a estratégia de nos colocarmos ao lado dele, envolver-nos e não deixar que a relação com o lar e com o técnico entre em rutura, porque ao entrar em rutura estamos a diminuir o suporte emocional e social do pós-acolhimento.”, ainda que embora no mesmo sentido, apresente um lado contrastante, a T-3 afirma “Já aconteceram situações com as quais nós não concordávamos mesmo com a saída, mas é lógico que temos que depois, não havendo nada a fazer, não conseguindo demovê-las dessa decisão, temos que preparar a saída e tentar trabalhá-las. Não lhe vamos dizer, pronto, já que queres ir embora, então agora abre a porta e vai. Tentamos aqui fazer algum acompanhamento, que nem sempre é muito fácil, até porque ficam dispersas algumas, e principalmente aquelas que saem, de “costas voltadas”, são muito poucas, devo dizer, que perdem depois o contacto connosco, que não voltam... São muito poucas as situações.”.

Capítulo 5: Discussão dos resultados

Após efetuada a análise dos resultados, será realizada uma discussão mais aprofundada dos mesmos, comparando alguns dados das diferentes amostras e fundamentando com bibliografia. Assim sendo, segundo Mota e Matos (2008), apoiado na perspectiva de vinculação, o processo de institucionalização é, muitas vezes, marcado por sentimentos de perda, abandono e solidão, uma vez que confronta as crianças e os jovens nesta situação, com a realidade de negligência e insensibilidade parental que viveram ou vivem. Mesmo quando as crianças e/ou os jovens vivenciam cenários de maus-tratos ou negligência parental, é comum que os mesmos prefiram estar no seu meio familiar, ao invés de estarem acolhidos em casas de acolhimento, por o sentirem como um fator de organização interna e proteção. No presente estudo, foi possível verificar o exposto, uma vez que algumas das emoções sentidas nos primeiros dias do acolhimento, pelos jovens entrevistados com 16/17 anos, mencionadas por mais que um/a jovem, foram: *estranho*, *desconhecido*, *tristeza*, *difícil* e *revolta*. De facto, a transição do ambiente familiar para o ambiente de uma casa de acolhimento residencial, bem como a adaptação a todo este novo espaço, demonstra-se bastante complexo. O início do processo do acolhimento residencial implica a mudança para um local desconhecido e de convivência alargada, uma vez que nesta residem muitas mais pessoas do que num contexto familiar (Abrunhosa et al., 2024). Neste sentido, parecem normais sentimentos como os descritos pela J-6 “Sofrimento. Porque a única família que eu tinha eram os meus pais e basicamente foi isso que me tiraram.” e pelo J-4 “Sentia vergonha e isso, não conhecia ninguém... (...) Foi muito complicado no início...”. Apesar deste processo inicial, se mostrar de extrema complexidade, de acordo com Abrunhosa et al. (2024), a adaptação pode ser facilitada de acordo com a qualidade das relações interpessoais estabelecidas na CAR.

Primeiramente, segundo a teoria de vinculação de Bowlby (1969), como citado por Gaspar et al. (2017), as crianças criam referências humanas de comportamento com as pessoas com quem estabelecem vínculos afetivos e com quem têm uma relação de proximidade. Assim, em crianças e jovens institucionalizados, a perda ou inexistência dessas pessoas de referência, pode fomentar o desequilíbrio de aspetos fulcrais para as suas vivências sociais. Este aspeto exige um acompanhamento contínuo e humanizado por parte da equipa técnica e equipa educativa da casa de acolhimento residencial, de forma que se estabeleça uma relação de confiança e seja criado um ambiente seguro, proporcionando um desenvolvimento harmonioso para a criança ou

jovem. Desta forma, importa ressaltar que no presente estudo, a maioria dos jovens entrevistados demonstraram ter uma boa relação com os/as técnicos/as e monitores/as, sendo que na análise das respostas dos jovens acolhidos com 16/17 anos, apenas a J-7 transmitiu sentimentos de falta de privacidade e de confidencialidade, ao expor “Eu não consigo confiar muito nelas, porque elas às vezes falam umas com as outras e eu não gosto dessas coisas. Se eu falo com uma, é só com aquela que eu quero que fique a conversa, e isso não acontece muito nesta casa, toda a gente fica a saber.”, o que contraria a ideia anteriormente exposta, de que os/as técnicos devem de estabelecer uma relação de confiança com os/as jovens. Por outro lado, todos os jovens que prolongaram a medida de acolhimento, demonstram manter uma boa relação com os/as técnicos/as e monitores/as, como é o exemplo do JPM-1, que refere vê-los “(...) como uma pessoa que nos orienta, que nos ajuda e que nós sabemos que podemos contar, porque precisamos. Sobretudo que nos orienta porque é o trabalho deles.”. Relativamente aos jovens que cessaram a medida de acolhimento, entende-se que apenas o JCM-3, tinha uma relação de confiança com os/as técnicos e monitores/as “Eu acho que com os educadores, não só os desta instituição, na outra instituição também, eu via sempre eles como uma segunda e terceira família, sem ser a família verdadeira que eu tenho.”. É importante referir também, que o JCM-3 foi o único que afirmou contar com o apoio dos/as técnicos/as, após cessar a medida de acolhimento. A JCM-1, admite que a relação que mantinha com a equipa educativa, era bastante boa, no entanto, com a equipa técnica não sentia o mesmo e confessa que “Eu sofri muitos abusos às mãos da própria equipa técnica. Pronto, eu vinha de uma situação fragilizante, não foi físico, mas a tortura psicológica que eu vivi ao longo daqueles tempos, na altura eu não conseguia ver como tal, não é? Sabia que que não fazia sentido. Em certas alturas tinha a clareza de perceber, “ok, eu não mereço isto que me estão a fazer”. Mas pronto quando já crescemos num ambiente em que isso é a norma, meio que parece que pronto, é só mais um dia. Nós já íamos percebendo, um grupinho, que as coisas que estavam a acontecer não estavam corretas.”. Embora um maior número de jovens, tenha referido a relação de confiança que tem ou teve com os/as técnicos/as das casas de acolhimento, devem ser destacadas as partilhas das jovens que, por outro lado, não se sentem ou sentiram apoiadas pelas equipas que devem fomentar um desenvolvimento harmonioso destes jovens. De acordo com Mota e Matos (2008), é de extrema importância que os adultos que trabalham e intervêm com as crianças e jovens em casas de acolhimento, tenham a capacidade de acolher a revolta e raiva que é exteriorizada, proporcionando-lhes um ambiente de estabilidade e confiança, através de

ligações afetivas seguras. As relações estabelecidas na CAR podem satisfazer necessidades em muitas das dimensões vinculativas, potenciando no jovem uma maior sensação de confiança e de sentimento de pertença.

A importância de uma relação de segurança que transmita estabilidade à criança/jovem acolhido, não se limita apenas à relação estabelecida com os/as técnicos/as, estendendo-se assim aos seus pares e restantes crianças/jovens com quem vivem nas casas de acolhimento. Uma vez que os jovens com quem estão acolhidos, partilham histórias de vida com traços semelhantes, como refere Mota e Matos (2008), estes representam uma importante fonte de apoio e compreensão. No entanto, estas relações podem demonstrar-se instáveis, e apesar de serem relevantes para o desenvolvimento psicoafectivo e social dos jovens, de uma forma geral constata-se ser de pouca durabilidade e consistência, como é normal numa fase de estruturação interna. Assim, foi possível entender as distintas perceções relativamente à relação com os/as outros/as jovens acolhidos/as, junto dos/as jovens entrevistados/as. Segundo os/as jovens acolhidos com 16/17 anos, a maioria afirma estabelecer uma boa relação com os seus pares, no entanto, a J-5 consegue entender que pelo facto de serem muitas crianças e jovens acolhidas na CAR, acaba por se gerar conflito entre algumas, “Vamos ser sinceras, aqui há grupos com quem nos damos bem. Pronto, e depois há outros que não se dão assim tão bem, e depois geram-se conflitos, pelo que diz que disse.”. Relativamente aos jovens que prolongaram a medida de acolhimento, o JPM-1 confessa não se identificar com os seus colegas, no entanto a JPM-2 e a JPM-3 referem ter uma boa relação com a maioria das restantes colegas. Por outro lado, no que concerne aos jovens que cessaram a medida de acolhimento, os JCM-1 e JCM-3, confessam manter o contacto com alguns dos jovens que conheceram na casa de acolhimento, e embora a JCM-2 admita continuar a ter contacto com a única amiga que diz ter feito durante o acolhimento, explica que com as restantes, a sua relação não era positiva.

Para responder à questão de estudo proposta e aos objetivos delineados, parece pertinente aprofundar a discussão dos resultados sobre os motivos que levaram os jovens a cessar a medida de acolhimento residencial. Neste ponto será abrangida a resposta dada pelo J-4, ao justificar o motivo de desejar cessar a medida quando atingir os 18 anos, bem como os motivos que os jovens entrevistados que cessaram a medida de acolhimento, tiveram em conta para o fazer, e ainda, os motivos que os/as técnicos/as acreditam que levam os jovens a querer cessar a medida de acolhimento residencial. Assim, o J-4, ao ser questionado com as razões que o levam a querer cessar

a medida de acolhimento, confessa estarem relacionadas com “Coisas que se passaram aqui comigo, com os educadores no início, e já estou cansado disto. Já não me acrescenta mais, já não me faz mais sentido. Eu só quero estudar até ao 12º ano. (...) quando sair, vou viver com a minha mãe e ajudá-la no que puder.”. Com esta resposta, é possível sublinhar o que tem sido defendido, confrontando com a ideia de que um dos principais constrangimentos do acolhimento residencial, é a falta de relações de qualidade nas instituições (Gaspar et al., 2017). Por outro lado, o facto de o J-4 ambicionar sair da casa de acolhimento para ajudar a sua mãe no que for preciso, vai ao encontro de um dos motivos para a cessação da medida de acolhimento, referido pelo T-1, que explica “A nível individual, sem dúvida que são as famílias, nuclear e alargada, e a perceção do suporte social e suporte familiar. Eu digo perceção, porque às vezes é mesmo só perceção, porque eles fantasiam muito acerca disto que é, pessoas que nunca tiveram na vida deles e eles acham que agora, como eles estão diferentes, que as pessoas agora também estão todas diferentes e estão sempre lá para eles.”. Por outro lado, de acordo com o testemunho da JCM-1, é perceptível que algumas das razões que a levaram a tomar a decisão de cessar a medida de acolhimento, estão interligadas com a qualidade das relações interpessoais estabelecidas na CAR, tanto com as jovens que também estavam acolhidas, e que a mesma confessa que muitas delas perpetuavam o ciclo de violência do qual tinham sido vítimas, como com as monitoras, que sente que não dispunham de ferramentas adequadas para trabalharem com jovens acolhidas, e com a equipa técnica, que “(...) devia estar lá para nos ajudar, e ajudar a encontrar o caminho e traçar um plano melhor para nós, não estava a fazer o seu trabalho da melhor forma.”. Neste sentido, a T-3, diz perceber que muitas vezes os/as jovens decidem cessar a medida de acolhimento, pelo ambiente sentido na CAR “Algumas também dizem que estão cansadas do convívio com as outras jovens, porque o ambiente às vezes não é fácil.”. Uma das razões mais vezes evidenciadas, tanto pelos jovens que cessaram a medida de acolhimento, como pelos/as técnicos/as, é a necessidade de liberdade, que está relacionada com as regras rígidas sentidas na CAR. De acordo com Abrunhosa et al. (2024), os esforços da instituição para organizar e estruturar o ambiente, com o intuito de assegurar a regularidade e coerência nas vivências diárias, fazem com que o espaço institucional seja, geralmente, caracterizado por rotinas mais rígidas e ofereça menos oportunidades para adquirir ou desenvolver novas habilidades. Por outro lado, de acordo com Díaz-Esterri et al. (2021), citado por Fernández-Simo et al. (2023a), as casas de acolhimento, por norma, priorizam a organização de atividades a nível interno, reduzindo a oportunidade de as crianças e

jovens acolhidos experienciarem atividades comunitárias, o que acaba por prejudicar a promoção de autonomia dos jovens. Os testemunhos das JCM-1 e JCM-2 enquadram-se no anteriormente exposto. Em contrapartida, o T-1, mostra os esforços feitos na CAR2, não no âmbito de serem criadas atividades comunitárias, mas de incluir os jovens acolhidos em dinâmicas que seriam básicas se não tivessem acolhidos como, levantar dinheiro, pôr gasolina, encher os pneus do carro, entre outras. Portanto, a JCM-1, explica que antes de uma nova técnica entrar para a CAR em que estava acolhida, não faziam atividades fora da casa de acolhimento, no entanto, nessa altura em que começaram a fazê-lo, foi bastante benéfico para a jovem, uma vez que conseguiu criar uma rede de apoio, com a qual ainda hoje mantém um contacto próximo, “Porque com ela comecei a fazer também atividades fora da instituição, porque muitas vezes as próprias instituições desenvolvem atividades, mas são dentro, para as utentes e não envolvem tanta comunidade. Mas então eu comecei a sair. Eu quase não passava tempo dentro da instituição. Eu estava envolvida com todo o tipo de projetos só para diminuir o máximo possível o tempo que eu tinha de passar lá dentro e eu acho que isso também me ajudou, porque me permitiu construir uma rede de apoio fora dessa instituição e são pessoas que eu mantenho na minha vida até hoje, pronto, outra vez, para mim são quase como família.”. Este testemunho, reforça a importância e necessidade de serem realizadas atividades com a comunidade envolvente, bem como de os jovens alargarem a sua rede de apoio, sem que a restrinjam às pessoas com quem vivem diariamente na CAR. Assim, o testemunho do T-1, revela-se igualmente pertinente “Coisas em que também investimos muito tempo aqui são as competências que parece que nós nunca aprendemos, porque parecem quase que são inatas, mas que não são inatas e que foram aprendizagens informais ao longo da nossa vida. Então nós aqui mapeamo-las, ou seja, identificamo-las e fazemo-las com os miúdos. Por exemplo, o pôr gasolina são os miúdos que metem gasolina, ou seja, temos de ir pôr gasolina, levamos sempre miúdos diferentes connosco, para eles porem gasolina, irem pagar, perceberem como é que se faz. É preciso ir calibrar os pneus, pôr ar nos pneus, eles fazem isso. Preciso lavar os carros, isto tudo eles fazem. É preciso ir ao multibanco e podemos fazer alguma coisa com o miúdo, o miúdo vai para saber como é que é, porque muitos deles já não estão há muito tempo nas famílias ou estão em instituições desde pequenos e não tiveram estas coisas que nós entendemos como naturais: ir ao supermercado e pagar, e levantar dinheiro. O que é que se faz no Multibanco? Eles não sabem, nunca foram com o pai nem com a mãe ao multibanco fazer nada. Há muitos exemplos disto, das bricolagens, destas coisas, nós temos de identificar para lhes

ensinar, para promover essa competência neles. Pronto, isso é uma coisa que vamos fazendo ao longo do crescimento.”.

De acordo com Abrunhosa et al. (2024), entre os fatores organizacionais que podem prejudicar o estabelecimento de uma relação positiva e de confiança entre os profissionais e as crianças e jovens acolhidos, enfatizam-se o elevado número de crianças/jovens acolhidos e o baixo número de profissionais integrantes nas equipas técnicas e educativas, bem como a carga administrativa e a rotatividade dos profissionais. Este facto é visível nos testemunhos dos jovens e dos técnicos. Por exemplo, a T-3 confessa que na CAR3, não conseguem trabalhar competências básicas de autonomia com os jovens, como cozinhar, uma vez que acolhem perto de 40 jovens, referindo ainda que “Eu acho que todas as competências, aqui neste contexto é um bocadinho difícil, porque nós teríamos de ter, no fundo, atividades programadas para trabalhar essas competências. E as pessoas não têm tempo. Porque durante a semana não é possível porque têm escola, porque estão ocupadíssimas. Ao fim de semana nós estamos sobrecarregadas de visitas supervisionadas, em que os técnicos que estão, ao sábado e ao domingo, não têm tempo para organizar essas coisas, não é?”. Por outro lado, o T-1, diretor técnico da CAR2, em que acolhem atualmente 12 crianças/jovens, faz a reflexão de que todo o trabalho que conseguem realizar, seria muito dificultado se acolhessem um número superior de crianças e jovens “É pena que só em dezembro de 2023 tenha saído a portaria que agora exige que as casas tenham no máximo de 15 jovens e uma equipa técnica qualificada para trabalhar com esses jovens. Nós temos 12, e temos uma equipa que eu acredito que seja muito qualificada a trabalhar com 12 e temos sempre muito trabalho. Por isso eu não sei como é que as pessoas fazem com muitos”.

Conclusão

O presente estudo teve como principal objetivo conhecer e compreender os motivos que levam os jovens acolhidos, entre os 16 anos e os 21 anos, a cessar a medida de acolhimento. Foi utilizado o método da análise de conteúdo de Bardin (2022), para aprofundar os dados recolhidos nas entrevistas efetuadas. Assim, foi possível explorar as perceções e experiências de três grupos distintos de jovens, os que se aproximam da idade de decisão, os que prolongaram a medida de acolhimento residencial e os que cessaram a medida, e ainda, de três diretores técnicos de casas de acolhimento residencial. A importância deste estudo consiste no seu contributo para o aprofundamento do conhecimento sobre o acolhimento residencial em Portugal e das razões que motivam os jovens a cessar a medida de acolhimento, muitas vezes quando ainda é considerado que devia ser mais aprofundada e trabalhada a sua autonomização. Portanto, o presente trabalho expõe perceções que podem ser importantes, tanto para a prática profissional quanto para a formulação de políticas públicas mais eficazes.

Os resultados mostram que os jovens que decidiram cessar a medida de acolhimento antes dos 21 anos, são influenciados por um conjunto diverso de fatores, que inclui desde a qualidade das relações interpessoais dentro da CAR, até à perceção de apoio familiar e social. Em contraste, os jovens que prolongaram a medida valorizam, sobretudo, a estabilidade proporcionada pela CAR, a oportunidade de desenvolver competências de autonomia e a continuidade de acompanhamento técnico. No que concerne aos jovens que estão próximos da idade de decisão, emergiu uma ambivalência, refletindo tanto expectativas quanto incertezas relativamente ao seu futuro fora da CAR. Por outro lado, os diretores técnicos destacam a importância de um ambiente acolhedor e da preparação progressiva e contínua para a autonomia, destacando a necessidade de um apoio que vá além dos 18 anos.

Os resultados deste estudo corroboram parcialmente a literatura existente e mencionada nos capítulos anteriores. Verificou-se que os jovens que sentem vínculos afetivos sólidos, sejam eles com a família biológica, com os cuidadores da CAR ou com outros pares, tendem a tomar decisões mais equilibradas quanto ao seu futuro. Ainda neste sentido, a presença de um ambiente institucional que promove a autonomia, respeitando ao mesmo tempo as necessidades individuais de cada jovem, revelou-se fundamental para uma transição positiva. No entanto, o estudo também revelou que, embora se verifique que os jovens sentem a necessidade de se autonomizarem, são evidenciadas limitações impostas pelo contexto institucional, um aspeto que nem

sempre é abordado com a devida profundidade na bibliografia existente.

Os resultados sugerem que as casas de acolhimento residencial devem continuar a apostar no desenvolvimento de competências de autonomia, através de programas estruturados, mas também permitir uma maior flexibilidade no acompanhamento dos jovens, respeitando as competências, vontades e necessidades individuais de cada um. Adicionalmente, é fulcral que as políticas públicas garantam que o suporte e a intervenção realizada com estes jovens não termina aos 18 anos, ou quando decidem cessar a medida de acolhimento residencial, promovendo medidas que facilitem a sua inserção social e profissional de forma gradual e acompanhada. Este apoio prolongado pode ser importante para evitar situações de vulnerabilidade social e económica.

Este estudo enfrentou algumas limitações que podem ter influenciado os resultados apresentados. Primeiramente, a amostra de jovens, embora diversificada em termos de idade e decisões quanto à medida de acolhimento, é relativamente reduzida, o que pode limitar a generalização dos resultados. Além disso, o uso de entrevistas como principal método de recolha de dados, pode ter influenciado as respostas fornecidas, uma vez que a natureza subjetiva das narrativas pessoais tende a refletir experiências individuais que podem não englobar toda a complexidade da vivência no acolhimento residencial. Ainda, o contexto cultural e legislativo português reflete-se diretamente nas experiências dos jovens, o que limita a generalização dos resultados para outros contextos internacionais. A realização desta reflexão relativa às limitações da presente dissertação de mestrado, serve para compreender e interpretar de forma mais aprofundada os resultados, e avaliar o que deve ser considerado em futuras investigações. Assim sendo, as sugestões para futuras pesquisas, são no sentido de incluírem uma amostra mais ampla e diversificada, que abranja também, por exemplo, outros elementos das equipas técnicas e elementos das equipas educativas. Para compreender de forma aprofunda os motivos que impulsionam os jovens a cessar a medida de acolhimento, seria interessante realizar estudos longitudinais que acompanhassem os jovens durante o acolhimento e após sair da casa de acolhimento. A última sugestão, recai sobre a relevância de explorar a eficácia dos diferentes apoios disponíveis para os jovens, após cessarem a medida de acolhimento, no sentido de identificar práticas que promovam uma transição para a vida adulta, mais satisfatória, segura e completa.

Em suma, o presente estudo reforça a importância de uma intervenção individualizada e humanizada no acolhimento residencial de jovens em perigo,

destacando a importância de serem criadas políticas e práticas que apoiem a transição para a vida adulta de forma gradual e sustentada. O processo de construção de autonomia não deve ser imposto, mas sim construído em conjunto com os jovens, respeitando as suas histórias e necessidades e garantindo um suporte emocional e relacional consistente. Por outro lado, considera-se que o apoio institucional não deve terminar abruptamente após a cessação da medida, ressaltando a importância de acompanhar as necessidades dos jovens enquanto indivíduos em desenvolvimento e garantir as condições necessárias para construir um futuro autônomo. Mais uma vez, é essencial que as políticas públicas e as práticas profissionais estejam alinhadas com estas necessidades, promovendo um acolhimento que respeite as histórias e as ambições de cada jovem.

Referências Bibliográficas

- Abrunhosa, F., Novo, R., & Prada, A. (2024). Olhares retrospectivos de adultos ex-acolhidos face ao acolhimento residencial. *EduSer*, 16(1), 1-12. <https://doi.org/10.34620/eduser.v16i1.248>
- Aires, L. (2015). *Paradigma Qualitativo e Práticas de Investigação Educacional*. (1ª ed.). Universidade Aberta. <http://hdl.handle.net/10400.2/2028>
- Amado, J. (2014). *Manual de Investigação Qualitativa em Educação*. (2ª ed.). Imprensa da Universidade de Coimbra. <http://dx.doi.org/10.14195/978-989-26-0879-2>
- Arnett, J. (2000). Emerging adulthood. A theory of development from the late teens through the twenties. *American Psychologist*, 55, 469-480. <https://doi.org/10.1037/0003-066X.55.5.469>
- Arnett, J. J. (2001). Conceptions of the transition to adulthood: perspectives from adolescence through midlife. *Journal of Adult Development*, 8(2), 133-143. <https://psycnet.apa.org/doi/10.1023/A:1026450103225>
- Baltes, M. M., & Silverberg, S. B. (1994). The dynamics between dependency and autonomy: Illustrations across the life span. In D. L. Featherman, R. M. Lerner, & M. Perlmutter (Eds.), *Life-span development and behavior*, 12, 41–90. Lawrence Erlbaum Associates, Inc.
- Bardin, L. (2022). *Análise de Conteúdo*. (5ª ed.). EDIÇÕES 70.
- Bell, J. (2010). *A guide for first-time researchers in education, health and social science*. (5ª ed.). Open University Press. <https://search.worldcat.org/pt/title/Doing-your-research-project--a-guide-for-first-time-researchers-in-education-health-and-social-science/oclc/764543867>
- Brêtas, J. R. S. (2004). A mudança corporal na adolescência: a grande metamorfose. *Temas sobre Desenvolvimento*, 12(72), 29-38.
- Bronfenbrenner, U., & Evans, G. W. (2000). Developmental science in the 21st century: Emerging questions, theoretical models, research designs and empirical findings. *Social Development*, 9(1), 115–125. <https://doi.org/10.1111/1467-9507.00114>
- Calheiros, M. (2006). *A construção social do mau-trato e negligência parental: Do senso comum ao conhecimento científico*. Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e Tecnologia.

https://www.researchgate.net/publication/273121007_A_construcao_social_do_mau_trato_e_negligencia_do_senso-comum_ao_conhecimento_cientifico

- Calheiros, M. M., Graça, J., Morais, I., Mendes, R., & Garrido, M. V. (2013). Desenvolvimento de um programa de preparação para a vida autónoma para jovens em acolhimento residencial. In M. Calheiros & M. Garrido (Eds.), *Crianças em Risco e Perigo: Contextos, Investigação e Intervenção* (pp. 241-294). https://www.researchgate.net/publication/256707497_Desenvolvimento_de_um_programa_de_preparacao_para_a_vida_autonoma_para_jovens_em_acolhimento_residencial
- Carvalho, J. N., Erdmann, A. L., & Santana, M. E. (2011). Autonomia do cuidado na perspetiva de viver saudável do adolescente. *Revista de Enfermagem Referência*, 3(4), 17-25. <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=388239963003>
- Carvalho, M. J. L., & Cruz, H. (2015). Promoção da Autonomia em crianças e jovens em acolhimento em instituição. In M. Carvalho, H. Cruz & A. Salgueiro (Eds.), *Autonomia: Desafios e práticas no acolhimento de jovens em instituição* (pp. 4-15). FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN. https://www.researchgate.net/publication/347999606_TRANSICOES_Desafios_e_praticas_no_acolhimento_de_jovens_em_instituicao
- Cassarino-Perez, L., Córdova, V. E., Montserrat, C., & Sarriera, J. C. (2018). *Transição entre o Acolhimento e a Vida Adulta: Uma Revisão Sistemática sobre Intervenções*. *Trends Psychol*, 26(3), 1665-1681. <https://doi.org/10.9788/TP2018.3-19Pt>
- Despacho nº 8393/2007 do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social. *Cria o Plano DOM - Desafios, Oportunidades e Mudanças*. Diário da República, 2.ª série, n.º 90. <https://dre.tretas.org/dre/211778/despacho-8393-2007-de-10-de-maio>
- Despacho nº 9016/2012 do Ministério da Solidariedade e da Segurança Social. *Cria o Plano SERE + (Sensibilizar, Envolver, Renovar, Esperança, MAIS), no âmbito da rede de lares de infância e juventude*. Diário da República, 2.ª série, n.º 128/2012. <https://dre.tretas.org/dre/302019/despacho-9016-2012-de-4-de-julho>
- Decreto-Lei nº 164/2019 da Presidência do Conselho de Ministros. *Estabelece o regime de execução do acolhimento residencial, medida de promoção dos direitos e de proteção das crianças e jovens em perigo*. Diário da República, 1.ª série, n.º

206/2019. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/164-2019-125692191>

Évora, I. (2006, 29 de novembro). Sobre a metodologia qualitativa: experiências em psicologia social [Paper presentation]. Seminários em Psicologia, Universidade Autónoma de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10400.5/2944>

Fernández-Simo, D., Carrera-Fernández, M. V., Cid-Fernández, X. M., & Campos, E. C. (2023a). Buenas prácticas y oportunidades de mejora en el acompañamiento socioeducativo con juventud en protección durante la transición a la vida adulta. *Complutense de Educación*, 34(3), 583-592. <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=9015005>

Fernández-Simo, D., Carrera-Fernández, M. V., Cid-Fernández, X. M., & Campos, E. C. (2023b). The time and community dimensions in socio-educational intervention strategies with adolescents in care during the transition to adult life. *Children and Youth Services Review*, 145, 1-8. <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0190740922004005>

Fonseca, P. N. (2017). O impacto do acolhimento institucional na vida de adolescentes. *Revista Psicopedagogia*, 34(105), 285-296. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010384862017000300006

Freundlich, M., & Avery, R. (2006). Transitioning from congregate care: Preparation and outcomes. *Journal of Child and Family Studies*, 15, 507-518. [10.1007/s10826-006-9023-3](https://doi.org/10.1007/s10826-006-9023-3)

Gaspar, J. P. (2014). *Os desafios da autonomização: estudo compreensivo dos processos de transição para diferentes contextos de vida, na perspetiva de Adultos e Jovens Adultos ex-institucionalizados* [Doctoral dissertation, Universidade de Coimbra]. Repositório científico da UC. <https://hdl.handle.net/10316/25245>

Gaspar, M., Gaspar, J., & Elias, A. (2017). Desafios de autonomização com jovens (ex)acolhidos. *Revista de Psicologia da Criança e do Adolescente*, 8, 187-203. <https://doi.org/10.34628/cn42-nj39>

Gaspar, J. P., Gaspar, M. F., Melo, J. D., & Santos, S. (2019). Jovens adultos que viveram acolhidos: Autonomização desafiante. *Revista Multidisciplinar*, 1(1), 89-101. <https://revistamultidisciplinar.com/index.php/oj/article/view/4>

- Gomes, I. (2010). *Acreditar no futuro* (1ª ed.). Alfragide: TEXTO EDITORES, LDA.
- Instituto da Segurança Social, I.P. (2024). *CASA 2023 - Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens*, 1-120. <https://www.seg-social.pt/publicacoes?kw=CASA>
- Lei n.º 147/99, de 1 de setembro. *Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo*. Diário da República, 1.ª série, n.º 204/1999. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/147-1999-581619>
- Lei n.º 31/2003, de 22 de agosto. *Altera o Código Civil, a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, o Decreto-Lei n.º 185/93, de 22 de maio, a Organização Tutelar de Menores e o Regime Jurídico da Adoção*. Diário da República, 1.ª série, n.º 195. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/31-2003-656109>
- Lei n.º 142/2015, de 8 de setembro. *Segunda alteração à Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, aprovada pela Lei n.º 147/99, de 1 de setembro*. Diário da República, 1.ª série, n.º 175/2015. <https://diariodarepublica.pt/dr/analise-juridica/lei/142-2015-70215246>
- Lei n.º 23/2017, de 23 de maio. *Terceira alteração à Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, aprovada pela Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, alargando o período de proteção até aos 25 anos*. Diário da República, 1.ª série, n.º 99. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/23-2017-107061811>
- Lei n.º 26/2018, de 5 de julho. *Quarta alteração à Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo e sexta alteração ao regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional*. Diário da República, 1.ª série, n.º 128. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/26-2018-115643971>
- Lei n.º 23/2023, de 25 de maio. *Prevê a retoma das medidas de acolhimento e o estabelecimento de programas de autonomização de crianças e jovens em perigo, alterando a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo*. Diário da República, 1.ª série, n.º 101. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/23-2023-213498832>
- Lopes, E., & Anastácio, Z. C. (2021). A Importância da Teoria Bioecológica na Compreensão e Diagnóstico do Fenómeno dos Maus-Tratos Infantis. *International Journal of Developmental and Educational Psychology*, 1(2), 369-376. <https://hdl.handle.net/1822/75880>

- Maia, A. (2020). *Questionário e entrevista na pesquisa qualitativa Elaboração, aplicação e análise de conteúdo* (1ª ed.). Pedro & João Editores. <https://pedroejoaoeditores.com.br/produto/questionario-e-entrevista-na-pesquisa-qualitativa-elaboracao-aplicacao-e-analise-de-conteudo-manual-didatico/>
- Martins, P. (2005). *O desenvolvimento pessoal e social da criança em contexto de vida institucional: elementos para uma análise da ecologia da interpersoalidade* [Conference session]. In *Adaptação Social: transformações, intervenção e avaliação*, Porto. <https://hdl.handle.net/1822/6750>
- Mendonça, M., Andrade, C., & Fontaine, A. M. (2009). Transição para a Idade Adulta e Adulter Emergente: Adaptação do Questionário de Marcadores da Adulter junto de Jovens Portugueses. *Psychologica*, 51, 147-168. https://doi.org/10.14195/1647-8606_51_10
- Minayo, M., & Costa, A. (2018). Fundamentos Teóricos das Técnicas de Investigação Qualitativa. *Revista Lusófona de Educação*, 40(40), 139-153. <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/6439>
- Moslehuddin, B., & Mendes, P. (2006). Young people's journey to independence: Towards a better future for young people leaving state care in Victoria. *Children Australia*, 31(3), 47-54. [10.1017/S1035077200011238](https://doi.org/10.1017/S1035077200011238)
- Mota, C., & Matos, P. (2008). Adolescência e institucionalização numa perspetiva de vinculação. *Psicologia & Sociedade*, 20(3), 367-377. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822008000300007>
- Mourão, A., Benavente, R., Magalhães, E., Calheiros, M., Cerdeira, J., Rodrigues, A., Rodrigues, S., Pinheiro, A., Bento, M., & Pestana, Y. (2024). Linhas de orientação para a prática profissional – Acolhimento Residencial de Crianças e Jovens. *Ordem dos Psicólogos Portugueses*, 1-21. <https://www.ordemdospsicologos.pt/pt/noticia/4971>
- Noom, M. J., Dekovic, M., & Meeus, W. H. J. (1999). Autonomy, attachment and psychosocial adjustment during adolescence: a double-edged sword? *Journal of Adolescence*, 22, 771-783. <https://doi.org/10.1006/jado.1999.0269>
- Ohman, A. (2005). Qualitative methodology for rehabilitation research. *J Rehabil Med.*, 37(5). 273-280. <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/16208859/>

- Portaria n.º 450/2023 do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social. *Estabelece o regime de organização, funcionamento e instalação das casas de acolhimento para crianças e jovens*. Diário da República, 1.ª série, n.º 246/2023. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/portaria/450-2023-812826259>
- Santos, L., Velho, C., Pinheiro, M. R., & Palaio, C. (2017). Processos e práticas durante o acolhimento de crianças e jovens: resultados de um programa de desenvolvimento de competências para a vida. *Contextos-debates*, 19, 1-24. <https://hdl.handle.net/10316/46949>
- Schoen-Ferreira, T. H., Aznar-Farias, M., & Silveiras, E. F. M. (2003). A construção da identidade em adolescentes: um estudo exploratório. *Estudos de Psicologia*, 8(1), 107-115. <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2003000100012>
- Silvestre, M., Fialho, I., & Saragoça, J. (2014). Da palavra à construção de conhecimento. Meta-avaliação de um Guião de Entrevista semi-estruturada. Libro de Actas de "3º Congreso Ibero-Americano en Investigación Cualitativa", 3. 321-330. <http://hdl.handle.net/10174/11277>
- Tavares-Rodrigues, A., González-García, C., Bravo, A., & F. Del Valle, J. (2019). Needs assessment of youths in residential child care in Portugal/Evaluación de necesidades de jóvenes en acogimiento residencial en Portugal / Evaluación de necesidades de jóvenes en acogimiento residencial en Portugal. *Revista de Psicologia Social*, 34(2), 354-382. <https://doi.org/10.1080/02134748.2019.1576325>

Anexos

Anexo A - Cronograma dos procedimentos para realização do estudo

De setembro de 2023 a janeiro de 2024	- Decisão sobre a temática e primeira pesquisa bibliográfica.
Janeiro de 2024	- Definição da metodologia, da questão de estudo, objetivos, amostra, instrumentos e técnicas de análise de dados.
De 25 de janeiro a 10 de fevereiro de 2024	- Construção dos guiões das entrevistas.
De fevereiro a novembro de 2024	- Enquadramento teórico.
Fevereiro de 2024	- Primeiro contacto com as CAR para pedido de colaboração da dissertação de mestrado.
De fevereiro a outubro de 2024	- Realização das entrevistas com a população do estudo.
De março a outubro de 2024	- Transcrição das entrevistas.
De agosto a outubro de 2024	- Análise de conteúdo (definir dimensões, categorias e subcategorias) e análise de resultados.
De outubro a novembro de 2024	- Discussão de resultados
Novembro de 2024	- Conclusão, agradecimentos, resumo e introdução. - Revisão e correções.

Anexo B – Guião de entrevista aos jovens acolhidos com 16/17 anos

Jovens acolhidos com 16/17 anos		
Tema	Objetivos	Questões orientadoras
I - Enquadramento da	- Explicar os objetivos da entrevista	- Elencar os objetivos da entrevista e enquadrá-los no contexto da investigação

<p>Entrevista</p> <p>- Questões Éticas</p>	<p>- Garantir o anonimato da entrevista</p> <p>- Pedir autorização para a gravação da entrevista</p>	<p>- Explicar o anonimato e a confidencialidade do conteúdo da entrevista</p> <p>- Pedido de autorização para proceder à gravação da entrevista</p>
<p>II</p> <p>- Apresentação do jovem</p> <p>- Percurso do jovem na casa de acolhimento</p>	<p>- Conhecer a duração do acolhimento atual</p> <p>- Conhecer a existência ou não de acolhimentos anteriores</p> <p>- Conhecer o percurso institucional do jovem</p> <p>- Identificar as emoções sentidas pelo jovem nos primeiros dias do acolhimento</p>	<p>- Que idade tens?</p> <p>- Tinhas quantos anos quando vieste para a Casa de Acolhimento X (nome da casa em que está a decorrer a entrevista)?</p> <p>- Antes disso, já tinhas estado noutra(s) casa(s) de acolhimento?</p> <p>- (Se sim) Tinhas que idade nessa altura? Quantos anos estiveste acolhido nessa(s) casa de acolhimento?</p> <p>- Como descreves os primeiros dias do acolhimento? Quais as emoções que sentiste nesses dias?</p>
<p>III</p> <p>- Percurso na casa de acolhimento em que o jovem está acolhido</p>	<p>- Compreender o tipo de relação que o jovem estabelece com as outras crianças e jovens da casa de acolhimento</p> <p>- Compreender o tipo de relação que o jovem</p>	<p>- Quem é o teu maior apoio na Casa de Acolhimento?</p> <p>- No geral, como descreves a tua relação com as crianças e jovens que também estão acolhidos na Casa de Acolhimento X (nome da casa em que está a decorrer a entrevista)?</p>

	<p>estabelece com os/as técnicos/as da casa de acolhimento</p> <ul style="list-style-type: none"> - Entender a liberdade que o jovem tem para fomentar relações extrínsecas da casa de acolhimento - Realizar uma reflexão sobre o momento mais e menos positivo vivido na casa de acolhimento 	<ul style="list-style-type: none"> - E com os/as técnicos/as? - Em que contextos consegues estar com os teus amigos/conhecidos que tens fora da casa de acolhimento? - Fazendo uma retrospectiva desde o início do teu acolhimento, qual foi o melhor e o pior momento que viveste na Casa de Acolhimento X?
<p>IV</p> <ul style="list-style-type: none"> - Reflexão sobre o que o jovem pretende fazer quando atingir a maioridade - Motivos das decisões que os jovens pretendem tomar quando fizerem 18 anos 	<ul style="list-style-type: none"> - Entender a relação que o jovem mantém com a família biológica para perceber o suporte familiar que a mesma tem - Conhecer a ideia que o jovem tem sobre o seu futuro - Compreender os motivos que levam os jovens a tomar as suas decisões 	<ul style="list-style-type: none"> - Qual é a relação que manténs com a tua família biológica? - Já pensaste no que pretendes fazer quando fizeres 18 anos? - (se a resposta for no sentido de cessar a medida de acolhimento) Pensas em terminar os teus estudos? E seguir um curso superior? - O que te faz querer sair da casa de acolhimento? - (se a resposta for no sentido de prolongar a medida de acolhimento) Quais são as razões que te levam a querer prolongar a medida de acolhimento?

V - Questões finais	- Perceber se o entrevistado tem alguma questão a fazer, ou algo a acrescentar	
VI - Agradecimento	- Agradecer a colaboração	
Pode surgir a pertinência de adicionar outras perguntas no decorrer da entrevista, dependendo das respostas dadas pelos entrevistados.		

Anexo C – Guião de entrevista aos jovens que prolongaram a medida de acolhimento

Jovens que prolongaram a medida de acolhimento		
Tema	Objetivos	Questões orientadoras
I - Enquadramento da Entrevista - Questões Éticas	- Explicar os objetivos da entrevista - Garantir o anonimato da entrevista - Pedir autorização para a gravação da entrevista	- Elencar os objetivos da entrevista e enquadrá-los no contexto da investigação - Explicar o anonimato e a confidencialidade do conteúdo da entrevista - Pedido de autorização para proceder à gravação da entrevista
II - Apresentação do jovem	- Conhecer a duração do acolhimento atual - Conhecer a existência ou não de acolhimentos anteriores	- Que idade tens? - Tinhas quantos anos quando vieste para a Casa de Acolhimento X (nome da casa em que está a decorrer a entrevista)? - Antes disso, já tinhas estado noutra(s)

	<ul style="list-style-type: none"> - Entender a qualidade das relações estabelecidas durante o acolhimento, com os técnicos e restantes crianças/jovens. 	<p>casa(s) de acolhimento?</p> <ul style="list-style-type: none"> - (Se sim) Tinhas que idade nessa altura? Quantos anos estiveste acolhido nessa(s) casa de acolhimento? - Como descreves a tua relação com os técnicos da casa de acolhimento, e com as outras crianças e jovens?
<p>III</p> <ul style="list-style-type: none"> - Compreender a decisão tomada pelo jovem aos 18 anos - Entender os motivos que impulsionaram a sua decisão 	<ul style="list-style-type: none"> - Conhecer os objetivos dos jovens com a decisão tomada - Entender a perspetiva do jovem, relativamente ao que considera que teria acontecido se a decisão tomada, tivesse sido outra - Compreender o que o jovem ambiciona alcançar antes de ver terminada ou decidir cessar a medida de acolhimento 	<ul style="list-style-type: none"> - Quando fizeste 18 anos, decidiste prolongar a medida de acolhimento, consegues explicar-me o que te ajudou a tomar essa decisão? - Qual é o teu maior objetivo, com o prolongamento da medida? O que achas que não conseguirias alcançar, se ao invés de prolongar a medida de acolhimento, tivesses cessado a medida aos 18 anos? - O que consideras importante alcançar, antes de terminares ou decidires cessar a medida de acolhimento?
<p>IV</p> <ul style="list-style-type: none"> - Reflexão da 	<ul style="list-style-type: none"> - Conhecer os pontos que o jovem considera como 	<ul style="list-style-type: none"> - Quais são os pontos positivos e negativos da decisão que tomaste?

decisão tomada	positivos e negativos da sua decisão - Perceber se o jovem está arrependido com a sua decisão, e conhecer os motivos da resposta dada	- Se pudesses voltar atrás, a decisão que tomaste teria sido a mesma? - Porquê?
V - Questões finais	- Perceber se o entrevistado tem alguma questão a fazer, ou algo a acrescentar	
VI - Agradecimento	- Agradecer a colaboração	
Pode surgir a pertinência de adicionar outras perguntas no decorrer da entrevista, dependendo das respostas dadas pelos entrevistados.		

Anexo D – Guião de entrevista aos jovens que cessaram a medida de acolhimento

Jovens que cessaram a medida de acolhimento		
Tema	Objetivos	Questões orientadoras
<p>I</p> <p>- Enquadramento da Entrevista</p> <p>- Questões Éticas</p>	<p>- Explicar os objetivos da entrevista</p> <p>- Garantir o anonimato da entrevista</p> <p>- Pedir autorização para a gravação da entrevista</p>	<p>- Elencar os objetivos da entrevista e enquadrá-los no contexto da investigação</p> <p>- Explicar o anonimato e a confidencialidade do conteúdo da entrevista</p> <p>- Pedido de autorização para proceder à gravação da entrevista</p>
<p>II</p> <p>- Apresentação do jovem</p>	<p>- Conhecer o número de casas de acolhimento pelo que o jovem passou</p> <p>- Conhecer a duração do(s) acolhimento(s)</p> <p>- Saber a idade do jovem, aquando da cessação da medida</p>	<p>- Que idade tens?</p> <p>- Em quantas casas de acolhimento estiveste enquanto estiveste ao abrigo da medida de acolhimento?</p> <p>- Qual foi a duração do(s) acolhimento(s)?</p> <p>- Com que idade decidiste cessar a medida?</p>
<p>III</p> <p>- Compreender a decisão tomada pelo jovem aos 18 anos</p>	<p>- Conhecer os motivos que impulsionaram a decisão do jovem</p> <p>- Compreender os</p>	<p>- Quais foram os motivos que tiveste em conta na tua decisão?</p> <p>- Como descreves a relação que tinhas com os técnicos da casa de acolhimento, e com as outras crianças e jovens?</p>

<p>- Entender os motivos que impulsionaram a sua decisão</p>	<p>pontos positivos que o jovem percebe da sua decisão</p> <p>- Entender as dificuldades sentidas pelo jovem, desde que saiu da casa de acolhimento</p>	<p>- O que já conseguiste alcançar desde que saíste da casa de acolhimento, que achas que não terias conseguido se tivesses prolongado a medida de acolhimento?</p> <p>- Quais são as maiores dificuldades que tens sentido desde que saíste da casa de acolhimento?</p> <p>- Que tipo de apoios tiveste, por parte dos técnicos da casa de acolhimento, quando cessaste a medida de acolhimento?</p>
<p>IV</p> <p>- Conhecimento relativo à mudança legislativa da retoma das medidas</p>	<p>- Entender se o/a jovem tem conhecimento relativo à mudança legislativa que possibilita a retoma da medida de acolhimento</p> <p>- Conhecer a perceção do/da jovem relativamente à mudança legislativa</p> <p>- Entender de que forma a retoma da medida de acolhimento teria</p>	<p>- Tens conhecimento da nova alteração da legislação, que permite aos jovens que cessaram a medida de acolhimento, retomar a medida?</p> <p>- O que achas sobre essa alteração? Parece-te pertinente?</p> <p>- O que achas que teria sido diferente na tua decisão, se já existisse na altura essa mudança legislativa?</p> <p>- Se tivesses conhecimento da alteração legislativa, achas que, desde que cessaste a tua medida de acolhimento, em algum momento terias solicitado a retoma da medida?</p>

	<p>influenciado na decisão do/da jovem</p> <p>- Perceber se o/a jovem alguma vez sentiu necessidade de voltar a estar acolhido</p>	
<p>V</p> <p>- Reflexão da decisão tomada</p>	<p>- Conhecer os pontos que o jovem considera como positivos e negativos da sua decisão</p> <p>- Perceber se o jovem está arrependido com a sua decisão, e conhecer os motivos da resposta dada</p>	<p>- Quais são os pontos positivos e negativos da decisão que tomaste?</p> <p>- Se pudesses voltar atrás, a decisão que tomaste teria sido a mesma?</p> <p>- Porquê?</p>
<p>VI</p> <p>- Questões finais</p>	<p>- Perceber se o entrevistado tem alguma questão a fazer, ou algo a acrescentar</p>	
<p>VII</p> <p>- Agradecimento</p>	<p>- Agradecer a colaboração</p>	
<p>Pode surgir a pertinência de adicionar outras perguntas no decorrer da entrevista, dependendo das respostas dadas pelos entrevistados.</p>		

Anexo E – Guião de entrevista aos/às técnicos/as

Técnicos e técnicas das casas de acolhimento		
Tema	Objetivos	Questões orientadoras
<p>I</p> <ul style="list-style-type: none"> - Enquadramento da Entrevista - Questões Éticas 	<ul style="list-style-type: none"> - Explicar os objetivos da entrevista - Garantir o anonimato da entrevista - Pedir autorização para a gravação da entrevista 	<ul style="list-style-type: none"> - Elencar os objetivos da entrevista e enquadrá-los no contexto da investigação - Explicar o anonimato e a confidencialidade do conteúdo da entrevista - Pedido de autorização para proceder à gravação da entrevista
<p>II</p> <ul style="list-style-type: none"> - Perspetiva do/a técnico/a relativamente aos jovens que cessam a medida de acolhimento aos 18 anos 	<ul style="list-style-type: none"> - Conhecer o percurso do técnico na casa de acolhimento - Conhecer o acompanhamento realizado na casa de acolhimento, com os jovens quando estão no processo de tomada de decisão, entre cessar ou prolongar a medida - Compreender a perspetiva do/a técnico/a relativamente aos 	<ul style="list-style-type: none"> - Há quanto tempo trabalha na Casa de Acolhimento? - Todos os jovens acolhidos atualmente são acompanhados por si desde o início do seu acolhimento? - Costumam ter um conhecimento antecipado da decisão do jovem, ou em alguns casos, a decisão dos mesmos apanha-vos de surpresa? - De que forma é feito o acompanhamento com os jovens, quando atingem idades próximas dos 18 anos, no sentido de os orientar na tomada de decisão de cessar ou prolongar a medida de acolhimento?

	<p>motivos que levam os jovens a cessar a medida de acolhimento aos 18 anos</p>	<p>- O que sente relativamente aos jovens que cessam a medida de acolhimento, sem ter um suporte familiar estável?</p> <p>- Quais pensa serem os principais motivos dessa decisão?</p>
<p>III</p> <p>- Estratégias utilizadas para combater a problemática evidenciada</p>	<p>- Compreender as estratégias aplicadas na intervenção com os jovens desde o início do acolhimento, no sentido de os preparar para a vida adulta fora da casa de acolhimento</p>	<p>- Ao longo do acolhimento, são trabalhadas com os jovens, competências de autonomia? De que forma?</p> <p>- Quais são as estratégias utilizadas, para combater os impactos negativos que esta decisão pode ter na vida do jovem?</p>
<p>V</p> <p>- Questões finais</p>	<p>- Perceber se o entrevistado tem alguma questão a fazer, ou algo a acrescentar</p>	
<p>VI</p> <p>- Agradecimento</p>	<p>- Agradecer a colaboração</p>	
<p>Pode surgir a pertinência de adicionar outras perguntas no decorrer da entrevista, dependendo das respostas dadas pelos entrevistados.</p>		

Anexo F – E-mail de formalização enviado aos/às Diretores/as Técnicos/as das Casas de Acolhimento Residencial como pedido para colaboração no estudo

Assunto: Pedido de colaboração no estudo realizado no âmbito da Dissertação de Mestrado

Bom dia, Exmo/a. Diretor(a) Técnico da Casa de Acolhimento (...)

O meu nome é Luana Pimenta, frequento o mestrado de Intervenção Psicossocial com Crianças e Jovens em Risco, na Escola Superior de Educação de Viseu, e estou neste momento a trabalhar na minha dissertação de mestrado.

Na minha dissertação de mestrado proponho-me a estudar os motivos que levam os jovens a cessar a medida de acolhimento. Assim sendo, para recolher dados e proceder a uma análise dos mesmos, tenho como objetivo entrevistar jovens acolhidos entre os 16-17 anos, para conhecer as suas vontades relativamente ao prolongamento da medida, ou não, e entender os seus motivos. Tenciono ainda entrevistar jovens que tenham saído da casa de acolhimento após atingir a maioridade e jovens que tenham prolongado a medida após os 18 anos, e conhecer as motivações que tiveram em conta nas suas decisões. Por fim, tenho ainda interesse em entrevistar técnicos e técnicas da casa de acolhimento, de forma a conhecer as suas perspetivas relativamente à temática.

Desta forma, venho solicitar a vossa colaboração, e perceber se seria possível realizar alguma das entrevistas que mencionei anteriormente, na vossa Casa de Acolhimento Residencial. Asseguro ainda que, qualquer informação recolhida com as entrevistas, será para uso exclusivo da investigação, garantindo o anonimato e confidencialidade.

Agradeço antecipadamente pela atenção, aguardando uma resposta e mostrando-me disponível para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais que possam ser necessários.

Atenciosamente,

Luana Pimenta

[\(luanaapimenta@gmail.com\)](mailto:luanaapimenta@gmail.com)

Anexo G – Consentimento informado dirigido aos entrevistados maiores de idade

Consentimento Informado

Assunto: Pedido de autorização para a participação numa entrevista e consequentemente para a recolha de dados da mesma, no âmbito do trabalho final do mestrado em Intervenção Psicossocial com Crianças e Jovens em Risco, da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viseu (ESEV-IPV), sob a orientação da Professora Doutora Susana Fonseca e Professora Doutora Maria João Amante.

O trabalho anteriormente mencionado, tem como tema os *Motivos que levam os jovens a sair das casas de acolhimento (...)*. Neste sentido, serão realizadas entrevistas a diferentes grupos de estudo, sendo estes: jovens acolhidos com 16/17 anos; jovens que prolongaram a medida de acolhimento aos 18 anos; jovens que cessaram a medida de acolhimento aos 18 anos; jovens que voltaram a usufruir da medida de acolhimento depois de a terem cessado aos 18 anos; técnicos e técnicas das casas de acolhimento. Este trabalho tem como objetivo conhecer a perspetiva dos grupos de estudo expostos relativamente à temática, bem como entender os motivos que levam os jovens acolhidos a cessar a medida de acolhimento aos 18 anos.

Cada participante será submetido apenas a uma entrevista, de forma individual. Mais adiante, que a participação tem um carácter voluntário, anónimo e confidencial, podendo a qualquer momento e sem prejuízo, interromper a sua participação. Os dados recolhidos serão usados exclusivamente para a realização da Dissertação de Mestrado, sendo totalmente confidenciais e anónimos.

A sua participação no estudo será de extrema relevância, contribuindo para o avanço do conhecimento desta área social. Desta forma, apresento antecipadamente o meu agradecimento pela atenção e colaboração dispensada.

Para esclarecimento de dúvidas, ou informação adicional, poderá contactar-me através do seguinte e-mail: luanaapimenta@gmail.com ou contacto telefónico: xxx xxx xxx.

Declaro que li e compreendi a informação acima apresentada sobre o trabalho a realizar, bem como o seu procedimento, tendo-me sido garantido que posso retirar o consentimento a qualquer momento, sem nenhum prejuízo. Assim, aceito participar no estudo e consinto que os meus dados pessoais sejam utilizados de acordo com as informações que me foram disponibilizadas.

_____ (local) ____/____/____ (data)

Nome: _____

Assinatura: _____

Anexo H – Consentimento informado dirigido aos entrevistados menores de idade

Consentimento Informado

Assunto: Pedido de autorização para a participação numa entrevista e consequentemente para a recolha de dados da mesma, no âmbito do trabalho final do mestrado em Intervenção Psicossocial com Crianças e Jovens em Risco, da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viseu (ESEV-IPV), sob a orientação da Professora Doutora Susana Fonseca e Professora Doutora Maria João Amante.

O trabalho anteriormente mencionado, tem como tema os *Motivos que levam os jovens a sair das casas de acolhimento aos 18 anos*. Neste sentido, serão realizadas entrevistas a diferentes amostras, sendo estes: jovens acolhidos com 16/17 anos; jovens que prolongaram a medida de acolhimento aos 18 anos; jovens que cessaram a medida de acolhimento aos 18 anos; jovens que voltaram a usufruir da medida de acolhimento depois de a terem cessado aos 18 anos; técnicos e técnicas das casas de acolhimento. Este trabalho tem como objetivo conhecer a perspetiva dos grupos de estudo expostos relativamente à temática, bem como entender os motivos que levam os jovens acolhidos a cessar a medida de acolhimento aos 18 anos.

Cada participante será submetido apenas a uma entrevista, de forma individual. Mais adiante, que a participação tem um carácter voluntário, anónimo e confidencial, podendo a qualquer momento e sem prejuízo, interromper a sua participação. Os dados recolhidos serão usados exclusivamente para a realização da Dissertação de Mestrado, sendo totalmente confidenciais e anónimos.

A sua participação no estudo será de extrema relevância, contribuindo para o avanço do conhecimento desta área social. Desta forma, apresento antecipadamente o meu agradecimento pela atenção e colaboração dispensada.

Para esclarecimento de dúvidas, ou informação adicional, poderá contactar-me através

do seguinte e-mail: luanaapimenta@gmail.com ou contacto telefónico: xxx xxx xxx.

Declaro que li e compreendi a informação acima apresentada sobre o trabalho a realizar, bem como o seu procedimento, tendo-me sido garantido que posso retirar o consentimento a qualquer momento, sem nenhum prejuízo. Assim, aceito participar no estudo e consinto que os meus dados pessoais sejam utilizados de acordo com as informações que me foram disponibilizadas.

_____ (local) ____/____/____ (data)

Nome do jovem: _____

Assinatura do jovem: _____

Declaro que li e compreendi a informação acima apresentada sobre o trabalho a realizar, bem como o seu procedimento, tendo-me sido garantido que posso retirar o consentimento a qualquer momento, sem nenhum prejuízo. Assim, aceito que o/a meu/minha educando/a participe no estudo e consinto que os seus dados pessoais sejam utilizados de acordo com as informações que me foram disponibilizadas.

_____ (local) ____/____/____ (data)

Nome do Encarregado de Educação: _____

Assinatura do Encarregado de Educação: _____